Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Mestrado Profissional – PLANTERR

Marcia Maria da Silva Barretto

O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA- BA

Feira de Santana/BA
2024

Marcia Maria da Silva Barretto

O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA- BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Profª. Orientadora: Drª. Jucélia Macedo Pacheco

Feira de Santana/BA
2024

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Barretto, Marcia Maria da Silva
B267t O turismo e a apropriação dos recursos naturais nas localidades receptoras – o caso da praia de Cabuçu, Saubara - BA/ Marcia Maria da Silva Barretto. – 2024.
177f. : il.

Orientadora: Jucélia Macedo Pacheco
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR, 2024.

1. Turismo. 2. Impacto ambiental. 3. Praia de Cabuçu. 4. Gestão pública. 5. Apropriação da natureza. I. Pacheco, Jucélia Macedo, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. III. Título.

CDU: 379.85:504

Rejane Maria Rosa Ribeiro CRB-5/695

MARCIA MARIA DA SILVA BARRETTO

O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 12 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Profª. Drª. Jucélia Macedo Pacheco
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/PLANTERR

Banca: Profª. Drª. Ana Isabel Leite Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (DCHF)

Banca: Prof. Dr. Plínio Martins Falcão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA

Para tudo há um tempo determinado, sim, há um tempo para todo assunto debaixo dos céus: (...) Tempo para plantar e tempo para desarraigar o que se plantou; Tempo para matar e tempo para curar; Tempo para derrocar e tempo para construir; Tempo para chorar e tempo para rir; Tempo para lamentar e tempo para saltitar. (...)

Eclesiastes 3: 1- 4.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por se fazer presente sempre em minha caminhada, sustentando-me com suas mãos firmes. Sem Ele nada seria possível. Agradeço a minha família pela base que me deste, pelas palavras de apoio quando o desânimo demonstrava sua presença ao longo desta jornada e pelo amor incondicional. Agradeço em especial a minha irmã Marylia, pela ajuda nas aplicações das entrevistas e na busca incansável pelas pessoas dispostas em responder aos questionários online.

Agradeço aos proprietários das barracas aos veranistas e visitantes que frequentam as praias de Cabuçu, suas respostas foram fundamentais para a construção do estudo.

A minha orientadora Jucélia Pacheco por toda a ajuda e contribuição disponibilizada durante esses meses, meu muito obrigada. Aos professores do Mestrado, especialmente ao professor Jânio Santos pelas colocações sensatas e precisas nas aulas de Metodologia.

A banca examinadora, professora Ana Isabel Oliveira e ao professor Plínio Falcão pelas considerações pertinentes no sentido de aprimoramento do trabalho.

Enfim, a todos que direta e indiretamente foram essenciais na realização desse sonho. Muito obrigada!

RESUMO

Nos últimos anos, o turismo se constitui como uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo, consome grandes porções do espaço, remodela as relações sociais e introduz inúmeros problemas ambientais nos núcleos receptores. Diante desses pressupostos, torna-se bastante relevante uma análise sobre as implicações ambientais geradas pela atividade turística nas praias de Cabuçu/BA. É nessa perspectiva que, a questão central da pesquisa é analisar a prática turística, e suas implicações ambientais nas praias de Cabuçu nos últimos 40 anos, refletindo sobre o papel do poder público estadual e municipal no que diz respeito ao seu planejamento e monitoramento. Especificamente, buscou-se compreender como transcorreu a apropriação das praias do distrito pela atividade turística nas últimas quatro décadas; analisar como o poder público estadual e municipal tem planejado e se comprometido com a gestão do turismo local e verificar as impressões dos proprietários de barracas, veranistas e visitantes sobre as implicações ambientais nas praias, decorrente da prática turística. Através de publicações que apresentam a temática sobre o turismo, dos documentos elaborados por órgãos federal, estadual e municipal, da visita de campo e dos questionários e entrevistas semiestruturadas, foi possível observar a retirada e ocupação irregular da vegetação de restinga para construções residenciais e comerciais; a compactação do solo para edificações antrópicas e o descarte incorreto dos resíduos sólidos e líquidos nos rios e no mar, gerando impactos sobre o meio ambiente na localidade, o que demonstra o uso mercadológico dos espaços físicos pela introdução do turismo, com a finalidade de atender a lógica capitalista. Em frente a esse cenário, é essencial que sejam adotadas ações capazes de minimizar os impactos ambientais nas praias de Cabuçu, não como resolução de todos os problemas ambientais presentes no núcleo turístico, porém, visto como possibilidade para mitigar os efeitos negativos sobre o meio natural, chamando atenção para o uso racional dos recursos naturais.

Palavras chave: turismo; impacto ambiental; Praia de Cabuçu; gestão pública; apropriação da natureza.

ABSTRACT

In recent years, tourism has become one of the fastest growing economic activities in the world, consuming large portions of space, reshaping social relations and introducing numerous environmental problems in the receiving centers. Given these assumptions, an analysis of the environmental implications generated by tourism activity on the beaches of Cabuçu/BA becomes quite relevant. It is from this perspective that the central question of the research is to analyze tourism practice and its environmental implications on the beaches of Cabuçu over the last 40 years, reflecting on the role of state and municipal government in terms of its planning and monitoring. Specifically, the aim was to understand how the appropriation of the district's beaches by tourism activity occurred over the last four decades; to analyze how state and municipal government has planned and committed to the management of local tourism; and to verify the impressions of tent owners, vacationers and visitors about the environmental implications on the beaches resulting from tourism practice. Through publications that present the theme of tourism, documents prepared by federal, state and municipal agencies, field visits and questionnaires and semi-structured interviews, it was possible to observe the removal and irregular occupation of restinga vegetation for residential and commercial constructions; the compaction of soil for anthropic buildings and the incorrect disposal of solid and liquid waste in rivers and the sea, generating impacts on the environment in the locality, which demonstrates the commercial use of physical spaces by the introduction of tourism, with the purpose of serving the capitalist logic. In view of this scenario, it is essential that actions be adopted capable of minimizing the environmental impacts on the beaches of Cabuçu, not as a solution to all the environmental problems present in the tourist center, but as a possibility to mitigate the negative effects on the natural environment, drawing attention to the rational use of natural resources.

Keywords: tourism; environmental impact; Cabuçu Beach; public management; appropriation of nature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Saubara/BA.....24

Figura 02: Esquema dos procedimentos metodológicos de pesquisa.....31

Figura 03: Zonas turísticas da Bahia, 2020 – 2030.....45

Figura 04: Igreja de São Domingos de Gusmão - Ano de 2018, Saubara/ BA.....51

Figura 05: Modelo de barraca antiga existente na Praia de Cabuçu/BA.....54

Figura 06: Construções atuais das barracas na Praia de Cabuçu/BA.....55

Figura 07: Imagem dos loteamentos existentes na Praia do Sol e Recreio no distrito de Cabuçu/BA.....57

Figuras 08 e 09: Cerca construída demarcando área privada na Praia de Sol, Cabuçu/BA.....60

Figuras 10 e 11: Casas com placas de aluguel na Praia de Cabuçu/BA no mês de janeiro de 2023.....62

Figura 12: Loteamentos Praia do Sol e Recreio situados à norte da Praia de Cabuçu/BA.....64

Figura 13: Imagem de satélite do distrito de Cabuçu/BA.....65

Figura 14: Construção de casas de veraneio na Praia de Pedras Altas, distrito de Cabuçu/BA.....65

Figura 15: Ônibus de excursão e veículos de passeio na Praia de Cabuçu/BA em 2023.....68

Figura 16: Processo erosivo na Praia do Recreio, distrito de Cabuçu/BA.....69

Figura 17: Imagem aérea dos loteamentos existentes no distrito de Cabuçu/BA a partir da introdução do turismo.....71

Figura 18: Retirada da vegetação para construções de imóveis na Praia de Cabuçu/BA.....71

Figura 19: Imagem aérea das edificações situadas sobre zona costeira no distrito de Cabuçu/BA.....72

Figura 20: A vegetação de restinga sendo usada como depósito de lixo nas praias de Cabuçu/BA.....73

Figura 21: Sistema costeiro-marinho brasileiro.....75

Figura 22: Loteamento sem pavimentação na Praia do Recreio, Cabuçu/BA.....77

Figura 23: Lançamento de esgoto nas praias de Cabuçu/BA por residências situadas na faixa da praia.....77

Figura 24: Canalização dos resíduos líquidos diretamente nas vias públicas na Praia do Recreio, Cabuçu/BA.....78

Figuras 25, 26 e 27: Manilhas instaladas ao longo da Praia de Cabuçu e Pedras Altas no distrito de Cabuçu/BA para o lançamento de esgoto no mar.....79

Figura 28: Imagem de satélite destacando a foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.....81

Figura 29: Lançamento de esgoto pelas barracas na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.....81

Figura 30: Lançamento de efluente *in natura* na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.....81

Figuras 31, 32 e 33: Lixo depositado ao longo da faixa das praias de Cabuçu/BA.....84

Figuras 34, 35 e 36: Lixo nas ruas dos loteamentos Praia do Sol e Recreio, distrito de Cabuçu/BA.....85

Figura 37: Categorias principais de turismo da Baía de Todos- os- Santos.....92

Figura 38: Fluxograma com os objetivos do PGMT no município de Saubara/BA.....94

Figura 39: Membros que compõem o Conselho Municipal de Turismo de Saubara/BA.....99

Figura 40: Ações apontadas pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Saubara como forma de promoção do turismo e minimização das implicações ambientais nas localidades turísticas.....109

Figura 41: Resíduos sólidos sobre as restingas na Praia de Cabuçu/BA.....115

Figura 42: Presença de lixo nos fundos das barracas na Praia de Cabuçu/BA.....116

Figuras 43 e 44: Lançamento de efluentes líquidos pelas barracas na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.....119

Figura 45: Placa confeccionada pelos barraqueiros chamando atenção sobre a importância da limpeza nas praias de Cabuçu/BA.....124

Figura 46: Ações para minimizar os impactos ambientais nas praias de Cabuçu/BA.....149/150/151

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Eventos que contribuíram para o turismo no Brasil.....37/38

Quadro 02: Objetivos determinados pela Política Nacional de Turismo – PNT.....41

Quadro 03: Objetivos do PDITS para as localidades turísticas.....89/90

Quadro 04: Municípios turísticos inseridos na BTS.....91

Quadro 05: Projetos apresentados no PGMT do município de Saubara para o desenvolvimento da atividade turística.....95/96

Quadro 06: Ações previstas para apoiar o turismo no município de Saubara/BA no período entre 2017 a 2020.....102/103

Quadro 07: Atribuições da gestão dos recursos naturais pelo uso turístico no município de Saubara/BA.....106

Quadro 08: Perfil dos proprietários de barracas instalados nas praias de Cabuçu, Recreio, Sol e Pedras Altas, distrito de Cabuçu/BA.....111

Quadro 09: Município de origem dos visitantes/veranistas que visitam as praias de Cabuçu/BA.....129

Quadro 10: Perfil dos visitantes/veranistas que procuram as praias de Cabuçu/BA.....130/131

Quadro 11: Respostas dadas pelos visitantes/veranistas sobre a deposição do lixo produzido quando estão sentados nas barracas nas praias de Cabuçu/BA. 137

Quadro 12: Propostas apresentadas pelos visitantes/veranistas sobre as ações educativas a serem realizadas pelo poder local para a preservação das praias de Cabuçu/BA.....140/141

Quadro 13: Respostas apresentadas pelos visitantes/veranistas quando questionados sobre as praias de Cabuçu/BA serem um lugar atrativo.....146/147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: A procura dos visitantes/veranistas pelas barracas nas praias de Cabuçu/BA.....112

Gráfico 02: Origem dos funcionários que trabalham nas barracas nas praias de Cabuçu/BA.....113

Gráfico 03: Local onde os barraqueiros acondicionam o resíduo sólido produzido pelos visitantes que frequentam as praias de Cabuçu/BA.....114

Gráfico 04: Local onde são lançados os dejetos líquidos produzidos nas barracas situadas nas praias de Cabuçu/BA.....118

Gráfico 05: Opinião dos barraqueiros sobre a frequência que ocorre a coleta de lixo pela prefeitura de Saubara nas praias de Cabuçu/BA.....120

Gráfico 06: Opinião dos donos das barracas sobre o incômodo gerado pelo lançamento de objetos descartáveis pelos visitantes nas praias de Cabuçu/BA.....122

Gráfico 07: A importância da limpeza das praias de Cabuçu/BA na visão dos barraqueiros.....123

Gráfico 08: Existência de campanha educativa realizada pela prefeitura de Saubara/BA junto aos barraqueiros.....125

Gráfico 09: Importância da preservação das praias de Cabuçu/BA a partir das impressões dos barraqueiros. 127

Gráfico 10: Frequência que os visitantes/veranistas visitam as praias de Cabuçu/BA nos anos de 2023 e 2024.....132

Gráfico11: Meio de transporte utilizado pelos visitantes/veranistas para o deslocamento até as praias de Cabuçu/BA.....133

Gráfico 12: Local de hospedagem escolhido pelos veranistas e visitantes que chegam às praias de Cabuçu/BA.....134

Gráfico 13: Opiniões dos visitantes/veranistas sobre a presença de lixo e esgoto nas praias de Cabuçu/BA.....135

Gráfico 14: Avaliação dos visitantes/veranistas sobre o risco de contaminação nas praias de Cabuçu/BA.....136

Gráfico 15: Realização de atividades educativas pela gestão municipal junto aos visitantes/veranistas.....138

Gráfico 16: Importância da preservação do meio ambiente na visão dos visitantes/veranistas.....143

Gráfico 17: A preservação das praias de Cabuçu na percepção dos visitantes/veranistas.....144

Gráfico 18: Opiniões dos visitantes/veranistas sobre as praias de Cabuçu/BA serem lugares atrativos.....145

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Investimentos públicos nas zonas turísticas da Bahia 1991-2005.....44

Tabela 02: Investimentos privados previstos por ZTs na Bahia até 2035.....46

LISTA DE ABREVIATURAS

APP: Área de Preservação Permanente
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD: Banco Mundial
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTS: Baía de Todos os Santos
CIA: Centro Industrial de Aratu
CNTur: Conselho Nacional de Turismo
COMBRATUR: Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR: Conselho Municipal de Turismo
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNUMAD: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COPEC: Polo Petroquímico de Camaçari
EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo
GAC: Gestão Ambiental Compartilhada
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAC-BA: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
MMA: Ministério do Meio Ambiente
Mtur: Ministério do Turismo
OAS: Organization of American States
OMS: Organização Mundial de Saúde
OMT: Organização Mundial do Turismo
ONU: Organização das Nações Unidas
PDDM: Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Saubara
PDITS: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB: Produto Interno Bruto
PGMT: Plano de Gestão Municipal de Turismo
PNGC: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNRS: Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PNT: Política Nacional de Turismo

PPA: Plano Plurianual

PRODETUR: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

PRODETUR-BA: Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia

PRODETUR Nacional-BA: Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional-Bahia

PRODETUR / Nordeste: Programa de Desenvolvimento do Turismo para a região Nordeste

RLAM: Refinaria Landulfo Alves

RMS: Região metropolitana de Salvador

SEI: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA: Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC: Serviço Social do Comércio

SPA: Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental

SETUB: Secretária de Turismo do estado da Bahia

SUINVEST: Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEMADRE: Terminal Marítimo de Madre Deus

ZTBTS: Zona Turística Baía de Todos os Santos

ZTCD: Zona Turística Costa do Descobrimento

ZTs: Zonas Turísticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

1.1 ÁREA DA PESQUISA: DISTRITO DE CABUÇU.....23

1.2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....25

2 TURISMO: DIMENSÕES CONCEITUAIS.....32

3 BREVE HISTÓRICO DO TURISMO NO BRASIL 35

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....38

3.2 O PAPEL DO ESTADO BAIANO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....43

3.3 ZONA TURÍSTICA BAÍA DE TODOS OS SANTOS 47

4 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS PRAIAS DE CABUÇU.....51

4.1 ATIVIDADE TURÍSTICA: O ESPAÇO FÍSICO DA PRAIA DE CABUÇU COMO MERCADORIA.....58

4.2 IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO NAS PRAIAS DE CABUÇU.....66

5 O PAPEL DO PODER ESTADUAL E MUNICIPAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS PRAIAS DE CABUÇU.....89

5.1 PLANO DE GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE SAUBARA: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A PRÁTICA TURÍSTICA.....95

5.2 A GESTÃO DO TURISMO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA.....99

5.3 A GESTÃO DO USO TURÍSTICO DOS RECURSOS NATURAIS PELO PODER LOCAL.....105

6 AS IMPRESSÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE BARRACAS SOBRE A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL 111

6.1 O OLHAR DOS VERANISTAS E VISITANTES EM RELAÇÃO ÀS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS 128

7 AÇÕES PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS NAS PRAIAS DE CABUÇU.....149

CONSIDERAÇÕES FINAIS 153

REFERÊNCIAS.....157

APÊNDICES 165

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário internacional, o turismo destaca-se como uma das atividades econômicas mais importantes dos últimos anos, produz renda e emprego nas áreas receptoras, sejam elas zonas costeiras, de serras ou insulares. A realidade é que o turismo apresenta-se na atualidade como uma das atividades mais propagadas em todo globo terrestre (Beni, 2002).

No Brasil o turismo configura-se como atividade mais expressiva do setor econômico, como enfatiza Coriolano (1998), seja na participação da criação de riquezas, geração de emprego, promoção do desenvolvimento de infraestrutura nos núcleos turísticos, recuperação dos patrimônios históricos e culturais, além da interação entre os sujeitos que visitam as localidades e os anfitriões.

Não podemos menosprezar os impactos positivos dessa atividade nas localidades com aptidões turísticas. E aqui abrimos um parêntese, pois muitas vezes associamos erroneamente o termo impacto somente às ações negativas, mas este pode ser positivo, seja no aumento do emprego e renda, através da demanda de serviços geradas pela atividade como alimentação, hospedagem, transporte e na compra de *souvenir*, na contribuição para uma diversidade de atividades comerciais e industriais, bem como para o desenvolvimento da economia local. Entretanto, não se pode perder de vista que esses mesmos turistas promovem nas localidades visitadas, sobretudo em zonas costeiras o aumento no consumo de energia e água, produção de desejos líquidos e sólidos e favorece de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) a especulação imobiliária em áreas muitas vezes de ecossistemas frágeis, como manguezais e restingas, além de estimular a ocupação irregular do espaço.

Importante salientar que, qualquer que seja a atividade humana desenvolvida sobre o espaço geográfico, irá ocasionar ações que podem gerar impacto positivo ou negativo. Somente através de uma análise cuidadosa será possível determinar se uma atividade turística assentada numa dada localidade causa benefícios ou danos ao local e a comunidade.

Nesse contexto, ao realizar-se uma análise mais profunda a respeito do turismo inserido em território nacional, nota-se que a atividade é capaz de oferecer benefícios, especialmente econômico, para as áreas potencialmente turísticas, mas também tem a capacidade de causar consequências negativas nesses locais,

sobretudo no que diz respeito à degradação do meio natural. Lamentavelmente, a percepção que orienta o pensamento ocidental sobre a natureza, é que esta, é vista como objeto a ser subjugado, explorado. Ideia introduzida desde o período em que o homem deixa de ser nômade e passa a fixar moradia sobre a superfície da Terra, a partir do advento da atividade agrícola e posteriormente intensificada através da evolução das técnicas industriais assentadas no modelo de produção capitalista, em que a natureza passou a ser olhada como mera provedora de matéria-prima, e transformada pelo capital em recurso natural (Gonçalves, 2004).

Para o autor essa compreensão de natureza vista como objeto e o homem como sujeito, reflete a concepção apresentada por René Descartes (1596-1650), que compreendia a natureza como um recurso a serviço do homem e por muito tempo exerceu influência no pensamento ocidental. Gonçalves (2004) enfatiza que, o homem, instrumentalizado pelo método científico, ou seja, a partir do uso da racionalidade e das leis da física e matemática é capaz de penetrar nos mistérios da natureza, tornando-se senhor e possuidor da mesma. Ele assume a postura de que todas as coisas existem para serem exploradas e passa a observar a natureza como algo a ser usado, subjugado, decorrente da visão antropocêntrica, cada vez mais distante e dissociado dos elementos naturais.

Essa percepção antropocêntrica, que difunde a separação homem-natureza, característica determinante no pensamento ocidental, orientou e ainda orienta a humanidade à exploração do meio natural, e consequentemente a sua degradação. Nesse sentido, o turismo, enquanto atividade econômica firmada nos moldes capitalistas percebe a natureza, e o patrimônio cultural localizados nas áreas turísticas, como atrativos a serem consumidos como forma de atender aos interesses do mercado.

Apesar do conhecimento a respeito da natureza ter se ampliado ao longo dos anos, e a importância do seu uso sustentável, ainda é marcante a postura mercadológica direcionada aos elementos naturais, deixando de lado a relação de “interação” entre o homem e natureza para ser uma relação de “alienação”, como afirma Beck (2010). Essa postura adotada pelo indivíduo leva a uma “sociedade de risco”, como se refere o autor, promovendo entre os indivíduos a concentração e o consumo de bens supérfluos e descartáveis, e o estímulo às discussões superficiais em torno das questões ambientais.

O turismo, por conseguinte influenciado por esse pensamento é absorvido pelo modelo capitalista, que o transforma em um fenômeno capaz de aplicar “valor de troca” sobre a natureza, resultando na sua comercialização como produto no mercado global. É possível compreender, que o turismo e as implicações ambientais decorrentes de sua prática nos espaços litorâneos, refletem a apropriação da natureza pela atividade, assim como a produção e o consumo dos lugares turísticos se realizam de forma pragmática, a fim de contemplar os objetivos determinados pelo mercado.

Sendo o turismo uma prática que tem como essência a produção do espaço, esse passa a ser produzido pelo e para o consumo da atividade, tornando-se elemento fundamental para a sua manutenção, como salienta Chagas (2007, p. 113) “(...) o espaço pode ser considerado como matéria-prima do turismo e, sem menosprezar os outros fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano, frequentemente essencial, na atração de um lugar turístico”.

Diante desse contexto de produção do espaço e apropriação dos elementos naturais, faz-se necessária a percepção da atividade turística enquanto processo consumidor e remodelador do espaço natural. A natureza nessa perspectiva é elemento de consumo, onde o homem tem poder de controlar e subjugar o meio natural, como assinala Mesquita (1993).

A partir do crescimento expressivo dessa atividade no cenário mundial e nacional, o turismo ganha destaque nas políticas governamentais e na organização do espaço, constitui-se numa das atividades mais prósperas para o futuro, como ressalta Coriolano (1998). No entanto, é necessário reforçar que esse crescimento trazido pelo turismo produz nos núcleos turísticos inúmeras implicações no meio ambiente.

Levando-se em consideração a atividade turística, e os impactos ambientais inseridos nas áreas litorâneas e a importância das políticas públicas de turismo para as regiões receptoras, uma vez que as políticas têm como finalidade gerenciar e ordenar o uso dos espaços e do meio natural, elegemos a Praia de Cabuçu, distrito do município de Saubara, como centro de nossas observações e inferências. Nos últimos 40 anos a Praia de Cabuçu vem atraindo maior fluxo de visitantes, que se apropriam do espaço geográfico e dos elementos naturais, o consomem, e o degradam.

Tendo em vista os elementos acima, as questões que orientam o presente estudo são: como a atividade turística engendrada nas praias de Cabuçu, vem impactando o meio ambiente nos últimos 40 anos? E como o poder público estadual e municipal vem planejando e supervisionando a prática turística e respectivas implicações ambientais? Deste modo, a hipótese que conduz o presente estudo de caso é de que existe nas praias de Cabuçu uma crescente e significativa modificação na paisagem natural, fruto da introdução do turismo, bem como do planejamento inadequado e ineficiente, ou da ausência de planejamento e gestão da atividade no distrito, por parte dos agentes públicos estaduais e municipais responsáveis em gerir o uso e ocupação do espaço.

Tomando como referência essa hipótese, o turismo percebe a natureza como elemento pragmático, a ser utilizada pelo homem com o intuito de atender a lógica capitalista. Dentro desse cenário de consumo e dominação dos elementos naturais pelo turismo, o presente estudo tem como objetivo fundamental:

- Analisar a prática turística, e suas implicações ambientais, nas praias de Cabuçu nos últimos 40 anos, refletindo sobre o papel do poder público estadual e municipal no que diz respeito ao seu planejamento e monitoramento.

  Para tanto foram elencados os objetivos específicos:

  a) compreender como transcorreu a apropriação das praias de Cabuçu pela atividade turística nas últimas quatro décadas;

  b) analisar como o poder público estadual e municipal tem planejado e se comprometido com a gestão do turismo local;

  c) verificar as impressões dos proprietários de barracas e veranistas sobre as implicações ambientais nas praias, decorrente da atividade turística;

  d) apontar ações para minimizar os impactos ambientais nas praias de Cabuçu.

O turismo vem adentrando nas localidades com potencial turístico com intensa velocidade, modificando o meio natural, o espaço geográfico e as interações sociais. Em face do exposto, o tema turismo chama atenção da Geografia, uma vez que o objeto de estudo da Ciência Geográfica é o espaço geográfico e sua relação com a sociedade, categorias de análises essenciais na compreensão da prática

turística, pois o turismo se estrutura a partir de uma base física e se firma através das conexões sociais.

Por meio desse panorama, reconhecemos pertinente o estudo na academia a respeito do turismo, sua relação com o espaço geográfico, incluindo a sociedade local, onde são direcionadas as ações pensadas pela atividade turística, assim como a utilização dos elementos naturais existentes nesses locais. Logo, o presente estudo nos convida a refletir sobre as relações homem–natureza, numa visão dialética, pois nos constituímos agentes que consomem e se apropriam do meio natural e como tal, sofreremos direta ou indiretamente as ações desencadeadas pela dominação e consumo da natureza pela atividade turística.

Levando em conta esses aspectos, julgamos o referido estudo relevante à comunidade receptora, inserida no distrito de Cabuçu, uma vez que são os mais afetados pela inserção do turismo em seu território, seja nos aspectos positivos promovidos pela atividade como os danos inseridos no local a partir da introdução do turismo sol e praia.

Necessário salientar que, o turismo que se aplica ao distrito, é o turismo sol e praia, uma prática destinada à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função ou presença conjunta de água, sol e calor (Brasil, 2010). Cabe, no entanto, destacar a existência de outras modalidades turísticas situadas nos núcleos receptivos ao longo de todo o mundo, como o turismo de aventura, turismo religioso, ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, turismo cultural-gastronômico e étnico, turismo náutico, turismo de Bem-Estar e LGBTQIAPN+, o que demonstra a diversidade de práticas turísticas desenvolvidas e introduzidas nos lugares, com a finalidade de contemplar os mais diversos interesses e necessidades humanas.

Nesse sentido, para auxiliar nas inferências sobre a problemática ambiental vivenciada nas praias de Cabuçu através do turismo, optou-se por discutir no Capítulo 1 o turismo e suas dimensões conceituais, destaque para algumas abordagens do termo no sentido de apresentar as diversas concepções a respeito da temática.

O capítulo 2 realiza-se uma breve discussão sobre a história do turismo no Brasil, apresenta as políticas públicas pensadas pelo governo federal para o desenvolvimento do turismo em território nacional, especialmente para a região nordeste, além de abordar o papel do Estado baiano no desenvolvimento da

atividade turística a partir do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia PRODETUR/BA e a criação da Zona Turística Baía de Todos os Santos.

No capítulo 3, direcionam-se as reflexões para o processo de desenvolvimento do turismo nas praias de Cabuçu, levando em consideração o uso do espaço físico pela atividade como ferramenta para obtenção do lucro, gerando impactos ambientais nas praias do distrito.

O capítulo 4 a ênfase é no papel do poder estadual e municipal no planejamento e na gestão da atividade turística nas praias de Cabuçu, com destaque para o plano de gestão municipal de turismo no município de Saubara enquanto instrumento para a prática turística e uso turístico dos recursos naturais pelo poder local.

No capítulo 5 o destaque é para as impressões dos proprietários de barracas, bem como dos veranistas e visitantes que frequentam as praias, no que diz respeito à problemática ambiental existente na localidade.

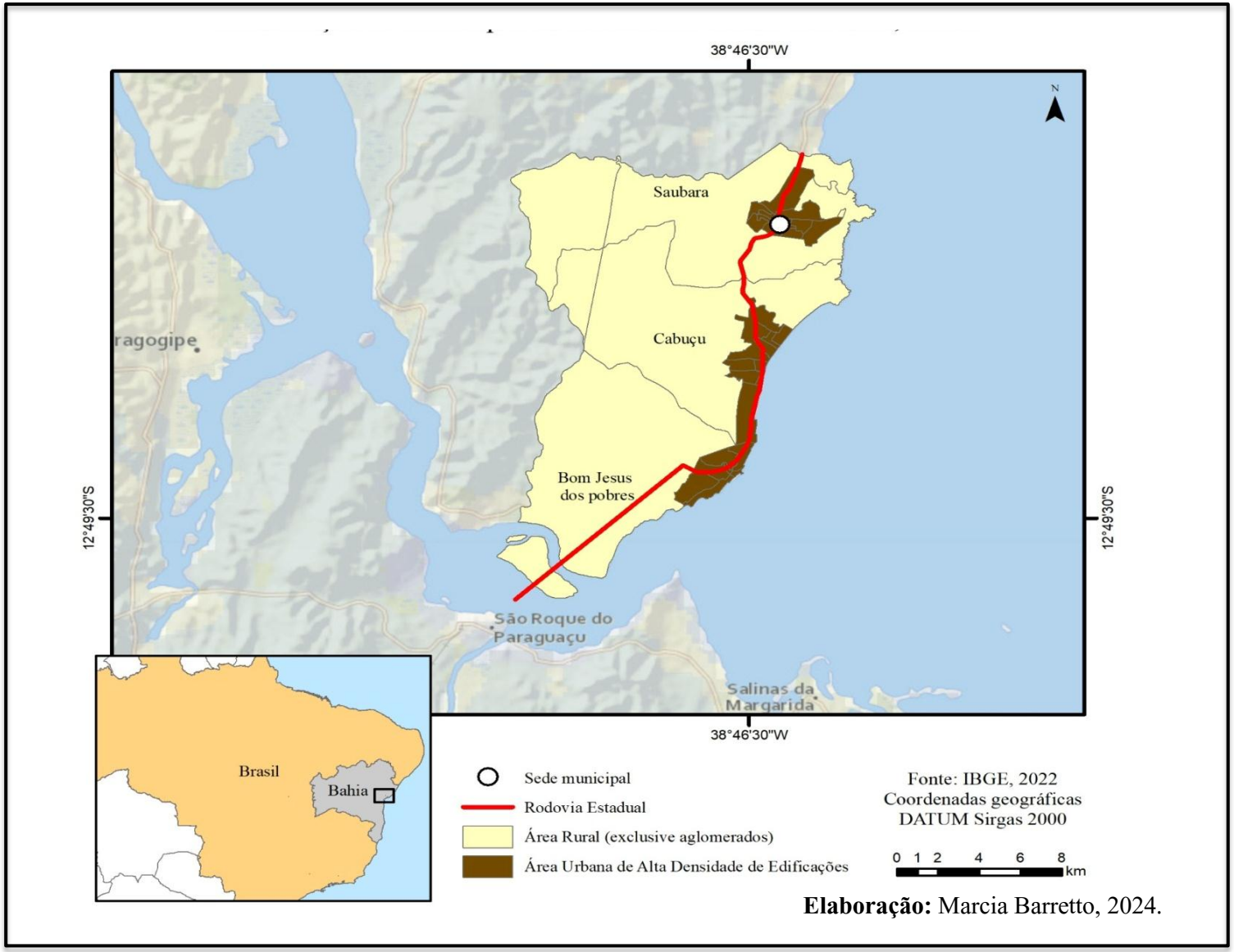
Diante dos impactos ambientais presentes no distrito de Cabuçu, em função da aplicação mercadológica direcionada ao meio natural, a partir do turismo, e a ineficiência no planejamento por parte dos agentes públicos, o capítulo 6 é direcionado as ações para minimizar os danos ambientais na área em estudo.

1.1 ÁREA DA PESQUISA: DISTRITO DE CABUÇU

Situado no Recôncavo Sul e na Zona Turística Baía de Todos os Santos - ZTBTS, o município de Saubara ocupa uma área de 166,428 km² a 12° 44´de latitude Sul e 38º 47´ de longitude Oeste, distante da capital Salvador 96 km via BR-324 e BA-878. Limita-se com os municípios de Santo Amaro, Cachoeira, Salinas das Margaridas e Maragogipe. Além do distrito sede, o município compreende os distritos de Bom Jesus dos Pobres e Cabuçu (Figura 01).

Segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023) a população total do município é de 11.438 habitantes, sendo 1.525 morando no distrito de Cabuçu, ou seja, 13,33% da população total, formada, em sua maioria, por marisqueiras e pescadores.

Figura 01 – Localização do município de Saubara/BA.



Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Na região predomina o clima tropical quente e úmido, com temperatura média anual de 25,4ºC. O município destaca-se pelos tabuleiros, planícies marinhas e fluviomarinhas, bem como apresenta depósitos fluviais, dunas, mangues, terraços e cordões litorâneos, os quais tipificam o relevo (IBGE, 2024), além de estar inserido na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, tendo como principais rios o Subaúma, Sauípe, Catu, Pojuca, Subaé, Joanes e o rio Açu.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR-BA, 2011) o distrito de Cabuçu vem sendo um importante destino turístico para a população da região, além de atrair indivíduos oriundos da cidade de Feira de Santana, Cachoeira e Santo Amaro. Os veranistas, visitantes e excursionistas que procuram as praias no período da alta estação, feriados e finais de semana em busca de diversão e lazer, são em sua grande maioria das classes média e baixa.

Muitos destes visitantes/excursionistas se deslocam para Cabuçu em ônibus fretados, as chamadas “lotações”, com intuito de passar apenas um dia. Entretanto, é necessário ressaltar a presença de pessoas que possuem residência de veraneio no distrito, assim como, é frequente encontrar em Cabuçu, pessoas vindas de outras localidades, que alugam casas nos meses de janeiro e fevereiro, período que coincide com o verão e férias escolares.

Em virtude da procura pelas praias de Cabuçu, centenas de pessoas foram atraídas a fixar residências temporárias e permanentes na localidade, a exemplo dos proprietários de pousadas, bares, restaurantes, barracas e donos de casas de veraneio, seja em busca de descanso e lazer ou para fins comerciais, no qual resulta em modificações nas relações sociais e nas paisagens naturais presentes no distrito, constituindo em alterações nos arranjos sociais e no meio natural, graça à falta ou incipiência de política pública direcionada para atender, as novas configurações espaciais fixadas, a partir do turismo no local.

1.2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa por essência é um ato relacionado à busca de novas formas de compreensões, entendimentos, divergências e contradições essenciais na construção do conhecimento. Diante desta concepção, a pesquisa configura-se como um mecanismo formal, com método reflexivo de pensamento, e exige por

parte do pesquisador intervenções científicas, com a finalidade de se conhecer a realidade seja ela total ou parcial.

Por se tratar de uma discussão reflexiva acerca do turismo e as implicações ambientais introduzidas no espaço litorâneo, a partir dessa atividade, e o papel do poder público estadual e municipal no planejamento e gestão do turismo local, o presente estudo configura-se numa pesquisa quali-quantitativa. De acordo com Heerdt (2007) essa abordagem permite conciliar a relação entre os sujeitos e suas subjetividades aos elementos quantitativos. Ao considerar esse princípio, a compreensão do turismo e a problemática ambiental existente na área em análise, bem como o papel dos agentes públicos, foram contempladas tanto através da pesquisa qualitativa, a partir das percepções dos visitantes e agentes do setor de serviços, como, os proprietários das barracas, no tocante aos problemas ambientais existentes na localidade, assim como a partir de dados quantitativos, disponibilizados por instituições federais, estaduais e municipais (censos, anuários, relatórios, estudos, etc.).

A pesquisa fez uso, igualmente, de entrevista semiestruturada, com a finalidade de analisar a evolução histórica do uso e apropriação do espaço litorâneo na Praia de Cabuçu. Segundo Triviños (2008) a entrevista semiestruturada permite ao entrevistado certa espontaneidade ao compartilhar suas vivências pessoais e profissionais, levando os participantes a alcançar a liberdade e espontaneidade tão necessária para a construção do estudo, todavia, o autor deixa claro que essa liberdade deve ser mediada pelo pesquisador.

Importante lembrar que, sendo uma pesquisa descritiva, que busca analisar e observar os fenômenos existentes na praia, não houve qualquer tipo de influência ou interferência nos eventos, sejam eles naturais ou humanos. Como assinala Cervo e Bervian (1983, p. 55) os pesquisadores precisam estudar os fatos sem manipulá-los, devem “(...) procurar descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”.

Para entender o contexto em que se inserem as praias de Cabuçu foram realizadas levantamentos bibliográficos em artigos científicos, dissertações, teses e livros, assim como a partir dos autores: Andrade (1995), Chagas (2007), Coriolano (1998; 2008), Cruz (2001), Mesquita (1993), Fontes (2003), Oliveira (2006), Pereira (2001), Rodrigues (1999), Ruschmann (1997), Vasconcelos (2008), Barbieri (2011).

Do mesmo modo, foram discutidos conceitos como: turismo, veranistas, espaço geográfico, impacto ambiental, planejamento territorial e educação ambiental, conceitos pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa.

Como suporte para a construção do arcabouço teórico foi realizada pesquisa documental nos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Ministério do Turismo (MTur), Organização Mundial do Turismo (OMT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST), Observatório de Turismo da Bahia e Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR-BA). Tais instituições têm como finalidade promover o desenvolvimento do turismo em território nacional, através de políticas públicas; de criações de propostas de intervenções públicas a serem instaladas nas regiões com potencial turístico, com intuito de gerar emprego e renda, especialmente para a população local; além de promover financiamento em programas direcionados ao desenvolvimento da atividade turística em âmbito regional, estadual e municipal. Sendo assim, as informações e materiais disponíveis, auxiliaram na composição da pesquisa, permitindo a tomada de conhecimento sobre o papel dos agentes públicos no planejamento e desenvolvimento do turismo em escala federal, estadual e municipal.

É importante ressaltar a existência da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Saubara e a Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Saubara. Essa última Secretaria é responsável pela elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Saubara (PDDM/2016), tendo como um dos objetivos: o desenvolvimento equilibrado e sustentável do município e o controle do uso e ocupação do solo. Com base nesse material, foi possível analisar a existência ou não de ações por parte do poder local, que regulam o uso do solo em áreas de Mata Atlântica.

Além do Plano Diretor Municipal foi objeto de análise o Plano de Gestão Municipal do Turismo em Saubara, elaborado pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (2019), a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - Bahia (PRODETUR Nacional- BA). O objetivo deste Plano é estabelecer orientações para a gestão do turismo municipal em Saubara, além de buscar o desenvolvimento sustentável; a valorização das tradições e costumes locais; a geração de trabalho e

renda; a conservação ambiental; o fortalecimento da identidade cultural, fomentando a inclusão social e o empoderamento da comunidade local.

A pesquisa foi respaldada no trabalho de campo nas praias de Cabuçu, com o intuito de observar o comportamento dos veranistas e donos de barracas, no que diz respeito quanto ao descarte do lixo produzido e o lançamento do esgotamento pelos proprietários e donos das residências de veraneios na zona costeira.

Necessário salientar que, as informações, descrições e dados obtidos no trabalho de campo foram registrados em caderneta de campo e registrados por meio de fotografias. Este recurso é indispensável na análise das implicações ambientais existentes nas praias em estudo, uma vez que determinados comportamentos dos indivíduos não são percebidos verbalmente, tornando as imagens mais significativas do que as palavras. Conforme Mauad (1996, p. 3) “a fotografia é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real (...)”.

Destaca-se na construção da pesquisa a relevância da aplicação de questionários às pessoas que visitam as praias de Cabuçu no período do verão, assim como se fez necessário o emprego de questionários aos proprietários das barracas instaladas nas praias. Como se trata de uma pesquisa quali-quantitativa, os questionários empregados foram compostos por perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, estas possuíam como objetivo permitir que os participantes pudessem expressar suas percepções acerca dos problemas ambientais existentes no local.

A aplicação dos questionários aos visitantes e donos das barracas foi feita por amostragem tendo como finalidade principal, perceber suas inferências a respeito dos impactos ambientais presentes na localidade. Entretanto, é essencial conhecer o perfil das pessoas que se deslocam de suas cidades até as praias de Cabuçu, seja para passar apenas um dia ou por mais tempo no distrito. É interessante saber a motivação que os conduzem à localidade, especialmente na alta temporada, bem como é fundamental identificar o perfil dos proprietários das barracas de praia.

Em relação aos questionários destinados aos proprietários das barracas, foram aplicados 20 questionários de maneira presencial no mês de janeiro de 2023, época do ano no qual os donos desses equipamentos mantêm as barracas em intenso funcionamento, em virtude do fluxo elevado de pessoas que buscam o local. Panorama bem diferente ao fim do verão, quando as barracas são fechadas, devido

à baixa procura por parte dos turistas e veranistas pelas praias da região, só retornando suas funções no verão seguinte. Segundo a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Município de Saubara, existem no distrito 98 (noventa e oito) barracas cadastradas, distribuídas ao longo da faixa de areia e que tem no turismo de verão sua principal funcionalidade. Diante desse cenário de 98 barracas margeando as praias do distrito, julgamos que uma amostragem de 21% do total de barracas, ou seja, 20 (vinte) nos permitiu uma análise sobre quem são esses proprietários, o que pensam a respeito da conservação dos elementos naturais das praias e a importância da limpeza e higiene local. Como as barracas não estão distribuídas no espaço de maneira uniforme, seguindo a lógica de ocupação do distrito pela atividade turística ao longo do tempo, que se deu da parte central do distrito de Cabuçu em direção à sede do município de Saubara, o que justifica o maior quantitativo de barracas está concentrada na Praia de Cabuçu, Recreio e Sol respectivamente, já a Praia de Pedras Altas, devido sua localização em direção ao distrito de Bom Jesus dos Pobres, conta com um número menor de equipamentos. Sendo assim, foram aplicados 10 (dez) questionários na Praia de Cabuçu, 4 (quatro) na Praia do Recreio, 4 (quatro) na Praia do Sol e 2 (dois) em Pedras Altas, totalizando 20 (vinte) questionários. Todos os questionários direcionados aos barraqueiros foram guiados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual o indivíduo tem autonomia para não responder às questões propostas.

Aos visitantes foram aplicados questionários[1], utilizando uma plataforma on-line, via Google formulário, entre os meses de janeiro de 2023 a março de 2024. É preciso destacar que o questionário on-line seguiu os critérios estabelecidos pelo Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, no qual visa descrever aos participantes à importância do estudo, os riscos de uma pesquisa, utilizando como meio, o ambiente virtual, onde a presença de ataques hackers e vírus eletrônicos é uma constante. Portanto, foi necessário deixar claro aos envolvidos na pesquisa sobre esses possíveis riscos, entre outros pontos assegurados pelo Ofício Circular, pontos apresentados no TCLE, direcionado aos participantes da pesquisa.

[1]Os questionários on-line foram disponibilizados nas redes sociais, a exemplo da plataforma de Whatsapp, Instagram e Facebook durante os meses de janeiro de 2023 a março de 2024.

Necessário evidenciar que, o formulário respondido pelos visitantes foi acompanhado do TCLE, na qual a pessoa ficou livre para não responder às perguntas contidas no formulário, caso não concordasse com o termo.

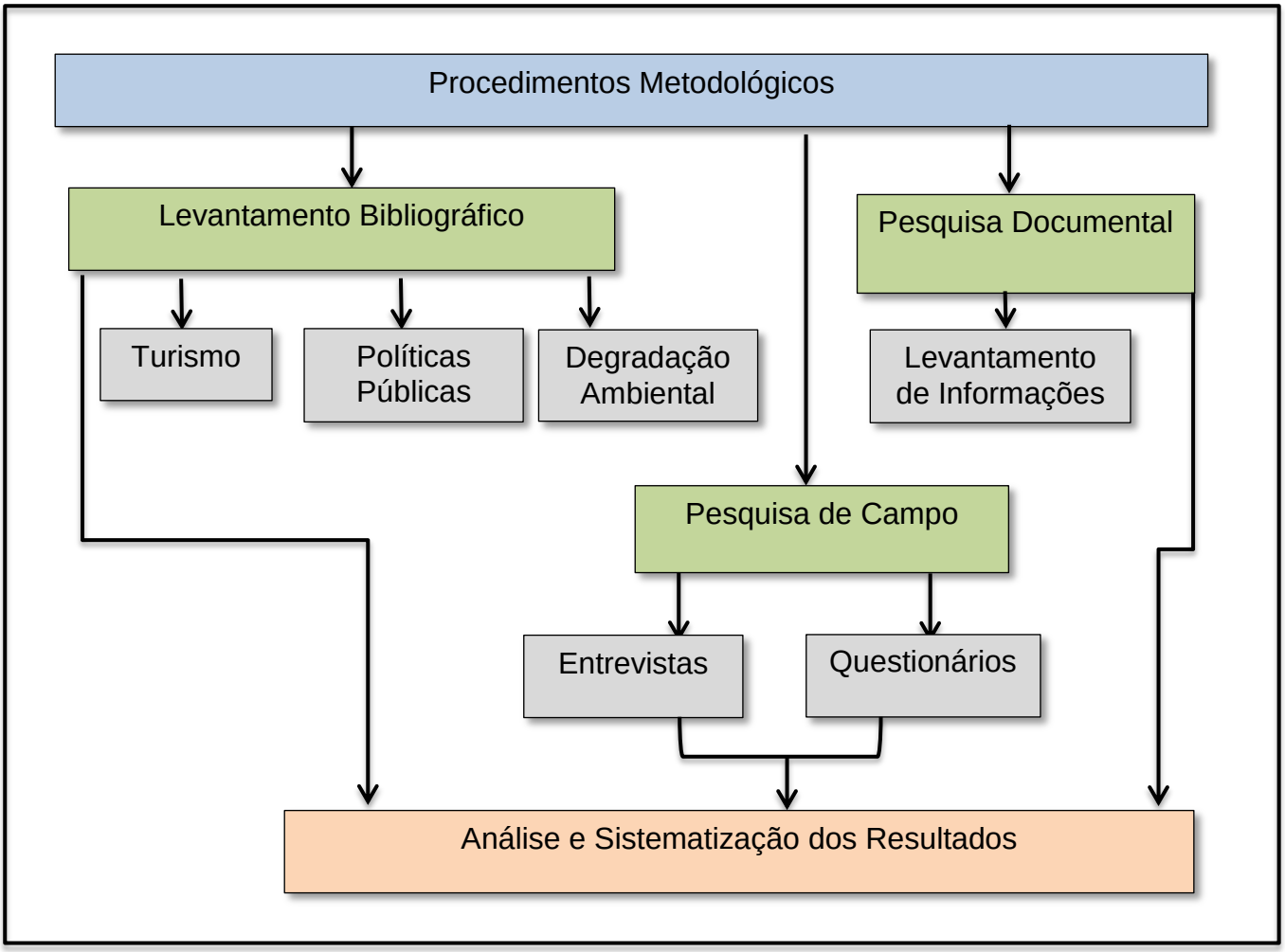
Infelizmente o estudo contou com a inexistência de dados estatísticos, sobre o contingente de visitantes que frequentam a localidade durante o verão. Não existem registros em órgãos municipais acerca do número de pessoas que visitam o distrito em busca de lazer e descanso. Considerando essa problemática, optou-se em escolher de forma aleatória uma amostragem de 200 turistas/visitantes que se deslocam até as praias de Cabuçu, o que permitiu compreender o perfil dos visitantes que buscam o local na alta temporada, assim como, ter noção sobre a percepção destas pessoas a respeito das implicações ambientais existentes nas praias, e suas considerações sobre o uso sustentável dos recursos naturais que compõem o ambiente costeiro.

Além da aplicação dos questionários, entendemos ser necessário para o desenvolvimento da pesquisa, o emprego de entrevista semiestruturada com moradores mais antigos do distrito de Cabuçu, com o intuito de compreender como se deu a apropriação, pelo turismo, do espaço litorâneo pelos visitantes e barraqueiros, assim como foram aplicados entrevista semiestruturada com excursionistas que frequentam as praias desde a década de 1980, com objetivo de perceber suas impressões do local, ainda na fase inicial da apropriação das praias pelos visitantes. Para a realização dessas entrevistas, foram utilizados gravador, papel e caneta e buscamos utilizar uma linguagem de fácil compreensão, com o propósito de facilitar a comunicação entre os envolvidos.

A entrevista semiestruturada foi feita com três moradores antigos do distrito, e dois excursionistas, uma amostra que consideramos pertinente para o entendimento a respeito da ocupação das praias ao longo das últimas quatro décadas. O critério para definir os moradores mais antigos levou em conta a indicação da própria comunidade de Cabuçu, ou seja, lançamos mão da técnica bola-de-neve. Conforme Vinuto (2014) essa técnica configura-se quando o pesquisador identifica pessoas com perfil provável para a pesquisa e solicita que as mesmas indiquem novos contatos com características desejadas para a realização da pesquisa. Já para os excursionistas foram escolhidas pessoas conhecidas que frequentam a localidade desde o início dos anos 80. Assim como, nos demais procedimentos metodológicos, a entrevista foi acompanhada pelo TCLE.

Após a realização destas etapas da pesquisa, os dados foram tabulados e analisados, período relevante na construção do estudo, pois permitiu examinar na íntegra os relatos dos moradores mais antigos e dos excursionistas por meio das entrevistas, destacando os trechos mais importantes e oportunos para integrar no trabalho, já no que diz respeito aos formulários e questionários, os resultados quantitativos possibilitaram a elaboração de gráficos e tabelas, bem como os dados qualitativos a partir das respostas dos participantes da pesquisa, foram usados no desenvolvimento do trabalho. A (Figura 02) ilustra as etapas procedimentais que norteou o desenvolvimento desta pesquisa.

Figura 02 - **Esquema dos procedimentos metodológicos de pesquisa.**



Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

2 TURISMO: DIMENSÕES CONCEITUAIS

O turismo no final do século XX se constitui como uma das atividades econômicas mais significativas do mundo. Sendo considerado o setor da economia que mais apresenta crescimento na atualidade, já atingindo o *status* de principal atividade econômica a nível mundial, superando setores tradicionais, a exemplo da indústria eletrônica, automobilística e petrolífera, como afirma Dias (2003).

Nesse contexto, o tema turismo se faz presente nos últimos anos nas pesquisas geográficas e muito desse interesse se dar devido o turismo se configurar como atividade, que intervém de maneira intensa na organização do espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, sem falar, que o turismo é uma prática social e como tal, vem sofrendo modificações conceituais ao longo da história. De acordo com Cruz (2003) as definições do conceito de turismo no decorrer do tempo, é sempre carregada de ideologia, manifestando, por conseguinte, uma maneira particular de ver o mundo, em nome daqueles que criam essas definições.

Diante desse cenário, escolhemos algumas definições de turismo. Entretanto, não temos aqui a pretensão de realizar uma longa discussão acerca do tema, visto a grande quantidade de definições existentes sobre o termo na literatura nacional e internacional.

De acordo com a OMT, a qual utiliza o conceito de turismo formulado por Oscar de La Torre:

> O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (De La Torre, 1992, p. 19).

Conforme a OMT o deslocamento do indivíduo é característica essencial do turismo, independente da motivação, assim como é uma atividade que não visa à lucratividade por parte do visitante.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) turismo é:

> (...) Uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um

> mesmo país quanto fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade. (Wahab, 1991, p.26).

Tanto no conceito apresentado pela ONU quanto da OMT, o deslocamento temporário de pessoas pelo espaço geográfico, sem finalidade econômica, com objetivos diversos, e que motiva a interação entre os povos, constituem elementos principais do turismo.

O turismo, também pode ser compreendido como conjunto de serviços oferecidos aos indivíduos fora de suas residências, como afirma Andrade (1995, p. 75) o turismo "é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento dos indivíduos e os grupos, fora de suas residências habituais". Nesse contexto, o turismo constitui apenas enquanto serviços direcionados aos viajantes, não levando em conta as interações entre os turistas e a comunidade local, como é apregoada pelas definições adotadas pela OMT e ONU.

Para Cruz (2001, p. 21) turismo é "uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo".

O conceito apresentado por Cruz (2001) aponta a prática turística, como uma grande consumidora do espaço. Quando falamos de consumo do espaço geográfico, estamos mencionando o consumo do meio ambiente em sua plenitude, ou seja, dos ecossistemas, das relações sociais existentes na localidade e suas construções históricas.

É nessa perspectiva que, se compreende a atividade turística inserida nas Praias de Cabuçu. É impossível perceber o turismo sem sua relação com o espaço geográfico, o turismo por essência é uma prática social e como tal se apropria do espaço, seja introduzindo objetos no espaço para o desenvolvimento da atividade turística, seja consumindo os elementos preexistentes no espaço, como os recursos naturais, a cultura e as relações sociais contidas nas localidades receptoras.

Necessário esclarecer que, o turismo aplicado no distrito de Cabuçu, se insere em sua grande maioria na categoria de excursionistas e/ou visitantes, uma

vez que as pessoas permanecem na localidade por um período inferior a 24 horas. De acordo com Beni (2002) tanto visitante quanto excursionista caracterizam-se por serem pessoas que visitam um local por um intervalo de menos de 24 horas, que não seja suas residência, e que não realizem nenhuma atividade remunerada. No entanto, existe uma diferenciação entre os termos não apresentados pelo autor, no que se refere ao meio de transporte utilizado para o deslocamento até as áreas turísticas, no caso dos excursionistas é comum o uso de ônibus locados, já os visitantes costumam utilizar automóvel particular para chegarem aos destinos turísticos. Além desses termos, é importante ressaltar no estudo o conceito de turista, mesmo que ainda seja em número pequeno na localidade, é possível perceber sua presença. Para a OMT (2001), turistas são visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujos motivos da viagem podem ser agrupados em lazer e negócios, razões familiares, missões e reuniões.

3 BREVE HISTÓRICO DO TURISMO NO BRASIL

É sabido que o homem é movido pela necessidade e desejo de movimentar-se pelo espaço, na busca dos mais variados interesses, seja com o objetivo de conquistar novos territórios, realizar trocas comerciais, dominar povos considerados menos desenvolvidos, adquirir novos conhecimentos, cuidar da saúde, conhecer paisagens e culturas diferentes.

Registros históricos comprovam que o deslocamento de pessoas pelo espaço sempre acompanhou o desenvolvimento humano e é base da atividade turística.

Levando em consideração esse princípio, é difícil definir o momento histórico em que se iniciar o turismo no mundo, conforme Colantuono (2015) essa dificuldade se dá, pois, a prática de viajar sempre esteve presente nas mais diversas sociedades, desde a pré-história até a atualidade, seja na busca por novos territórios, paisagens naturais, ou diferentes formas de diversão.

O fato é que não existe uma aceitação por parte dos geógrafos, historiadores e sociólogos, sobre a origem e onde começou o turismo, todavia, o que existe é a percepção que o turismo, assim como a cultura está em constante movimento, estando longe de definir seus limites.

Ao contrário do que ocorre em escala mundial, segundo Colantuono (2015) o desenvolvimento da atividade turística no Brasil teve origem, a partir da abertura dos portos às nações estrangeiras em 1808, quando a família real chega em território nacional e percebe a ausência de equipamentos direcionados ao atendimento dos viajantes, como locais para hospedagens e restaurantes.

Com abertura oficial dos portos aos países estrangeiros, foi promovido um crescimento de visitantes em terras nacionais, sendo necessária a construção de restaurantes e hospedagens, assim como o desenvolvimento do trem, como principal meio de transporte para o deslocamento dos turistas, além de propagar nos visitantes a importância da busca por locais de veraneio, da prática do banho de mar e das águas termais como mecanismo para cura de doenças (Colantuono, 2015).

Vale salientar que, as primeiras regiões a receberem visitantes no Brasil foram Poços de Caldas (MG), Campos do Jordão (SP) e Petrópolis (RJ). No entanto, a cidade do Rio de Janeiro destacou-se em 1907 no setor turístico ao receber a

primeira excursão internacional organizada pela agência Thomas Cook[2]. Com a chegada em território nacional dessa viagem, o Rio de Janeiro passa a receber incentivos fiscais para construção de hotéis, a exemplo do Hotel Avenida, maior equipamento do setor hoteleiro na época, com cerca de 220 quartos.

Em 1922 foi inaugurado o primeiro hotel considerado de luxo no país, o Copacabana Palace, com 233 apartamentos instalados no Rio de Janeiro. Segundo Queiroz (2011) o Copacabana além de oferecer serviço de hospedagem, acumulava a função de casa de espetáculo e cassino, estimulando o turismo no período, até a proibição dos jogos de azar no Brasil em 1946[3].

Para Paixão (2005) com a introdução de espetáculos e *shows* direcionados à elite, que tinha na Europa seu principal centro de inspiração, surgiram no Brasil hotéis de luxo, cassinos e estâncias climáticas de alto padrão, com incentivos governamentais, impulsionando o turismo nacional no século XX.

A procura por estâncias e cassinos em território nacional, foi reflexo do modelo de turismo desenvolvido no continente europeu no século XIX, que tinha nos jogos de azar e na presença de estâncias termais, elementos fundamentais para a propagação da prática turística. Para os europeus as estâncias eram espaços recomendados pelos médicos para tratamento de saúde, acessível apenas à aristocracia, e os jogos de azar constituíam em prática de entretenimento permitida apenas nas estâncias. Conforme Colantuono (2015) com o aumento expressivo na procura pelas estâncias termais na Europa, empreendedores começaram associar os cassinos, as paisagens naturais e as estâncias em um único ambiente, impulsionando, com isso, a atividade turística no continente, assim como em outros países fora da Europa, a exemplo do Brasil.

De acordo com Paixão (2005) além das estâncias climáticas e dos cassinos, a aviação comercial brasileira teve papel importante no desenvolvimento da atividade turística ligada à saúde no início do século XX, incentivando o turismo interno e externo. Para se ter uma ideia do dinamismo da atividade, entre as décadas de 1929

[2]Thomas Cook foi considerado o pai do turismo moderno. Em 1841, organizou a primeira viagem coletiva da história do turismo internacional, além de ser responsável em fundar a agência Thomas Cook & Son, em 1845. Contribuiu para mudar a imagem das viagens consideradas na época, nem um pouco aprazíveis, em viagens de entretenimento (Bosisio, 2005).

[3]A partir do Decreto - Lei N° 9.215 de 30 de abril de 1946, todos os cassinos existentes no Brasil foram fechados por determinação do então presidente General Eurico Gaspar Dutra. O mesmo considerava uma prática nociva à moral e aos bons costumes da população brasileira.

e 1939, o quantitativo de companhias aéreas nacionais passou de quatro para nove e o número de viagens no país saiu de 1.476 para 7.900.

Importante destacar a existência de outros eventos que auxiliaram o turismo no Brasil, conforme explicitado no (Quadro 01):

Quadro 01 - Eventos que contribuíram para o turismo no Brasil.

(continua)

1945		Constituição da Confederação Nacional do Comércio por parte dos empresários do setor de turismo.	**1946**		Criação do Serviço Social do Comércio (SESC) - uma das instituições responsáveis em promover o turismo no Brasil; Formação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - instituto educacional responsável em promover formação profissional no setor de turismo e hotelaria.	**1950**		A realização da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, episódio que contribuiu para difusão do Brasil a nível internacional, favorecendo a vinda de visitantes estrangeiro para o país.
1958		Formação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), objetivando coordenar o desenvolvimento do turismo interno e externo.	**1966**		Criações do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), com propósito de estimular e organizar o turismo em território nacional.	**1977**		Elaboração da Lei Nº 6.505/ 1977, regulando os serviços e atividades turísticas, além da criação de políticas de proteção ao patrimônio cultural e natural do Brasil.
1991		A EMBRATUR passou a ser o Instituto Brasileiro de Turismo, tendo a finalidade de coordenar, formular e executar a Política Nacional do Turismo.	**1994**		A apresentação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujo objetivo era levar as discussões, decisões e administração da atividade turística para os municípios identificados como turísticos.	**1996**		A elaboração da Política Nacional de Turismo, objetivando identificar os municípios brasileiros com potencial turístico e descentralizar o desenvolvimento da atividade

(conclusão)

			turística.
2003	A criação do Ministério do Turismo (MTur), dispondo sobre o desenvolvimento do turismo como atividade econômica sustentável, gerando empregos e investimentos com inclusão social.	**2008** Regulamentação da Lei Geral do Turismo.	

Fonte: Bosisio (2005) e Queiroz (2015).
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Considerando os elementos expostos no (Quadro 01), o turismo aplicado em território brasileiro ao longo dos anos, passou a ser percebido enquanto atividade de cunho econômico, que necessita de estratégias bem planejadas, de normas e leis que regulamentam o turismo tanto de visitantes nacionais ou estrangeiros, ou seja, necessitam de políticas públicas que contempla o turismo como uma das atividades econômicas importantes do país, não perdendo de vista o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego, renda e a inclusão social, em especial nas localidades receptoras da prática turística.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

A atividade turística no Brasil ganha evidência a partir dos anos de 1990, quando o governo federal associado com empresas privadas, desenvolveram ações buscando solidificar o país como um dos principais destinos turísticos do mundo, para estimular o desenvolvimento econômico nas localidades com potencial turístico. É necessário salientar que a visibilidade conquistada pelo Brasil na década de 1990 é resultado das diversidades culturais, históricas e naturais existentes ao longo do seu território (Santos, 2006), o que confere um grande poder de atração ao turista, seja nacional ou estrangeiro.

Diante deste cenário, o governo federal vem formulando políticas públicas para o turismo, como salienta Cruz (2001):

> Uma política de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. (Cruz, 2001, p. 40).

De acordo com a autora, a política de turismo estabelece diretrizes para a gestão da prática turística, com a finalidade de atingir o desenvolvimento das localidades turísticas.

Para os autores Goeidner; Ritchie e Mcintosh (2002), a política pública de turismo, configura-se como um conjunto de regras, regulamentações, objetivos, diretrizes e estratégias de desenvolvimento que fornece condições para a tomada de decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo e das atividades diárias existentes nas regiões turísticas.

É necessário evidenciar que, a concepção trazida pelos autores citados acima sobre a política pública de turismo, contempla a importância da coletividade na tomada de decisões sobre a prática turística inserida numa dada localidade. É relevante que as comunidades sejam ouvidas, participem na elaboração e fiscalização das ações implantadas para o desenvolvimento do turismo, visto que, a depender dos objetivos pensados para a atividade turística, tendem a atingir o cotidiano da comunidade local. Logo, as políticas públicas delineadas para o turismo devem abranger a participação coletiva, contemplando não apenas o setor privado, mas a comunidade.

O planejamento da atividade turística na figura do Estado deve desenvolver infraestrutura que promova conforto, satisfação não apenas aos visitantes, mas para a população local, como salientou Ruschmann (1997, p.84) “no turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pelas legislações necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas”. Ainda segundo o autor, o planejamento e as políticas públicas são necessários para impedir implicações indesejáveis a partir do crescimento do turismo, pois quando não existem ações planejadas para o desenvolvimento da prática turística, a presença de impactos socioeconômico e ambiental nas localidades receptoras é constante, chegando a comprometer o desenvolvimento da própria atividade turística. Ao levar em conta esses princípios, o Estado tem a

função de elaborar e executar políticas que contemplem o desenvolvimento do turismo, buscando o equilíbrio entre os aspectos econômico, ambiental e as particularidades das áreas receptoras.

Boneti (2007) argumenta que política pública é uma forma de intervenção do Estado em uma determinada realidade social, na qual a ação do mesmo se materializa através da disputa de interesses ideológicos diversos. Infelizmente, como aponta o autor, os agentes hegemônicos envolvidos no processo tendem a apresentar um maior poder de barganha junto ao Estado, com isso as políticas públicas acabam por privilegiar as classes dominantes, não considerando o caráter desigual da sociedade.

Nos debates sobre políticas públicas é corrente a presença do Estado enquanto principal agente na elaboração e execução das políticas, contudo, é importante ressaltar que o Estado não é o único com poder de formular ações, mas certamente tem o privilégio de ser o que promove maior dinamismo no espaço, bem como suas ações é uma resposta aos problemas existentes na sociedade, buscando a mediação entre os interesses individuais e coletivos. Ao elaborar e executar políticas públicas direcionadas ao setor turístico, o Estado, segue a mesma lógica, ou seja, suas ações buscam intermediar os interesses diversos, criar normas para o uso e apropriação dos espaços turísticos, além de promover infraestrutura física e social para o desenvolvimento da atividade.

Ao direcionar o olhar para o território brasileiro no que se refere às políticas públicas voltadas ao turismo, destaca-se a criação em 1966 da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, resultado do Plano Nacional de Turismo. Até então o turismo não fazia parte dos objetivos do governo federal, apenas em 1966 a atividade é reconhecida nacionalmente como ferramenta que permite minimizar as desigualdades socioeconômicas do país. Entretanto, é importante salientar que até os anos de 1990 não houve ações estruturantes no setor turístico, engendradas pelo Estado, com exceção da criação da EMBRATUR e do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) em 1971, como afirma Cruz (2000).

Esse cenário vai ser modificado apenas na década de 1990, quando o governo federal inicia um processo de dinamização da atividade turística no país, a exemplo da nova função dada a EMBRATUR, que passou a formular, executar e coordenar a Política Nacional de Turismo - PNT, na década de 1990, através da Lei Nº 8.181 de 28/03/1991, quando deixou de ser denominada empresa e passou a

Instituto Brasileiro de Turismo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República (Dias, 2003). Nessa mesma década foi implantado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, e a Política Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), refletindo uma nova mudança de paradigma na gestão do turismo, buscando a descentralização das ações por parte do governo federal.

Segundo Cruz (2000) a principal ação para a valorização do turismo, aconteceu em 2003 com a criação do Ministério do Turismo - MTur, com a finalidade de descentralizar a gestão, promovendo o desenvolvimento da atividade em todo o território, abrangendo o poder público em todas as suas esferas, além do setor privado.

De acordo com especialistas, a PNT brasileira é considerada o documento mais completo da história das políticas estabelecidas pelo governo federal para o turismo no país (Santos, 2006). Dentre os objetivos determinados pela PNT, ressaltam (Quadro 02):

Quadro 02 – Objetivos determinados pela PNT.

● Ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre governo e iniciativa privada;	● Descentralização da gestão do turismo, fortalecendo a atividade dos estados, distrito federal e municípios na resolução de decisões, no que se refere às ações e projetos introduzidos nas regiões com aptidões turísticas de forma sustentável e seguros;	● Promover a qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos no setor;
● Assegurar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, incentivando ações que promovam o mínimo impacto ao meio ambiente;	● Estimular a criação, a consolidação e a divulgação dos destinos e produtos turísticos nacionais, com intuito de atrair turistas nacionais e estrangeiros;	● Promover a implantação de infraestrutura básica e infraestrutura turística, através do PRODETUR.

Fonte: MTur, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Os objetivos definidos pela PNT representam um novo princípio nas ações para o desenvolvimento da prática turística no Brasil, considerando a importância do uso sustentável por parte do turismo dos espaços físicos, assim como a qualificação profissional dos trabalhadores inseridos na atividade para além da relevância da elaboração de infraestrutura, a exemplo da descentralização da gestão do turismo e do PRODETUR.

O PRODETUR foi elaborado pela EMBRATUR em 1991 com o propósito de fortalecer a PNT, tendo como objetivo promover investimentos regionais, estaduais e municipais, a partir de uma percepção sustentável e democrática, buscando a geração de emprego nas localidades receptoras da prática turística e a redução das desigualdades regionais (PRODETUR, 2008).

Por meio do programa, os estados e municípios com aptidões turísticas e interesses na aquisição de crédito, solicitam recursos e assistência técnica do MTur para a elaboração das propostas, que devem estar de acordo com o Plano Nacional de Turismo, além da necessidade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, tem como objetivo orientar o crescimento do turismo nas localidades de forma sustentável (MTur, 2008). Nesse contexto, o município de Saubara foi contemplado no PDITS, discussão que será retomada mais adiante, quando será discutido o papel do poder público estadual e municipal no planejamento e fiscalização da atividade turística e suas implicações ambientais na localidade.

Entre os recursos direcionados ao programa, estão os financiamentos internacionais, disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, os recursos oriundos do MTur e a contrapartida dos estados. Nessa conjuntura o BID desempenha um papel central no desenvolvimento do PRODETUR, sendo uma das principais instituições internacionais que financia as políticas públicas para o setor turístico. Todavia, para alguns autores a exemplo de Buscioli (2021) e Santana (2006) a função do BID vai além do financiamento da atividade turística, sendo considerado mentor das políticas de turismo, propondo modelos de projetos, ou realizando exigências que devem ser cumpridas por parte dos Estados para ter acesso aos recursos e financiamentos, sem mencionar que as ações engendradas pelo banco sempre privilegiam as classes dominantes.

É possível perceber que, as políticas direcionadas ao setor turístico em território nacional não são pensadas apenas pelo Estado brasileiro, e sim seguem as

diretrizes das instituições internacionais, onde as ações a serem desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais, em sua grande maioria não contempla as necessidades e particularidades das comunidades inseridas nas áreas turísticas, pois o que está em jogo é apenas a reprodução do capital turístico no país.

Enquanto ação do Estado, o PRODETUR elaborou as diretrizes para o desenvolvimento do turismo em território nacional, a exemplo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/Nordeste, esse programa foi organizado em duas etapas, PRODETUR/Nordeste I e o PRODETUR/Nordeste II, sendo considerado o maior e principal programa de turismo em território nacional com financiamento do BID (BID, 2020).

O PRODETUR Nacional (2008) modificou a escala espacial do programa, que deixa de ser regional e passa a ser um único programa, em que o governo federal tenta ampliar as experiências obtidas a partir do PRODETUR/Nordeste I e II para todo território nacional. Seguindo essa lógica o PRODETUR/Nordeste - Bahia, passou a ser conhecido como PRODETUR/Nacional - Bahia.

3.2 O PAPEL DO ESTADO BAIANO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Nos últimos anos, a Bahia desenvolveu e realizou políticas e ações direcionadas ao turismo, com a finalidade de expandir a economia baiana na esfera nacional e internacional, visto que o turismo configura-se numa atividade de geração de emprego, renda e divisa. No contexto de ações elaboradas pelo governo baiano destaca-se o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), implantado em 1991. Trata-se de um instrumento de política econômica, com objetivos de construção de infraestrutura básica para as áreas turísticas; capacitação dos serviços públicos que dão sustentação à atividade turística; incentivos ao setor privado no que diz respeito à implantação de equipamentos e serviços turísticos; qualificação dos recursos humanos e promoção do turismo através do marketing.

Importante salientar que, o PRODETUR/Nacional- BA abrange:

> As bases da estratégia para o desenvolvimento do turismo no Estado, podendo ser descrito como um instrumento de intervenção governamental

> de caráter multissetorial que busca convergir ações nas áreas de infraestrutura pública, promoção e educação para o turismo nas regiões prioritárias. Trata-se de um programa de longo prazo, cuja implementação vem se dando de forma integrada entre órgãos dos poderes Públicos federal, estadual e municipal, participando também deste esforço a iniciativa privada. (PRODETUR Nacional-BA, 2012).

Levando-se em conta a dimensão territorial da Bahia com 564.732,450 km² e o litoral com 1.100 km, o que lhe confere grande poder de atração turística, o governo baiano cria em 1990, a partir do PRODETUR/Nordeste, as Zonas Turísticas (ZTs), usando como critério para essa regionalização as tradições culturais, as diversidades das paisagens e os atrativos turísticos existentes nas localidades. Inicialmente o Estado adotou a divisão em sete zonas turísticas: Baía de Todos-os-Santos, Costa das Baleias, Chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa dos Coqueiros e Costa do Dendê.

Entre 1991 e 2004 foram direcionados recursos na ordem de US$ 1,6 bilhões em duplicação e melhoria em obras de infraestrutura nas então criadas zonas turísticas (Bahia, 2005), sendo que desse montante US$ 250.000.000 foram recursos oriundos do PRODETUR/Nordeste, tendo como principal alvo a Zona Turística Baía de Todos os Santos - ZTBTS, que no período em questão recebeu mais recursos do programa (Tabela 01).

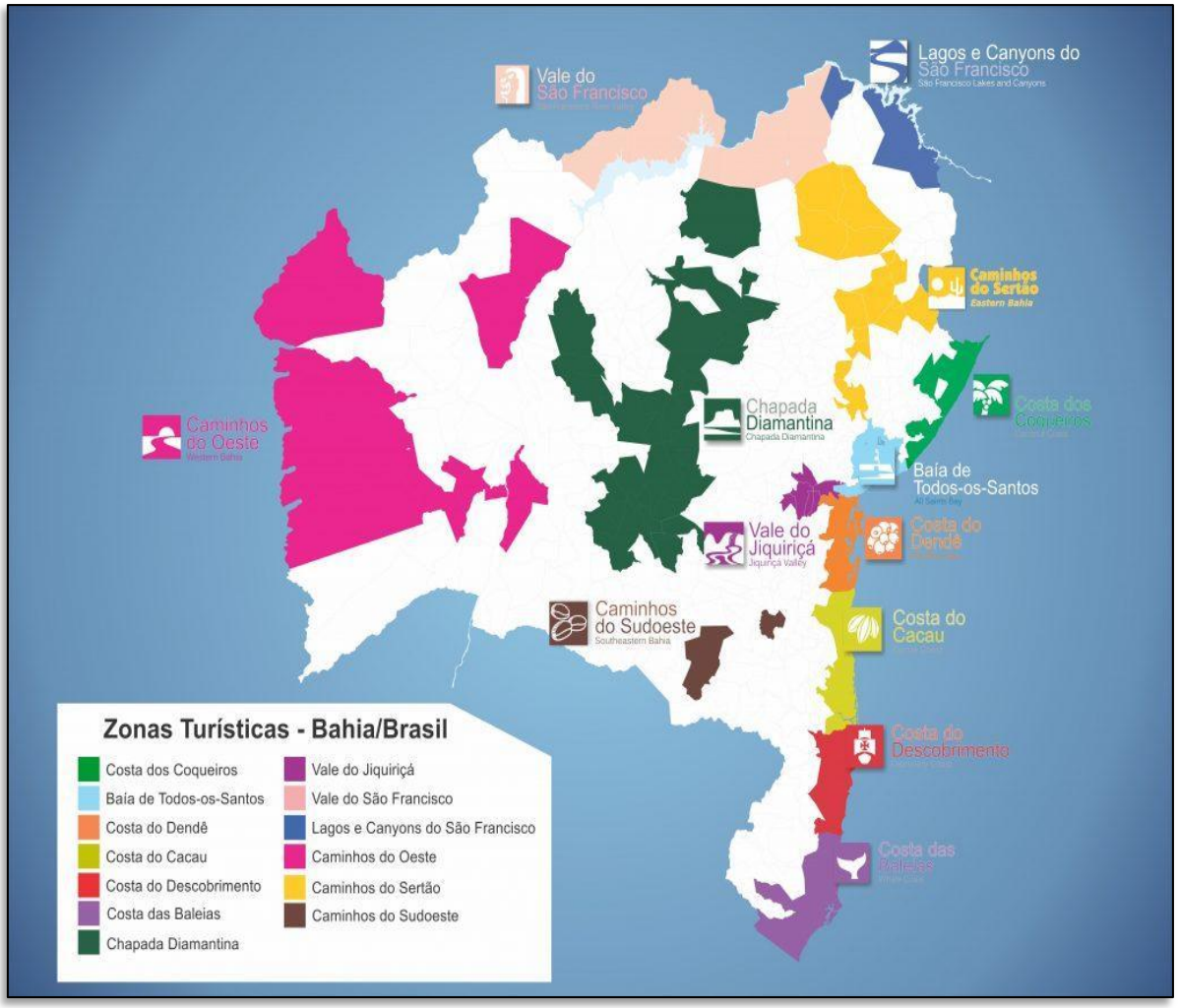
Tabela 01 - Investimentos públicos nas zonas turísticas da Bahia 1991-2005.

Zonas Turísticas	US$
Baía de Todos os Santos	1.007.550
Caminhos do Sertão	103
Caminhos do Oeste	14.683
Lagos do São Francisco	18.756
Costa do Dendê	125.502
Vale do Jiquiriçá	20.940
Costa dos Coqueiros	154.012
Costa do Cacau	156.066
Costa do Descobrimento	192.122
Costa das Baleias	95.499
Chapada Diamantina	225.785
Outras	111.365
Total Geral	**2.122.386**

Fonte: Bahia, 2005.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Em 2005, o Estado baiano elaborou o programa “Século XXI consolidação do turismo: a estratégia turística da Bahia para 2003-2020”, levando a criação de novas zonas turísticas, com a finalidade de promover o turismo no interior do estado, uma vez que até então todas as ações e projetos eram direcionados apenas ao litoral, restringindo a modalidade turística sol e praia (Bahia, 2005). Nesse período a Bahia contava com a existência de 93 municípios com potencial turístico e desde então o Estado passou a contar com treze ZTs (Bahia, 2011) (Figura 03).

Figura 03 - Zonas turísticas da Bahia, 2020 – 2030.



Fonte: SETUR-BA, 2022.

Essa regionalização tem como objetivo disponibilizar ações direcionadas para infraestrutura básica nas áreas receptoras do turismo, assim como descentralizar os

investimentos e ações para as regiões com potenciais turísticos desconhecidos pelos turistas (SETUR-BA, 2022).

De acordo com a SETUR-BA (2022) são estimados para o Estado baiano até o ano de 2035 aproximadamente 8 bilhões em investimentos privados, direcionados na ampliação e melhoria da rede hoteleira e qualificação dos destinos turísticos com 18 grandes empreendimentos localizados em oito zonas turísticas, com perspectiva de gerar 38,5 mil empregos diretos (Tabela 02).

Tabela 02 - Investimentos privados previstos por ZTs na Bahia até 2035.

Zonas Turísticas	Investimentos (milhões de US$)
Costa dos Coqueiros	**1.193,00**
Costa do Descobrimento	**160,00**
Costa do Cacau	**108,40**
Caminhos do Oeste	**40,00**
Costa do Dendê	**39,20**
Caminhos do Sertão	**31,10**
Chapada Diamantina	**11,00**
Baía de Todos os Santos	**9,80**
Caminhos do Sudoeste	**6,0**

Fonte: SETUR- BA, 2022.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

A partir desses dados e com base nos indicadores disponibilizados pela SETUR-BA em 2022, a maioria dos recursos destinados às obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo no Estado, estão sendo direcionados para a Costa dos Coqueiros. Atualmente, esta é a zona que concentra o maior número de projetos, com previsão de receber entre 2022 e 2023 seis novos equipamentos de hospedagem de alto padrão, cenário bem diferente do início da inserção da Bahia no PRODETUR/NORDESTE, em que as zonas com maior investimentos em obras de infraestruturas e recursos financeiros eram a ZTBTS, em especial o município de Salvador, e a Zona Turística Costa do Descobrimento - ZTCD, tendo o município de Porto Seguro seu principal representante.

Para se ter uma ideia da representatividade destas ZTs, a cidade de Salvador inserida na ZTBTS, era responsável pela atração de 32,2% do fluxo de turistas

nacionais e por 67% internacionais, enquanto Porto Seguro - ZTCD, encontrava-se em segundo lugar na atração de visitantes nacionais 9% e 10,7% dos estrangeiros. Em 2011 essas duas zonas apresentavam a maior participação na demanda de turistas, captação de recursos financeiros nacionais e internacionais, e construções ou reformas de equipamentos urbanos (SETUR-BA, 2011).

Salienta-se que, a participação das ZTs não se dá de forma homogênea. A partir das informações apresentadas na (Tabela 02), o discurso adotado pelo governo estadual, através do zoneamento turístico, no qual deveria descentralizar as ações, os recursos financeiros nacionais e internacionais direcionados para a promoção do turismo de maneira igualitária em todas as zonas turísticas, contemplam de forma significativa apenas regiões já consolidadas pelo turismo, a exemplo da Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos e Costa do Descobrimento, deixando à margem as demais zonas. Assim como é fácil constatar, dentro das zonas turísticas que se destacam na atualidade, nem todos os municípios que integram essas zonas, desfrutam de recursos e ações direcionados para o desenvolvimento do turismo de maneira equitativa, ao contrário, existe um grande desequilíbrio da presença do Estado na descentralização das ações para as demais localidades que não sejam Salvador, Porto Seguro e Mata de São João. Cenário facilmente observado no município de Saubara, particularmente no que diz respeito à Praia de Cabuçu, os investimentos em obras de infraestrutura, recursos financeiros e ações para a difusão do turismo e o uso sustentável dos recursos naturais na localidade nem sempre chegam com a constância que alcançar a capital baiana e seu entorno. Essa discussão será resgatada mais à frente.

3.3 ZONA TURÍSTICA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Constituída por uma grande diversidade cultural e natural, a Baía de Todos os Santos – BTS vem atraindo os visitantes pelas belas e inúmeras ilhas, formadas de praias e vegetação deslumbrantes existentes na região, assim como pela presença de elementos culturais a exemplo dos casarões do período colonial e das igrejas seculares.

Situada à 12º58’250” S e 38º29'100” W, é considerada a maior baía do Brasil, com aproximadamente 1.000 km² e 238 km de extensão e, a segunda maior do

mundo. Formada por 56 ilhas, dentre as quais se destacam as ilhas de Itaparica, Maré e Frades (IBGE, 2022).

Durante os séculos XVII e XVIII a BTS era o maior porto marítimo do hemisfério sul, devido à calmaria de suas águas favoráveis à navegação.

Desde o começo das atividades econômicas introduzidas no Brasil colônia, era adotada a navegação na BTS, visto a inexistência de vias de circulação por terra para o deslocamento da produção, possibilitando a diminuição dos isolamentos dos povoados próximos a BTS.

Em razão das mudanças ocorridas no Recôncavo ao longo dos anos, onde alguns centros urbanos localizados na região perderam visibilidade na economia baiana, a exemplo de Cachoeira, Santo Amaro e São Félix, grandes exportadores de produtos agrícolas do passado, nos dias presentes esses municípios perderam o lugar de destaque no cenário regional e nacional para a região metropolitana de Salvador – RMS.

O quadro de desenvolvimento vivenciado pela região metropolitana de Salvador está assentado dentre outros fatores, na presença dos complexos industriais inseridos na região nas décadas de 1960 e 1970 o que potencializou a RMS.

Dentre os complexos instalados na capital e seu entorno, destaca-se o Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o Centro Industrial de Aratu (CIA), a refinaria Landulfo Alves (RLAM), assim como os terminais portuários de Salvador, Aratu e o Terminal Marítimo de Madre Deus (TEMADRE), o que permite à RMS grandes transformações urbanas, beneficiando a atividade turística no que diz respeito ao suporte criado pelo processo urbano efetivado na região.

Hoje o município que sobressai tanto na BTS como na RMS, é sem dúvida, o município de Salvador. Considerado o maior e mais importante destino turístico do Estado, além de ser o maior centro urbano com influência nos demais municípios, apresenta os maiores índices populacionais do Estado, sendo o principal provedor de equipamentos e serviços da Bahia. É reconhecido pelos especialistas, como líder no Norte e Nordeste enquanto principal destino turístico de negócios e eventos, devido à infraestrutura disponível no município, como expressivos números de leitos e uma malha aérea nacional significativa. A capital conta, também com atrativos naturais e culturais admirados mundialmente (SETUR-BA, 2022).

A BTS é a entrada para o estado para quem chega via o Aeroporto Internacional de Salvador, classificado como o quinto maior do país em termos de capacidade em receber visitantes, podendo atender até 15 milhões de passageiros no ano (SETUR-BA, 2022), o que facilita sobremaneira o grande contingente de turistas nacionais e estrangeiros que procuram a capital baiana como principal destino turístico do Estado.

Além de Salvador, a ZTBTS é composta pelos municípios de Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Vera Cruz, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Simões Filho.

Entre as modalidades de turismo encontradas na ZTBTS, destacam-se os segmentos sol e praia; cultural; gastronômico; étnico; religioso; náutico; ecoturismo; de negócios e eventos; *premium*; bem-estar e LGBTQIAPN+. É necessário salientar que das modalidades citadas acima, nem todas estão presentes nos municípios que integram a ZTBTS, a exemplo de Saubara, sendo conhecida apenas por ofertar o segmento sol e praia, panorama bem diferente da capital baiana, que contempla todas as modalidades existentes na zona turística.

Diante desse contexto, constata-se que a maioria dos investimentos em infraestrutura e desenvolvimentos de ações por parte do governo e da iniciativa privada, para implantação e revitalização do turismo sol e praia e o cultural, já consolidados no município de Salvador, aumenta expressivamente ao longo dos anos, assim como vem crescendo, igualmente, as ações no turismo de negócios, o turismo náutico, ecoturismo e o turismo gastronômico na capital, promovendo com isso, grande desequilíbrio entre os demais destinos inseridos na ZTBTS, particularmente no que diz respeito a investimentos e infraestruturas direcionadas ao setor turístico.

Ressalta-se que, desde a inserção da Bahia no PRODETUR/Nacional, a ZTBTS foi a primeira a ser escolhida para receber financiamentos da iniciativa privada, do governo federal e do BID, em razão de suas potencialidades naturais e culturais favoráveis ao desenvolvimento dos segmentos cultural e náutico, promovendo de acordo com a SETUR-BA (2022) a economia nos municípios que compõem a região.

Durante muito tempo a cidade de Salvador foi reconhecida internacionalmente como *lócus* para a prática do turismo náutico, graças à calmaria de suas águas,

levando o MTur em parceria com o governo estadual, a elaboração em 2010 do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Náutico da Baía de Todos os Santos. De acordo com a SETUR-BA (2012) o plano teve como objetivo:

> A identificação, o dimensionamento e a análise das potencialidades dos recursos naturais, ambientais, culturais e sociais, relacionando as necessidades de captação de recursos em investimentos públicos e privados para o desenvolvimento dessa modalidade de turismo na região (SETUR-BA, 2012).

Diante do crescimento e da potencialidade do turismo cultural e náutico da BTS, o governo baiano, através do PRODETUR/Nacional-BA, com recursos próprios e financiamento do BID e com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Náutico da Baía de Todos os Santos, vem investindo nos últimos anos aproximadamente US$ 70 milhões na requalificação e fomento do turismo na ZTBTS, com ênfase nos segmentos náutico e cultural, buscando contemplar projetos direcionados para o fortalecimento da gestão e infraestrutura da área, bem como favorecer e aumentar o fluxo de turistas na região, ampliando a permanência dos mesmos, gerando emprego e renda para a população local (SETUR-BA, 2022).

Nessa lógica, as ações pensadas pelo governo da Bahia para o desenvolvimento do turismo náutico na ZTBTS, pode ocasionar a longo e médio prazo a intensificação do uso dos espaços físicos, já utilizados pelo segmento sol e praia, potencializando os impactos ambientais nos núcleos turísticos, além de afetar o cotidiano das pessoas, com o argumento de promover emprego e renda nas localidades, não mensurando a fragilidade dos ecossistemas e das relações sociais estabelecidas nos locais.

4 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS PRAIAS DE CABUÇU

Compreender o surgimento da Praia de Cabuçu, como ambiente que atrai um contingente de visitantes/excursionistas e veranistas ao longo do verão, em busca de lazer, implica em percorrer uma breve contextualização histórica sobre o município de Saubara, no qual encontra-se inserido o distrito de Cabuçu.

Localizado no Recôncavo Baiano, o município de Saubara é conhecido desde o século XVI, enquanto povoado situado junto ao mar, no interior da Baía de Todos os Santos, cujo nome tem origem indígena, da palavra saúva, que significa “comedor de formiga” (Barros, 2006). O então povoado foi um dos primeiros aglomerados urbanos ligado ao município de Santo Amaro, tendo seu surgimento datado por volta de 1550, segundo o IPAC-BA (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia).

De acordo com relatos históricos a freguesia de São Domingos de Saubara foi forjada a partir da construção da Igreja de São Domingos de Gusmão (Figura 04), situada na Ponta de Saubara, região fundada pelo fidalgo português Braz Fragoso em 1685, com intuito de promover a proteção do território contra as invasões espanholas vindas do oceano, visto que a Ponta de Saubara, localizada geograficamente numa área de colina, permitia uma visão estratégica das embarcações em alto mar.

Figura 04 - Igreja de São Domingos de Gusmão - Ano de 2018, Saubara/ BA.

Fonte: Gustavo de Souza Castro.

Essa localização privilegiada da igreja, também foi fundamental nas lutas pela Independência na Bahia em 1823, servindo como quartel general as tropas brasileiras e a população local, pois do alto de sua colina era possível observar os invasores portugueses vindo do mar (Barros, 2006).

Durante muitos anos Saubara foi subordinada à cidade de Santo Amaro, cenário estabelecido a partir da Lei Provincial Nº 1.619 de 04 de julho de 1876, no qual criou-se o distrito de Saubara, vinculado à Santo Amaro. Em 1955 o distrito foi elevado à categoria de vila, ainda sob hegemonia santamarense, o que ocasionou grandes inquietações por parte da população saubarense que almejavam conquistar sua independência territorial e política. Cenário modificado apenas em 1989, a partir da Lei Estadual Nº 5.007 de 1989, que confere a emancipação política ao município de Saubara (Barros, 2006).

Na atual divisão político-administrativa, o município de Saubara é constituído por 3 distritos, o distrito sede (Saubara), Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres (IBGE, 2022). O distrito de Cabuçu configura-se como um dos mais importantes na região, devido seus encantos naturais, atrai expressivos números de veranistas e excursionistas na alta temporada, além de sua localização privilegiada entre o mar e a foz de rios existentes na região, constituindo-se num importante berçário marinho, abrigando espécies de crustáceos e mariscos, que são à base de subsistência da população local.

É fundamental ressaltar a não existência de registros oficiais que narram como ocorreu a apropriação do distrito de Cabuçu pelo turismo, assim, as informações aqui apresentadas são fruto de relatos de moradores antigos da localidade e excursionistas que frequentavam a praia nas décadas de 1980 até os dias atuais.

A busca pela Praia de Cabuçu começou antes mesmo da emancipação do município de Saubara em 1989. Ainda em meados dos anos 1980[4], as primeiras excursões, também chamadas de "lotações", começaram a chegar à praia, oriundas da cidade de Feira de Santana e das regiões vizinhas ao vilarejo de Saubara.

No início, a praia não contava com infraestrutura para atender os visitantes, que chegavam ao local para aproveitar o dia de sol e entretenimento. Segundo

[4]Relato do morador A

relato de morador do distrito[5], na década de 1980 a Praia de Cabuçu era apenas um vilarejo de pescadores, que tinham na pesca artesanal[6] sua principal fonte de renda.

No período em destaque, não existiam em Cabuçu barracas, bares, nem as conhecidas vendedoras de moquecas, peixes fritos e cocadas, tão presentes nos dias atuais, o que induzia os excursionistas que chegavam em ônibus locados, a necessidade de levar seus alimentos e bebidas em sacolas térmicas e caixas de isopor. Muitos dos alimentos que faziam parte do cardápio dos visitantes nesse período era frango assado, ou frito, e farofa, preparos que conseguem suportar um ambiente com temperaturas elevadas, como praias, sem o risco de estragar com facilidade, como afirma a Excursionista - A:

> Tínhamos o hábito de levar nossa comida para a Praia de Cabuçu, pois no início de tudo não tinha barraca, nem as nativas vendendo moquecas. Como ficávamos o dia todo, precisávamos levar o almoço e lanche para as crianças e para nós adultos. Levávamos macarrão, frango frito ou assado e farofa nas sacolas térmicas e no isopor levávamos as bebidas (Excursionista - A).

Devido a essa prática, os visitantes ficaram sendo conhecidos como “farofeiros”, expressão ainda usada na atualidade, de maneira pejorativa pela população para se referir, em especial a classe média baixa, que se desloca para a praia, com intuito de aproveitar o dia de lazer.

Como não existiam equipamentos turísticos, a exemplo das barracas de praias na década de 1980 na localidade, os excursionistas que chegavam à Cabuçu, buscavam com frequência abrigo embaixo das árvores e coqueiros existentes na área. Era comum se abrigarem, também nas cabanas de taipa[7] presentes ao longo da faixa de areia, construídas pelos pescadores com a finalidade de guardar seus instrumentos de trabalho e aos domingos muitas das vezes na época do verão, segundo relatos dos excursionistas que frequentavam o local, eram usadas como abrigo para se proteger do sol, até porque muitas dessas pessoas eram formadas por famílias com crianças pequenas, que se deslocavam de suas cidades nas

[5]Relatos do morador B

[6]A “pesca artesanal caracteriza-se por meio de produção com tecnologia relativamente modesta, um sistema de captura multi-espécies e relações de trabalho fundadas na parceria”. (Prost, 2007, p.141).

[7]De acordo com Di Marco (1984) construções de taipa, são estruturas de madeira formada por ripas horizontais e verticais, preenchidas por uma mistura de água, terras e fibras, com amarração feita de tiras de cipó.

primeiras horas do dia para aproveitar as belezas naturais de Cabuçu, como salienta o Excursionista - B:

> Nos anos 80 não existiam em Cabuçu barracas, e chegávamos à praia através das lotações e com crianças, precisávamos procurar lugares para nos proteger do sol. Ficávamos debaixo das árvores, ou quando tínhamos sorte encontrávamos algumas cabanas dos pescadores, onde eles guardavam as redes de pesca e outros objetos. As cabanas eram feitas de barro e cobertas de palhas e muitas vezes ficavam abertas, o que facilitava nossa entrada (Excursionista - B).

Conforme os moradores antigos do distrito, no final dos anos 80 surgem às primeiras barracas, construídas por algumas pessoas da comunidade que visualizavam nesses equipamentos uma forma de adquirir uma renda extra. Eram construções simples, feitas de madeira e cobertas de folhas de coqueiro, os bancos e mesas destinados aos clientes eram de troncos de árvores, coletadas da mata existente na região, assim como os demais materiais que faziam parte nas construções das barracas; as bebidas vendidas eram armazenadas em caixas de isopor com gelo, pois não existia luz elétrica. Eram ambientes que não contavam com banheiros, ou qualquer tipo de infraestrutura para atender os visitantes, como pode ser observado na (Figura 05).

Figura 05 – Modelo antigo de barraca existente na Praia de Cabuçu/BA.

Fonte**:** Silva, 1989.

Em razão do dinamismo provocado pelo crescimento de visitantes/excursionistas e veranistas na praia, esse cenário sofreu transformações, as barracas, hoje são construções de alvenaria, cobertas por telhas de cerâmicas como ilustrado na (Figura 06) e contam com serviço de energia elétrica, além de disponibilizarem banheiros e chuveiros para os banhistas que frequentam esses equipamentos.

Figura 06 - Construções atuais das barracas na Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Importante assinalar que, o número de pessoas que frequentavam a praia na década de 1980, era um número pequeno, nada comparado ao fluxo de indivíduos que visitam o local no presente. Uma das razões apontadas pelos moradores da localidade estava na dificuldade de acesso ao distrito no final dos anos 1980, a estrada que ligava Saubara aos vilarejos de Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres era de chão, e em determinados trechos quando em dias chuvosos, ficavam intransitáveis, dificultando consideravelmente o deslocamento de veículos na região.

Essa situação começou a ser modificada na década de 1990, a partir da

reestruturação da rodovia BA - 878, promovida pelo governo do Estado, ligando o município de Saubara às demais localidades circunvizinhas, facilitando a movimentação de transportes, veículos e pessoas.

Segundo informações apontadas por moradores do distrito, a partir de 1995 a 2000 o número de pessoas que passa a visitar Cabuçu cresce de forma significativa, em especial o número de veranistas, buscando a praia não apenas para permanecer o dia e sim passarem quinze (15) dias ou um mês.

Em virtude dessa grande procura por Cabuçu, a praia ficou sendo conhecida, como a “Praia do oi”, ou a “Praia dos feirenses”, essa última expressão se deu, devido ao grande quantitativo de pessoas oriundas do município de Feira de Santana que costumam frequentam o local na alta temporada e nos feriados, já a expressão “Praia do oi”, é utilizada em virtude de ser comum encontrar pessoas conhecidas em Cabuçu, na qual utiliza a saudação “OI” como forma de cumprimento. É nesse período que a procura pelas casas de veraneio começam a surgir no distrito, levando muitos moradores a colocarem suas casas para alugar, como meio de adquirir uma renda extra no verão.

Em razão da crescente procura pela localidade, começaram a surgir no início de 2000[8], loteamentos destinados à construção de casas de veraneio, que atrai pessoas das cidades de Feira de Santana, Amélia Rodrigues e do Recôncavo baiano, que viam na localidade um espaço de descanso e contemplação da natureza, além da possibilidade de construir uma segunda residência no litoral (Figura 07).

[8] Informações disponibilizadas por moradores antigos do distrito.

Figura 07 - Imagem dos loteamentos existentes na Praia do Sol e Recreio no distrito de Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Destaca-se que, muitos dos loteamentos situados no distrito estão nas Praias do Sol e Recreio, a poucos metros da Praia de Cabuçu, a principal da região. É necessário salientar que as nomeações Praias do Recreio e do Sol surgiram a partir dos loteamentos, pois até final dos anos 1990[9], o distrito contava apenas com a Praia de Cabuçu, não havia essa regionalização, subdividindo o espaço, nas praias de: Cabuçu, Recreio, Sol e Pedras Altas como salientam os moradores antigos do local.

Podemos entender que essa subdivisão existente no distrito, foi uma construção pensada para diferenciar as pessoas que chegam à praia através das excursões, se concentrando inicialmente na Praia de Cabuçu, e os veranistas que buscam a localidade para ficarem mais dias, seja alugando casas por temporada, ou construindo suas casas de veraneio, se inserem nos loteamentos nas Praias do Sol e Recreio, normalmente são pessoas de classe média, perfil bem diferente dos banhistas que chegam em ônibus locados, em geral indivíduos de classe média baixa.

[9] Informação obtida com moradores antigos do distrito de Cabuçu.

4.1 ATIVIDADE TURÍSTICA: O ESPAÇO FÍSICO DA PRAIA DE CABUÇU COMO MERCADORIA

Segundo Santos (2005) não existe outro objeto com tamanha relevância na vida diária do ser humano como o espaço. Para o autor é impossível a existência da sociedade sem espaço, nem tão pouco a história se escreve fora dele, sendo o espaço, portanto, uma construção social importante no cotidiano das pessoas. Assim como, o espaço se constitui enquanto um sistema de objetos e um sistema de ações interligado, onde as relações históricas se realizam como ressalta Santos (1997):

> É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (Santos, 1997, p. 51).

Essa lógica apontada pelo autor nos permite entender que o espaço é produto e produtor das relações sociais, ao mesmo tempo em que a produção e (re)produção desse espaço se realiza de maneira antagônica, típica do sistema capitalista, no instante que visa à unificação do modelo econômico, tendo como base a acumulação do capital, promove uma enorme desigualdade entre os mais diversos espaços inseridos na superfície terrestre, demonstrando o quanto é contraditório.

Não podemos perder de vista que o espaço resulta da dinâmica do capital e é organizado com base em sua função de mercado, assim como reflete as relações sociais, segundo Lefebvre (2008) o espaço não deve ser percebido como um passivo, mas como lugar da reprodução das relações sociais. Sendo assim, as ações elaboradas pelo turismo materializam-se no espaço a partir do capital e das relações sociais, dando novas funcionalidades às áreas receptoras da atividade.

Nesse sentido, as novas configurações dadas ao espaço físico na sociedade capitalista, visam quase sempre o uso e apropriação da natureza como mercadoria, atraindo a atenção de diversos agentes e setores da economia na reprodução do capital.

Aliás, a atividade turística tem como suporte o consumo e produção do espaço, através da lógica de mercado, onde se faz uso dos elementos naturais para a concentração do capital, contemplando apenas seu valor de troca, sem considerar as limitações da natureza e as particularidades das comunidades que recebem o turismo.

Os espaços das praias de Cabuçu é um exemplo dessa conjuntura, seu espaço físico é concebido como matéria-prima principal do turismo, é apreendido como mercadoria a ser utilizado para obter ganhos, sejam eles lucros ou rendas, cenário observado, através dos agentes imobiliários, donos de pousadas, bares, barracas e os locatários de casas, agentes que se apropriam do espaço e dos elementos naturais presentes na localidade, dando um (re)significado a natureza, ao espaço e as relações sociais tradicionalmente estabelecidas pelos nativos da região, com a finalidade da obtenção de renda.

Dentro desta perspectiva, é observada crescente demanda de construção de casas de veraneios nos loteamentos abertos nas praias do distrito em áreas de Mata Atlântica. Segundo relatos de moradores antigos do distrito, as áreas hoje ocupadas pelos loteamentos, foram adquiridas pelo grupo OAS[10] no final dos anos 1990 de uma antiga proprietária chamada Marina, dona de grandes extensões de terra na localidade no século XX. A partir da aquisição das terras, o grupo dividiu o espaço em lotes, inserindo-os no mercado imobiliário, tendo como objetivo a maximização do capital e o uso do espaço físico como mercadoria para a prática turística.

Conforme fala de moradores da comunidade, o antigo grupo OAS além de comprar as terras que deram origem aos loteamentos Praia do Sol e Recreio adquiriram terrenos onde é localizada uma área de manguezal, ambiente na qual parte da população local extrai sua subsistência. E como forma de demonstrar o quanto é perverso o pensamento dominante a respeito da apropriação dos espaços com potencialidade turística, seus donos cercaram toda área, inclusive o manguezal, impedindo a comunidade de acessar o ecossistema (Figuras 08 e 09), como aponta Lefebvre (2008) a acumulação capitalista produz um espaço cada vez mais fatiado e colocado à venda, onde seu uso é constantemente monopolizado pela troca.

[10]Grupo OAS, atualmente conhecido como grupo Metha, configura-se como um conglomerado fundado em Salvador/BA em 1976. É formado pela OAS Construtora, operando na construção civil; OAS Empreendimentos, atuando no setor do mercado imobiliário e OAS Investimentos, responsável por investimentos privados em infraestrutura e concessões de serviços públicos e privados.

Figuras 08 e 09 – Cerca construída demarcando área privada na Praia de Sol, Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

A comercialização em torno das casas de veraneio em Cabuçu, nada mais é que o uso do espaço como mercadoria, ou seja, a compra e venda desse espaço, constituído pelo meio físico e pelos símbolos atribuídos pelas relações sociais ali presentes, passa a ser incorporado no processo de reprodução do capital como mercadoria, suscetível de ser vendido e negociado pela atividade turística.

Em Cabuçu, a natureza tem papel fundamental na promoção do lazer, assim como essa mesma natureza é vista como elemento que pode ser comercializado, pois, para os proprietários das casas de veraneio, que procuram justamente os atrativos naturais do distrito para o descanso, são estes atributos que os impulsionam ao consumo do espaço. Dessa forma, é fácil inferir o quanto é marcante a atuação do mercado imobiliário em Cabuçu, no qual se utiliza dos atrativos naturais como mecanismo de valorização dos imóveis e terrenos.

Além da atuação do mercado imobiliário em volta das casas de veraneio e da venda de terrenos para a construção dessas residências, os donos dessas propriedades, bem como os locatários de casas para temporada nas praias de Cabuçu, configuram-se como agentes que apreendem o espaço e a natureza como passíveis de serem comercializados, transformando-os em valor de troca, ou seja, mercadoria. Como as segundas residências em Cabuçu, são utilizadas para o descanso e lazer nas férias e feriados, e seus proprietários são oriundos de outros municípios, é costume colocarem as residências de veraneio para alugar nos meses que não estão na localidade, caracterizando o uso do espaço como instrumento para geração de lucro. Situação muito semelhante ocorre com o comércio direcionado à locação de casas para os turistas, realizada pela comunidade local (Figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11 - **Casas com placas de aluguel na Praia de Cabuçu/BA no mês de janeiro de 2023.**

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

A maioria das casas locadas nas praias é de propriedade dos nativos, que em alguns meses do ano, em especial nos meses de dezembro a fevereiro, se deslocam de suas residências principais para casa de parentes ou construções feitas nos fundos ou em cima das residências alugadas, construções essas, feitas com pouco ou nenhum conforto, contudo, como se trata de pessoas que vivem basicamente da pesca artesanal e da extração de marisco, encontraram na locação de casas, ou seja, na comercialização do espaço e dos seus elementos naturais uma maneira para a aquisição de uma renda extra, conforme Valença (2015) ocorre uma nova forma de perceber a natureza na contemporaneidade:

> (...) mudou a função social da transformação da natureza, que não é mais prover os meios de sobrevivência, mas gerar a acumulação privada, através da produção de mercadorias. E é dessa forma que a natureza serve ao mercado imobiliário (Valença, 2015, p. 136).

A introdução das barracas na praia, também reflete o uso mercadológico dado ao espaço físico pelos proprietários desses equipamentos. No início da prática turística, o distrito de Cabuçu não contava com barracas. Apenas na década de 1990 as primeiras estruturas instaladas para atender os visitantes foram inseridas na praia principal, e em número bem menor que na atualidade. Todavia, com o aumento expressivo de visitantes/turistas no decorrer dos anos, mais barracas foram sendo adicionadas ao longo da costa, abrangendo além da Praia de

Cabuçu as Praias do Sol, Recreio e Pedras Altas, totalizando no momento 98 barracas, o que imprimiu novos usos ao espaço, transformando o espaço litorâneo em mercadoria. É necessário destacar que o uso dado ao espaço, são usos que dão base à troca, como assinala Carlos (1999, p. 175), em uma sociedade capitalista “o valor de troca, impresso no espaço - mercadoria se impõe ao uso do espaço na medida em que os modos de apropriação passam a ser determinados, cada vez mais, pelo mercado”.

Partindo deste princípio, a alteração do uso da Praia de Cabuçu, antes percebida como lugar de moradia e da atividade pesqueira, agora é definida como lugar de empreendedores turísticos e de especulação imobiliária. Até meados de 2016 o distrito de Cabuçu tinha seu vetor de crescimento em relação à prática turística, indo em direção à sede do município (mais especificamente sentido Norte do município), onde era possível verificar grande quantitativo de casas de veraneio construídas nos loteamentos Praia do Sol e Recreio (Figura 12), validando a atuação expressiva do mercado imobiliário neste lado do distrito, porém, nos dias atuais observa-se uma demanda significativa em torno da procura pela Praia de Pedras Altas (sentido Sul do distrito), (Figura 13), seja para construção de segunda residência como ilustrado na (Figura 14) ou introdução de barracas nessa nova área de expansão imobiliária, promovendo a difusão do turismo em toda a extensão do distrito, ou seja, levando o litoral como afirma Dantas (2002) num espaço a ser apropriado pelo capital, como maneira de assegurar sua reprodução ampliada.

Figura 12 - Loteamentos Praia do Sol e Recreio situados à norte da Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Figura 13- Imagem de satélite do distrito de Cabuçu/BA.

Fonte: Google Earth, 2023.

Figura 14 - Construção de casas de veraneio na Praia de Pedras Altas, distrito de Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

O turismo inserido em Cabuçu vem concebendo a natureza e o espaço como elementos pragmáticos, a ser utilizado com o intuito de atender a uma lógica capitalista, visão forjada desde o século XX, época em que o mundo vivenciou fortes modificações decorrentes do processo de globalização. O turismo nesse período emerge como fenômeno capaz de gerar profundas mudanças na configuração do espaço geográfico e dos elementos naturais. Para Chagas (2007, p. 112) o turismo "é uma atividade que transforma parcelas do espaço em mercadorias, como praias, montanhas, centros históricos, redefinindo funções para cada um desses lugares", logo, podemos afirmar que a reprodução capitalista em espaços litorâneos tem o poder de promover degradação ambiental nas áreas que recebem a atividade turística, discussão apresentada abaixo.

4.2 IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO NAS PRAIAS DE CABUÇU

O turismo como prática sócio-espacial que se utiliza do espaço físico enquanto mercadoria para o desenvolvimento da atividade tem gerado nas localidades receptoras inúmeras implicações ambientais, como ressalta Rodrigues (1999):

> (...) Um aspecto fundamental do exótico, do singular na natureza, refere-se ao tempo de formação e de manutenção do equilíbrio ecossistêmico, que não tem sido considerado. Na verdade, não só não se leva em conta o tempo de formação e a manutenção dos ecossistemas, como estes têm sido rapidamente destruídos pela própria intensidade e ritmo da produção e uso na atividade turística (Rodrigues, 1999, p.44).

Essa lógica pragmática, típica da modernidade, vem sendo historicamente a base norteadora dos processos de ocupação das regiões litorâneas dos países ocidentais, e suporte teórico da concepção de turismo pensado nas sociedades capitalistas. De acordo com Fontes (2003, p. 127) o turismo "passou a ser caracterizado como um voraz consumidor dos lugares e dos recursos naturais, refletindo em degradação dos elementos naturais".

Nessa premissa, são perceptíveis as implicações ambientais inseridas nas praias de Cabuçu, principalmente no que se referem à ocupação irregular do espaço pelas casas de veraneios e barracas alocadas na localidade, processo que ganhou intensidade na década de 1990 com a revitalização da rodovia BA-878, permitindo o

encurtamento entre os municípios vizinhos e as praias de Saubara. A revitalização da rodovia facilitou o aumento populacional na região, principalmente no período da alta estação, o que favoreceu a instalação de pousadas, segunda residência e inúmeras barracas na faixa da praia.

O consumo e apropriação desses espaços pelos visitantes/veranistas refletem a mobilidade espacial conferida à região pela melhoria das condições de circulação desenvolvidas ao longo de décadas, segundo Cruz (2007, p.56), “a produção do espaço para o turismo passa, necessariamente, pelo aumento da fluidez do território e pela produção, consequentemente, de melhores condições de circulação”.

Aliás, é importante ressaltar a interligação do turismo com os meios de circulação. Estudos desenvolvidos ao longo dos anos demonstram que a essência da prática turística está baseada no deslocamento de pessoas no espaço e no consumo dos recursos naturais, tendo como suporte para a transformação dessas ações as redes de comunicação e transporte. Conforme argumenta Borin (2008) a atividade turística implica no deslocamento, o que explica sua relação direta com os meios de transporte. De acordo com a autora, essa interdependência esteve presente durante todo o processo de evolução do turismo.

Reforçando o papel do meio de transporte na expansão da prática turística no espaço, Cavaco (2006) ressalta:

> Os novos transportes coletivos possibilitaram a difusão espacial e social dos fluxos de férias e favoreceram as primeiras massificações ao nível da classe média que dispunha de tempo livre (mães domésticas, crianças e avós), pela baixa dos custos das deslocações (Cavaco, 2006, p.310).

Nesse contexto, se insere o turismo desenvolvido em Cabuçu, tendo como base principal a facilidade de deslocamento pelo espaço, promovido pelos meios de transportes, além dos atrativos naturais presentes na região. São visíveis nos meses mais quentes do ano, grandes quantidades de veículos automotores nas praias, em especial ônibus e carros que trazem os excursionistas e visitantes das mais diversas localidades do Recôncavo, Salvador e Feira de Santana (Figura 15).

Figura 15 - Ônibus de excursão e veículos de passeio na Praia de Cabuçu/BA em 2023.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Devido ao aumento populacional assegurado pelo acesso às praias, associado aos atrativos naturais existentes na região e a introdução de barracas e casas de veraneios na localidade, têm levado a uma ocupação pragmática desse espaço litorâneo o que tem colaborado para uma crescente e às vezes irreversível modificação dos ecossistemas naturais. Situação observada através da visita de campo, quando foi possível notar a compactação do solo para edificações de empreendimentos residenciais e comerciais, além da remoção da areia da praia seja pela limpeza das praias pelos agentes públicos e barraqueiros, ou para as construções antrópicas, o fato é que essas ações dificultam o fluxo de sedimentos e favorece a processo de erosão[11] (Figura 16).

[11]A erosão ocorre quando o balanço sedimentar de uma praia é negativo, ou seja, quando a praia perde mais sedimentos do que recebe. Com o aumento irregular das interferências humanas nas zonas costeiras, o processo natural de erosão tem sido acelerado e cada vez mais frequente, afetando inúmeros setores, como habitação, comércio, pesca, aqüicultura, atividades portuárias e também o turismo (Martins, 2015).

Figura 16- Processo erosivo na Praia do Recreio, distrito de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Para Souza (2003/2004) a erosão costeira configura-se como um dos principais problemas de ordem ambiental existentes no litoral, o que pode trazer danos não apenas às praias, mas também aos ambientes naturais e atividades humanas. Dentre os impactos ocasionados pela erosão em áreas costeiras, a autora cita: a redução na largura das praias ou recuo da linha de costa; perda e instabilidade dos habitats naturais, como as restingas, dunas e as praias; além do desaparecimento da zona de pós-praias e aumento na frequência de inundações costeiras, motivadas por ressacas ou marés de sizígia[12].

Com esses efeitos, verifica-se que a erosão costeira impacta as atividades antrópicas e o meio ambiente e de acordo com a resolução Nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, impacto ambiental é:

> (...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (Brasil, 2013).

[12]Quando o sol e a lua se colocam numa mesma linha em relação a Terra, como se verifica na Lua Cheia e Nova, a maré fica mais alta do que o normal, sendo chamada de maré de Sizígia, ou maré de águas-vivas (Souza, 2003/2004).

De acordo com Sánchez (2020, p. 64), impacto ambiental é “qualquer alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por uma ação humana”. Já para Coelho (2005), impacto ambiental é:

> O processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimuladas pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Os impactos ambientais são escritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço (Coelho, 2005, p. 24-25).

Essa concepção questiona os conceitos apresentados anteriormente, que têm como principal enfoque a associação causa/efeito, ao afirmar que os impactos são consequência direta das ações humanas, ou seja, são reflexos das transformações causadas pelas intervenções econômicas, concepção diferente da apresentada por Coelho (2005), que percebe o impacto ambiental não apenas como resultado de uma determinada ação sobre o ambiente, mas como um processo de modificações ecológicas e sociais em constante movimento, visto que o impacto no meio ambiente para a autora é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos, conduzindo em mudanças sociais e ecológicas que necessitam ser investigadas sempre.

Nesse contexto, a ocupação do distrito de Cabuçu pelo turismo, fomenta significativos impactos ambientais, seja através da construção ou revitalização de estradas, como cita Coelho (2005) ou a partir da introdução de equipamentos de hospedagem e serviços, no qual reestrutura o espaço local e os vínculos sociais. Para se ter dimensão desses impactos na localidade, as áreas de matas presentes na região, juntamente com o manguezal constituem atualmente em ecossistemas devastados, devido à inclusão de casas de veraneio; construções comerciais; espaços para eventos e quadra esportiva, equipamentos construídos (Figura 17) nos loteamentos para atender os proprietários das segundas residências e a comunidade, o que levou a remoção de grande parte da cobertura vegetal, existindo apenas fragmentos da mata em alguns pontos do distrito como ilustrado na (Figura 18), em que fica visível a extração da vegetação para edificações.

Figura 17 - Imagem aérea dos loteamentos existentes no distrito de Cabuçu/BA a partir da introdução do turismo.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Figura 18 – Retirada da vegetação para construções de imóveis na Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Além da apropriação das matas da região pela atividade turística, verifica-se, também, a retirada e ocupação irregular da restinga, vegetação típica do bioma de Mata Atlântica, vem sofrendo grandes impactos ambientais, em razão de sua proximidade com as faixas de areia das praias do distrito. Diante da pesquisa de campo, foi observada a remoção da vegetação para edificações residenciais e comerciais, além da utilização da restinga como depósito de resíduos sólidos, oriundos das barracas, bares e casas de veraneios (Figuras 19 e 20). É necessário salientar que, esse tipo de comportamento altera a paisagem natural, interfere na dinâmica costeira e dificulta o acesso às praias da região.

Figura 19 - Imagem aérea das edificações situadas sobre a zona costeira no distrito de Cabuçu/BA.

Fonte: Hilton Borges, 2022.

Figura 20 – Vegetação de restinga sendo usada como depósito de lixo nas praias de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Conforme a resolução Nº 303/2002 do CONAMA, a restinga configura-se como:

> Depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, também consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do substrato do que do clima. A cobertura vegetal nas Restingas ocorre em mosaico e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivos e arbóreo, este último mais interiorizado (Brasil, 2002).

A restinga desempenha papel fundamental no combate à erosão, pois através de seus filamentos e raízes é capaz de fixar a areia da praia, impedindo que ventos fortes transporte esses sedimentos até o continente, assim como previne o avanço do mar em direção às cidades. Segundo Silva (2022), a restinga constitui num ecossistema essencial na regulação do nível de água no solo; purificação do ar e do clima, uma vez que absorve o gás carbono e libera o oxigênio durante o processo de fotossíntese; serve de refúgio e alimento para a fauna, além de ser necessária para a conservação do manguezal, pois retém a areia na superfície e impede o soterramento das áreas alagadiças.

Apesar de ser considerado um ecossistema importante tanto no aspecto ecológico, quanto em âmbito econômico, social e cultural para a população que vive nessa área, e estar presente na resolução do CONAMA Nº 303/2002, que a define como depósito arenoso; no Código Florestal Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que aborda a proteção das vegetações nativas, inclusive às áreas de restingas e a considera como Área de Preservação Permanente (APP) e na Lei Federal Nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que dispõe a respeito da utilização e proteção da Mata Atlântica, na qual se insere a restinga, esse ecossistema, encontra-se sob forte pressão humana, seja pela exploração ilegal de recursos como areia, especulação imobiliária, expansão das cidades, difusão do turismo no litoral, ou através da flexibilidade na legislação brasileira, ao permitir intensas atividades antrópicas em área de vegetação de restinga, mesmo sendo considerada uma APP.

O fato é que, os dispositivos legais asseguram o uso da restinga, com o argumento da introdução de atividades de utilidade pública e de interesse social, ou de baixo impacto ambiental nesse ambiente (Pereira; Botelho; Ferreira, 2015), favorecendo, portanto, a utilização do ecossistema para fins econômicos, imobiliários, sociais e de lazer, como é notado na área em estudo, assim como nas demais localidades situadas sobre as restingas em território nacional.

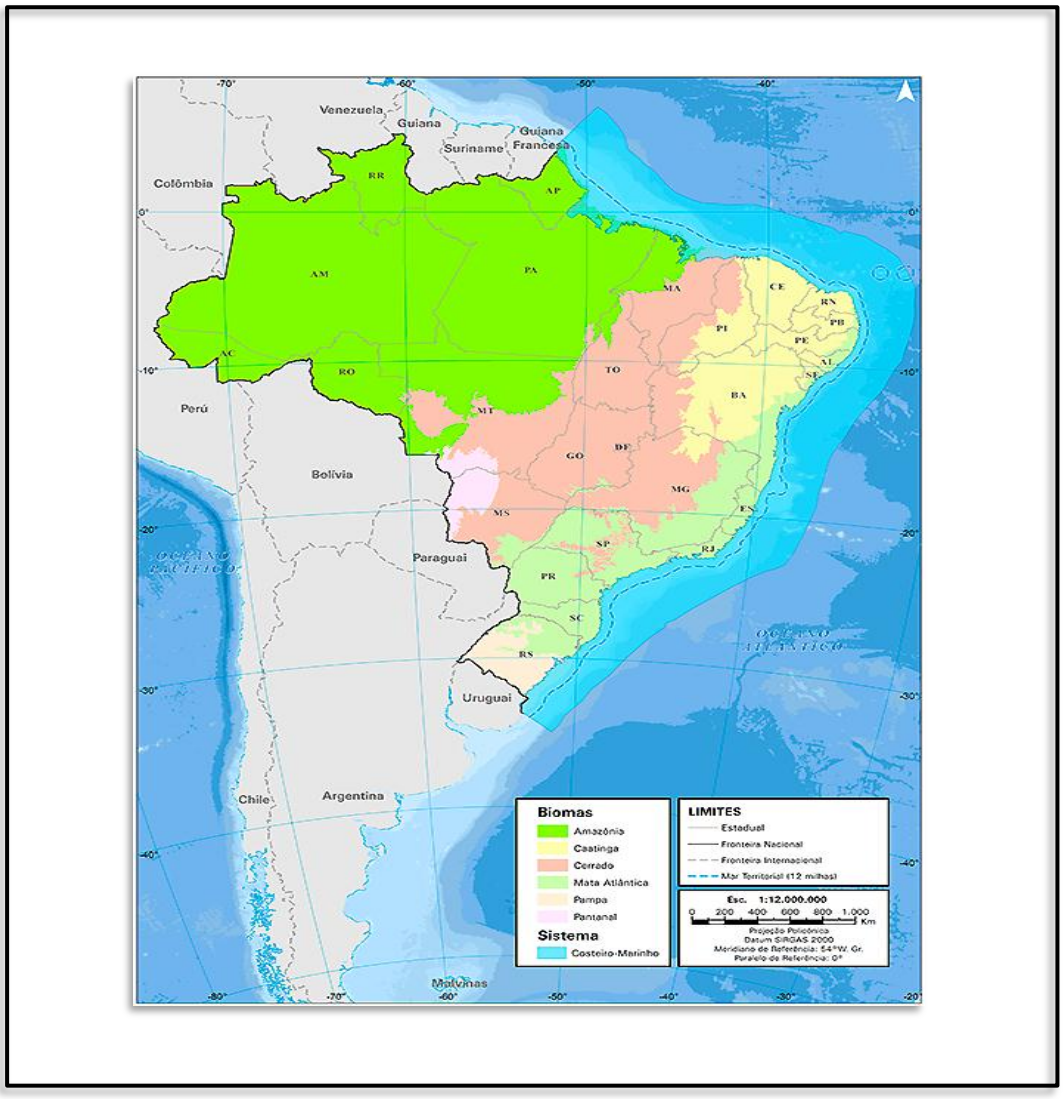
Não podemos esquecer que os loteamentos situados no distrito, fruto da especulação imobiliária, estão em sua maioria assentados sobre áreas de restingas, ou o que restou delas, e são espaços sem planejamento por parte dos que detém o poder de gerir o uso e ocupação do solo, e reflete a percepção de que o espaço físico deve ser utilizado de forma mercadológica, ilimitada, sem a necessidade de ordenamento e planejamento das áreas, apenas tendo como foco a captação de divisas, seja ela nas esferas públicas ou privadas.

Em face à especulação imobiliária promovida pelo surgimento dos loteamentos inseridos na zona costeira[13] do distrito, a paisagem local sofre

[13]Ao longo do processo de ocupação do território nacional, o litoral sempre atraiu fluxo intenso de pessoas e atividades econômicas, o que vem merecendo atenção especial em relação à gestão desses espaços, já que são áreas de grandes ocupações e modificações humanas. Diante dessa necessidade o Estado brasileiro institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, a partir da Lei de Nº 7.661 de 16 de março de 1988, objetivando orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Para o PNGC a zona costeira configura-se num "espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre".

modificações, como o processo erosivo mencionado anteriormente, gerando desequilíbrio e instabilidade na faixa litorânea. E por se tratar de uma área que abriga uma grande variedade de ecossistema e potencial econômico, a zona costeira (Figura 21), deve ser percebida como um ecossistema delicado, sendo necessária uma melhor compreensão de suas características naturais, sociais, econômicas e políticas.

Figura 21 – Sistema costeiro-marinho brasileiro[14].



Fonte: IBGE, 2019.

De acordo com Moraes (2007) a zona costeira constitui num:

[14]Essa área abrange o sistema costeiro-marinho, com extensão de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, compreendido pela Plataforma Continental e por parte do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), IBGE, 2019.

> Mosaico de ecossistema de alta relevância ambiental. Ao longo do litoral alternam-se mangues, restingas, campos de dunas, estuários, recifes de corais, e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico [...]. Enfim, os espaços litorâneos possuem uma riqueza significativa em termos de recursos naturais e ambientais que a intensidade de um processo de ocupação desordenado vem colocando em risco (Moraes, 2007, p.100).

Para Morais (2009) a zona costeira se apresenta como:

> Um espaço de características contraditórias, pois se por um lado possui grande relevância ecológica, destacando-se como uma área ambientalmente frágil, de outro apresenta grande potencial econômico, abrigando parcela significativa da população e uma variedade de atividades econômicas que podem gerar situações de risco para a integridade desta região (Morais, 2009, p. 21).

As ideias apresentadas acima reforçam o risco ao qual estão sujeitas as zonas costeiras em razão da apropriação antrópica, tendo em vista que, as ações sobre o sistema costeiro, a partir do uso e ocupação dessas áreas de maneira irregular e não planejada, coloca em risco esses ambientes. Ressalta-se que, no Brasil as pressões econômicas e sociais nas zonas costeiras vêm promovendo ao longo do tempo, um intenso processo de urbanização, muitas das vezes sem planejamento, sendo uma ameaça à sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Em consequência da ocupação dessa zona, e a ausência de planejamento ou o planejamento sendo usado para beneficiar interesses particulares, é possível constatar nos loteamentos existentes na Praia de Cabuçu e seu entorno, a falta de infraestrutura, seja no que tange a pavimentação das ruas, pois nenhum dos loteamentos conta com ruas pavimentadas, seja na inexistência de rede de esgoto, visto que as casas de veraneio construídas nesses espaços e as residências situadas na faixa da praia fazem usos de fossas sépticas, ou utiliza a zona costeira para a deposição dos efluentes líquidos, a partir da canalização dos resíduos líquidos diretamente para os rios que deságuam no mar, ou nas vias públicas, e pelo fato de estarem situadas próximas às praias, o esgoto é facilmente transportado para o oceano (Figuras 22, 23 e 24).

Figura 22- Loteamento sem pavimentação na Praia do Recreio, Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Figura 23 - Lançamento de esgoto nas praias de Cabuçu/BA por residências situadas na faixa da praia.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Figura 24 - Canalização dos resíduos líquidos diretamente nas vias públicas na Praia do Recreio, Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Essa problemática não fica restrita apenas aos loteamentos, cenário também, observado nas barracas introduzidas ao longo da costa, na qual fazem uso das águas litorâneas e dos rios existentes na região para o lançamento de dejetos resultantes das atividades comerciais desenvolvidas na localidade. Assim como nas casas de veraneio, as barracas utilizam fossa séptica, ou depositam os efluentes no mar, ou rios, uma vez que no município apenas 28,3% dos domicílios apresentam esgotamento sanitário e estão localizados apenas no distrito sede (IBGE, 2023). Apesar de o país contar com a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei Nº 14.026/2020) que institui o marco legal do saneamento e sua regulamentação, buscando priorizar a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico (Brasil, 2020), a realidade vivenciada pela maioria da população do município de Saubara e de muitos outros municípios brasileiros, está distante do ideal apresentado pela Lei.

A ausência de saneamento básico tem ocasionado problemas sérios para a saúde da população, bem como para o meio ambiente. Aproximadamente 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, e cerca de 100 milhões não

contam com serviço de coleta de esgoto no país, de acordo com (Trata Brasil, 2021). Ao longo de todo distrito de Cabuçu, é possível verificar o lançamento de esgoto na praia (Figuras 25, 26 e 27), seja por meio das barracas, casas de veraneios localizadas nos loteamentos, ou as residências situadas na praia ou próxima a ela, o uso desse espaço para a deposição de efluentes líquidos é constante e reduz o ambiente litorâneo a meros depósitos desses resíduos.

Figuras 25, 26 e 27 – Manilhas instaladas ao longo da Praia de Cabuçu e Pedras Altas no distrito de Cabuçu/BA para o lançamento de esgoto no mar.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Grande parte das construções inseridas na localidade direcionam os dejetos para os rios existentes na região. Um exemplo desta situação é o Rio Bahia, situado no distrito, recebe ao longo do seu curso, em especial em sua foz, grande quantidade de efluentes e resíduos sólidos, em virtude da proximidade das barracas e residências, que canalizam o esgoto para o rio. Prática que pode causar risco de doenças para a população local e os visitantes, além de favorecer a elevação da taxa de material orgânico no lençol freático, riachos e cursos d'água, comprometendo a utilização deste recurso por parte dos seres vivos. Segundo Pereira (2001, p.47) "a precariedade e ausência de saneamento básico, tem como consequência direta à degradação da qualidade hídrica [...]", reflexo da ocupação em áreas vulneráveis. As residências de veraneio e os equipamentos comerciais direcionados ao atendimento dos visitantes ocupam no distrito áreas que deveriam estar ambientalmente protegidas, como a foz de rio, áreas de mangues e riachos, o que compromete o equilíbrio dos sistemas ambientais litorâneos.

Cabe mencionar a proposta de criação de uma Área de Proteção Ambiental contida no Plano Diretor do município (2016) para a proteção da bacia do Rio Cabuçu, da qual faz parte o Rio Bahia, um dos cursos d' água bastante poluído na região como observado nas (Figuras 28, 29 e 30). Todavia, até a presente data esta área não foi criada, ou realizada qualquer tipo de ação para a preservação do rio, demonstrando com isso a falta de coerência entre as propostas apresentadas em documentos oficiais e as ações efetivas desenvolvidas pelos agentes públicos.

Foto 28 - Imagem de satélite destacando a foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Google Earth, 2023.

Foto 29 - Lançamento de esgoto pelas barracas na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Foto 30 - Lançamento de efluentes *in natura* na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

As situações retratadas nas fotos exemplificam a ausência dos agentes públicos no que se refere às políticas direcionadas ao saneamento básico no distrito. De acordo com o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Saubara (2019), a implantação de um sistema de saneamento básico que contemple todo o distrito de Cabuçu, será colocada em prática a partir de 2025 com estimativa para conclusão em 2034, já que na atualidade os esforços para a execução e ampliação da rede de esgotamento sanitário estão sendo conduzidos exclusivamente para a sede do município, enquanto isso, as casas de veraneio e as barracas instaladas na localidade lançam os resíduos líquidos no mar, rios ou em fossa séptica, e para a gestão municipal de Saubara:

> Não há impactos ambientais das soluções individuais de esgotamento mais usadas no Brasil em locais rurais, cuja capacidade de absorção do solo e a resiliência ambiental é suficiente para manutenção das tecnologias mais baratas, como as fossas sanitárias (Saubara, 2019, p. 46).

Ainda de acordo com o poder local, o município de Saubara juntamente com o Estado da Bahia:

> Deverá promover a utilização das fossas sanitárias, conhecidas também como fossas sépticas, que são unidades de tratamento primário de esgoto nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos e indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Se bem cuidada, ela evita a contaminação das águas, apesar de não promover reciclagem dos dejetos humanos (Saubara, 2019, p. 46).

Necessário ressaltar que, o armazenamento de resíduos em fossas sépticas, não é a forma mais segura e eficaz para evitar contaminação do solo, lençol freático e doenças em seres humanos. Para os autores como Santos, Pereira, Moreira e Campos (2015), “às fossas sépticas levam o resíduo orgânico e a carga bacteriana diretamente ao solo, cujo tipo pode favorecer a percolação do material, que alcançará o lençol freático e contaminará à água”, ainda nessa perspectiva a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (2018) menciona:

> O chorume produzido nas fossas sépticas pode conter alta carga de nutrientes, como nitrogênio e fósforo, além de bactérias e outros micro-organismos patogênicos. Quando o chorume atinge o solo e se infiltra no subsolo, pode contaminar águas subterrâneas, importantes fontes de água para consumo humano e animal (FUNASA, 2018).

Nesse sentido, é visível a percepção que o poder local tem em relação aos elementos naturais presentes na região, acreditam que podem se apropriar desses elementos, sem considerar suas limitações, o que resulta num ambiente degradado, além de acreditar na capacidade da natureza em absorver os impactos inseridos sobre ela. Destaca-se, que o poder municipal não pondera o quantitativo de pessoas que buscam o local no verão e feriados, necessitando, portanto, de outros mecanismos de captação de resíduos líquidos, a exemplo de uma rede de saneamento básico eficiente, que não seja apenas a fossa sanitária, com intensa capacidade de degradação do meio ambiente.

Segundo a Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, degradação ambiental configura-se como “degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente”. Dessa forma, todas as atividades desenvolvidas que afetem negativamente o ecossistema, como são observadas no distrito, prejudicam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, tendo em vista que, lançam matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos e constitui em degradação ambiental.

Camargo (2003) enfatiza que, os seres humanos têm percebido a natureza como se esta possuísse um imenso poder depurador e regulador que lhe possibilitasse “digerir” as agressões. Considerar esse princípio significa dizer que, os resíduos líquidos e sólidos lançados no espaço natural pelos turistas seriam facilmente absorvidos pelos meios naturais, uma vez que, a natureza representa para a sociedade contemporânea simples depósito de resíduos.

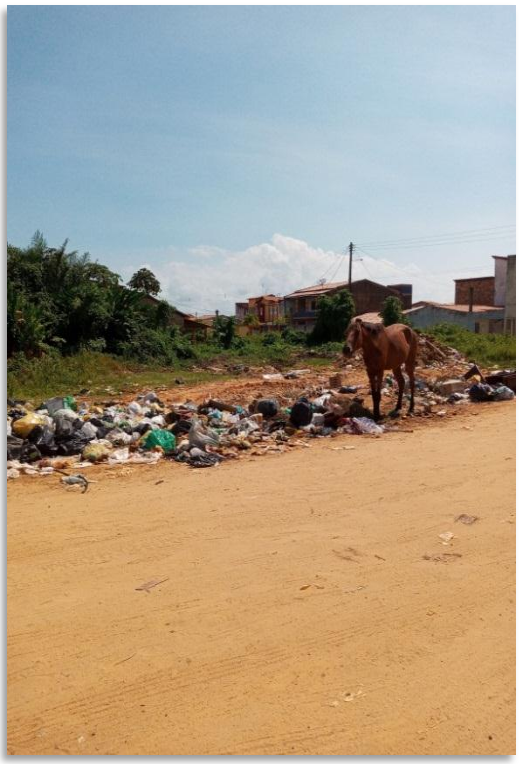
De modo geral os problemas localizados nas praias de Cabuçu vão além dos dejetos líquidos lançados pelas barracas e casas de veraneio, é perceptível o uso do espaço para a deposição de resíduos sólidos, sobretudo nos meses de verão, no qual o fluxo de visitantes é intenso no local. Cenário observado a partir da visita de campo realizada no mês de janeiro de 2023, em que foi possível verificar ao longo de toda extensão das praias e na parte central do distrito, a presença de lixo[15] na faixa de areia (Figuras 31, 32 e 33) e nas ruas que circunscrevem os loteamentos e o centro de Cabuçu (Figuras 34, 35 e 36), impactando sobremaneira o meio natural.

[15]De acordo com o Ministério do Meio Ambiente - MMA (2019), lixo é qualquer resíduo sólido de origem humana que foi inserido no ambiente marinho pela ação antrópica (Brasil, 2019).

Figuras 31, 32 e 33 – Lixo depositado ao longo da faixa das praias de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Figuras 34, 35 e 36- Lixo nas ruas dos loteamentos Praia do Sol e Recreio, distrito de Cabuçu/BA.



Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Como o distrito não conta com serviço regular de limpeza nas vias públicas e nas praias, é comum observar lixo espalhado em vários pontos da localidade, o que atrai animais e insetos e promove a perda de qualidade ambiental, além de impactar a biodiversidade; a atividade pesqueira na região e ser uma questão de saúde pública, tem a capacidade, também de reduz seu poder de atração turística. Oliveira (2012) afirma que a presença de lixo em áreas turísticas, diminui seu potencial turístico, devido ao impacto visual desagradável.

Importante salientar que, na atualidade, o lixo, deixou de ser um problema restrito apenas às zonas urbanas, tornando-se um dos principais elementos geradores de poluição no ecossistema marinho, especialmente em áreas com potencial turístico, uma vez que a maioria dos resíduos[16] descartados nas praias pelos banhistas é o plástico, e seu tempo de decomposição elevado, leva a acumulação no ambiente, além de acarretar danos às espécies que vivem nesse ecossistema, que podem confundir o plástico como alimento e levar a morte, ou se entrelaçar, gerando afogamento e asfixia. Para Gregory (1999) o plástico tem sido uma das preocupações crescentes em termos de poluição marinha, em função das suas propriedades intrínsecas, como a baixa densidade, o que facilita sua flutuação e dispersão, além de permitir a acumulação e ser de ampla disseminação pela sociedade contemporânea.

Diante deste cenário, o plástico foi o material mais observado nos resíduos encontrados na área em estudo, particularmente as garrafas pets; sacolas plásticas; embalagens de picolé, biscoitos e salgadinhos; copos e pratos descartáveis e canudos, objetos utilizados pela maioria dos visitantes e depositados diretamente na zona costeira, sem os devidos cuidados. Segundo Sigler (2014) a maioria dos produtos consumidos pelo turismo litorâneo é composto de plástico e destes, boa parte não é biodegradável, e é descartado de maneira inadequada, permanecendo por longo prazo na natureza.

Estudos apontam que o turismo vem se consolidando como um grande consumidor de plásticos, contudo, ao mesmo tempo sofre os efeitos negativos pelo uso deste material, seja pelo descarte indevido, impactando negativamente os locais turísticos e a navegabilidade, ou prejudicam o valor estético dos destinos, levando a

[16] O termo resíduo sólido será utilizado ao longo do texto como sinônimo de lixo, a partir do conceito apresentado pelo MMA.

perda nas receitas do setor, tendo em vista que demandam altos custos na limpeza e manutenção dos locais visitados (Silva; Gil; Nascimento; Costa e Paixão, 2022).

Levando em conta a problemática apontada entorno dos resíduos líquidos e do lixo, depreende-se que as implicações ambientais decorrentes do descarte irregular dos resíduos nas praias do distrito, reflete a ineficiência dos agentes públicos em seu gerenciamento, seja por não favorecer o descarte correto, a não instalação de aterros sanitários, associado à falta de políticas eficientes para a promoção da reciclagem e reutilização do lixo, assim como a ausência de planejamento do uso e ocupação do espaço e dos elementos naturais que o compõem, como afirma Ruschmann (1997):

> O planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir (Ruschmann, 1997, p.124).

Essa carência no planejamento gera inúmeros problemas para a comunidade local, o meio ambiente e para os indivíduos que frequentam as praias de Cabuçu, já que o desenvolvimento da atividade turística sem o planejamento pode acarretar transformações no território, no meio natural e na população local como salientam (Miranda e Silva, 2013).

Em face dessas questões, alguns segmentos da sociedade notaram a necessidade de uma nova percepção de mundo, a partir de um viés sustentável, como possibilidade de minimizar impactos ambientais, culturais e sociais nos espaços, assim como na atividade turística, sem perder de vista o desenvolvimento econômico tão estimulado pelo setor. Importante destacar, que nas décadas de 1960 e 1970 o mundo é convidado a pensar uma nova concepção de desenvolvimento, não apenas preocupado com o crescimento econômico, mas que priorize o bem estar da população, além de favorecer o uso racional dos elementos naturais para as atuais e futuras gerações, o que levou a criação em 1987 pela ONU do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, no qual apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, como: “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.46).

Nesse contexto, o turismo deve produzir nas áreas com potencialidades turísticas um desenvolvimento a longo prazo, que inclua a comunidade local e assegure melhoria na qualidade de vida; favoreça o uso racional do meio natural e cultural para que as atuais e futuras gerações possam usufruir, além de promover relações harmônicas entre os turistas e população local. Contudo, para muitos estudiosos está é uma realidade difícil de ser conquistada, tendo em vista que, a atual fase do capitalismo sustentada pela revolução técnico-científica, o espaço e o tempo são vistos como despesas de produção e devem ser reduzidos ao máximo para que a reprodução do capital alcance lucros, assim como a natureza é vista como mercadoria a serviço da ação humana (Rodrigues, 2002).

Então, como pensar em sustentabilidade numa realidade cercada pela percepção pragmática da natureza, na qual a mesma é percebida como matéria-prima para a maximização do lucro, e a atividade turística tem na paisagem, sobretudo nos recursos naturais sua sustentação? Certamente não é um caminho fácil, até por que associar sustentabilidade[17], conceito extraído da Biologia, utilizado para estudar o equilíbrio dos ecossistemas, com o conceito de desenvolvimento, retirado da Economia, enquanto ideia que remete ao crescimento econômico, demonstra certa contradição como assinala Rodrigues (1998).

No entanto, diante de um panorama crescente de implicações no meio ambiente causado pelo turismo em áreas litorâneas, a utilização racional dos recursos naturais, deve ser vista como essencial para minimização dos danos no meio natural e nas comunidades locais.

[17]De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), o conceito de sustentabilidade é visto como a busca pela conservação e manutenção do meio ambiente, através do uso racional dos recursos naturais, atentando para as atuais e futuras gerações.

5 O PAPEL DO PODER ESTADUAL E MUNICIPAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS PRAIAS DE CABUÇU

Em face do crescimento do turismo vivenciado nos últimos anos, o desenvolvimento da atividade vem despertando interesse dos poderes públicos sejam eles nas esferas federal, estadual e municipal, que buscam com a atividade os benefícios econômicos, como a ampliação do Produto Interno Bruto (PIB), geração de divisas e aumento de renda da população. Contudo, vale salientar que para o turismo auxiliar nos aspectos socioeconômicos das comunidades locais, é necessário que o poder público planeje a atividade, buscando o diálogo com a população, garantindo o acesso aos espaços públicos, além da manutenção dos recursos naturais, culturais, sociais e históricos. Sem esquecer que o planejamento turístico, como destaca Krippendorf (2000) deve estabelecer políticas públicas para o desenvolvimento da atividade, visto que, a política torna-se uma referência para o desenvolvimento do turismo, envolvendo tanto os agentes públicos quanto o setor privado como argumenta (Cruz, 2006).

Nessa perspectiva, o governo da Bahia elaborou em 2002 o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS na área turística Baía de Todos-os-Santos, visando atender aos requisitos do BID para o ingresso do Estado no Prodetur/Nordeste II. O Plano configura-se como um instrumento de planejamento do turismo na BTS, objetivando orientar o crescimento sustentável do setor, em curto, médio e longo prazo, determinando os fundamentos para a definição de ações e tomada de decisão. Além desse objetivo, o PDITS apresenta outras finalidades, como (Quadro 03):

Quadro 03 - Objetivos do PDITS para as localidades turísticas.

(continua)

● Orientar as autoridades governamentais quanto aos ajustes no marco legal e institucional necessários para facilitar o pleno desenvolvimento do turismo nas áreas prioritárias e quanto aos investimentos que devem ser efetivados;	● Contar com a participação de representantes de entidades e da sociedade nas diferentes fases de elaboração do plano;

(conclusão)

● Conscientizar as comunidades locais sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento econômico e gerador de novas oportunidades de trabalho e emprego e melhoria da qualidade de vida;	● Criar condições de infraestruturas para a formatação de produtos turísticos, competitivos no mercado nacional e internacional;
● Prever a articulação da autoridade responsável pelo desenvolvimento turístico com representantes dos municípios da área, do setor empresarial turístico e de outras instituições cujas funções e decisões digam respeito direta ou indiretamente ao desenvolvimento do turismo e das comunidades afetadas;	● Realizar um conjunto integrado de projetos de infraestrutura, fortalecimento da governança local, qualificação profissional e empresarial para o turismo e proteção do patrimônio histórico/cultural/ambiental do Polo Turístico Baía de Todos-os-Santos.

Fonte: PDITS, 2012.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

De acordo com o PDITS sua missão é promover uma visão integrada das áreas turísticas sob os aspectos relacionados à cadeia produtiva do turismo e à gestão da atividade, além de possibilitar a integração dos aspectos econômico, social, ambiental, de infraestrutura e serviços básicos (saneamento, transporte, energia e comunicação) visando à melhoria da qualidade de vida da população residente na BTS, tendo como órgão responsável a SETUR-BA.

O PDITS visa abranger os 18 municípios turísticos (Quadro 04) que compõem a BTS, com a finalidade de descentralizar as ações do governo, atendendo todas as localidades turísticas. Porém, o que se nota no documento é uma forte centralização nas orientações do planejamento turístico para a capital baiana, e os municípios com aptidões no turismo cultural e náutico, como fica evidente no PDITS (2012, p. 147) “conforme apresentado na estratégia turística para a Baía de Todos-os-Santos propõe- se o desenvolvimento prioritário de dois segmentos: o histórico-cultural e o náutico”. Deixando de lado as demais modalidades turísticas, como o sol e praia, modalidade que caracteriza o município de Saubara.

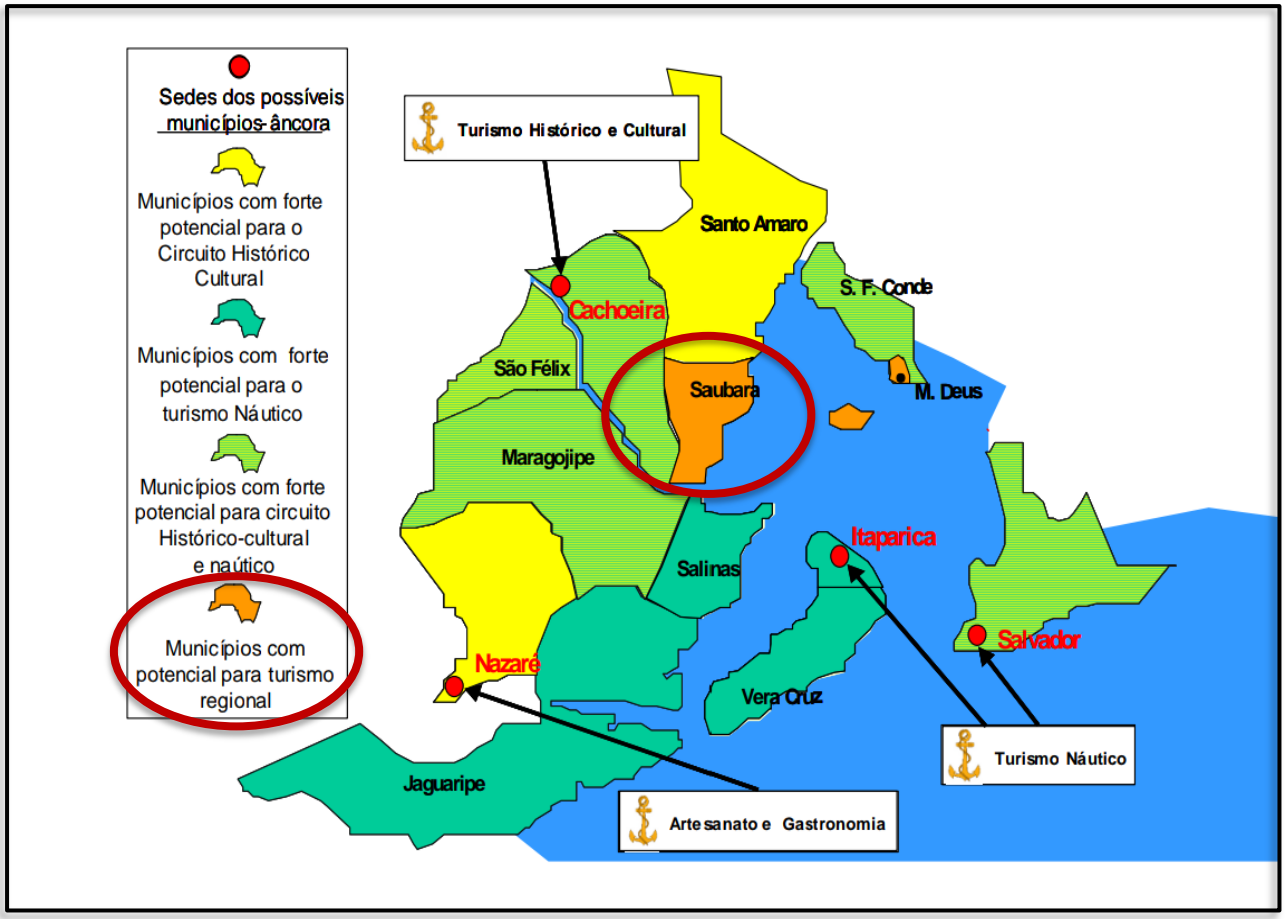
Quadro 04 - Municípios turísticos inseridos na BTS.

Aratuípe	Muritiba
Cachoeira	Nazaré
Candeias	Salinas da Margarida
Itaparica	Salvador
Jaguaripe	Santo Amaro
Madre de Deus	São Félix
Maragojipe	São Francisco do Conde
Muniz Ferreira	Saubara
Simões Filho	Vera Cruz

Fonte: PDITS, 2012.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

O plano deixa claro que, o município de Saubara configura-se apenas num município de passagem, segundo a classificação de Vaz (1999), adotada pela SETUR-BA, ou seja, Saubara não é um destino turístico, mas, devido sua localização, sua proximidade com outros roteiros turísticos e seus atrativos naturais de valor paisagístico se insere no PDITS. No entanto, ao mesmo tempo em que, o PDITS classifica o município como de passagem, considera o mesmo com potencial para o turismo regional (Figura 37), demonstrando com isso que, para o governo baiano o fluxo de visitantes e veranistas que frequentam as praias do município na alta temporada, desde meados da década de 1980 vindos do Recôncavo, Feira de Santana, Salvador e região metropolitana, não é suficiente para reconhece, enquanto município já consolidado no turismo regional.

Figura 37 – Categorias principais de turismo da Baía de Todos- os-Santos.



Fonte: Fonte: PDITS, 2012.

Essa percepção assumida pelo governo da Bahia em relação ao município de Saubara se deve, ao fato da procura pelas praias da localidade ser realizadas majoritariamente por excursionistas e veranistas, grupos pertencentes às classes sociais mais baixas, situação diferente do público que, costuma visitar a capital baiana e seu entorno, em geral indivíduos de outros estados brasileiros e do exterior que compõem as classes média e alta, o que vem suscitando por parte da administração pública, um olhar diferenciado para as áreas receptoras dessas classes sociais, comprovando com isso que, nem sempre o papel do Estado é de atuar de maneira igualitária em todos os espaços.

Diante da compreensão do governo baiano no que se refere à Saubara tão somente como município de passagem, e com potencial turístico para o desenvolvimento futuro da atividade a nível regional, o Estado na elaboração do plano não considerou a existência de fragilidade ambiental nas localidades já

firmadas pelo turismo no município, a exemplo do distrito de Cabuçu. De acordo com a definição de fragilidade ambiental apresentada no PDITS, são todos os locais onde há perspectivas de danos pela existência de ecossistemas expostos ao turismo. Como as praias de Cabuçu não são vistas como ecossistema já exposto a atividade, logo, não estão sujeitas a impactos ambientais na visão do poder estadual, desta maneira, não existem ações elaboradas pelo plano para a preservação dos recursos naturais existentes na localidade, nem tão pouco é priorizada a expansão da rede de saneamento básico e de infraestrutura no município, já que suas ações estão voltadas para a difusão do turismo na capital e os municípios com potencial turístico náutico e histórico-cultural.

Apesar do PDITS não contemplar efetivamente o município de Saubara, o poder estadual vem atuando na localidade através do PRODETUR Nacional – BA, introduzindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no município, além da presença da SETUR-BA, órgão responsável em possibilitar o desenvolvimento do turismo no município, mesmo que de maneira tímida e pontual, a exemplo da construção do píer em 2017 no distrito de Bom Jesus dos Pobres, com intuito de promover e apoiar o turismo náutico no local vem garantindo também, o suporte para a implantação normativa do Programa de Regionalização do Turismo do MTur, no qual aponta que todos os municípios com potencial turístico devam ter o Plano de Gestão Municipal de Turismo - PGMT, e o Conselho Municipal de Turismo-COMTUR, como pré-requisito para obtenção dos recursos oriundos do governo federal e estadual.

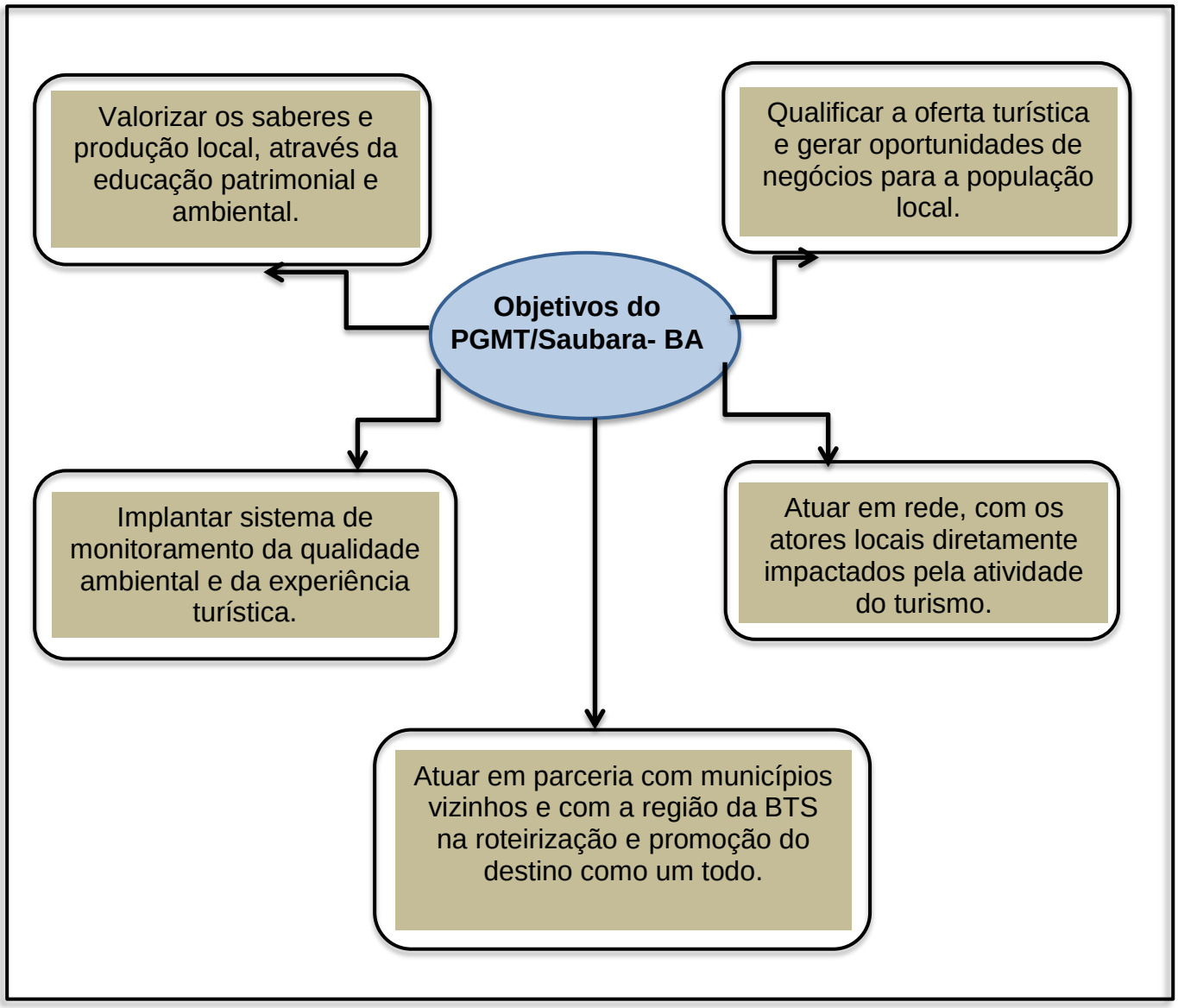
5.1 PLANO DE GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE SAUBARA: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A PRÁTICA TURÍSTICA

O PGMT constitui num instrumento fundamental para a gestão da prática turística nos municípios, estabelecendo orientações para o desenvolvimento da atividade, atentando para as potencialidades dos territórios, suas possibilidades reais de implementação e de mercado turístico, sendo composto por uma equipe de especialistas na área, pelo poder público, comunidade e lideranças locais, visando o desenvolvimento sustentável, a valorização das tradições locais, o fortalecimento da

identidade cultural, a geração de trabalho e renda e o estímulo à conservação ambiental (SETUR-BA, 2019).

De acordo com o PGMT de Saubara, o documento constitui para o poder municipal um instrumento orientador para a gestão de políticas públicas no território, tendo como objetivos (Figura 38).

Figura 38 – Fluxograma com os objetivos do PGMT no município de Saubara/BA.



Fonte: SETUR-BA, 2019
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Dentre os projetos desenvolvidos e apresentados no PGMT de Saubara, tendo como principais envolvidos o COMTUR e a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, destacam-se (Quadro 05):

Quadro 05 – Projetos apresentados no PGMT do município de Saubara para o desenvolvimento da atividade turística.

(continua)

Projetos	Ações	Responsáveis
• Fortalecimento do Trade Turístico.	• Fazer o levantamento dos atores em potencial; • Mobilização de atores; • Explanar (com oficinas, palestras, dentre outros) a necessidade do TRADE ser participativo.	• COMTUR; • Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.
• Monitoramento do fluxo e da qualidade ambiental do destino.	• Estruturação de planejamento de pesquisa: definição de questionários e sistemas de coleta e avaliação de dados, bem como produção de relatórios; • Aplicação de pesquisas; • Análise de dados; • Produção de relatórios e disseminação de informações para apoio à tomada de decisões estratégicas.	• COMTUR; • Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente; • Secretaria Municipal de Cultura; • ONGs; • Comércio local; • Empresários.
• Implantar programa de educação para a população sobre o turismo.	• Realizar palestras em escolas e eventos lúdicos com a população local para interpretação do patrimônio e lazer na cidade; • Realizar palestras em todos os eventos da cidade sobre o potencial turístico e histórico/cultural/ambiental local;	• COMTUR; • Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente; • Secretaria Municipal de Cultura; • ONGs; • Comércio local;

(conclusão)

	• Fortalecer o consumo e práticas sustentáveis no município por parte da população e dos turistas, com campanhas durante eventos turísticos; • Campanha de descarte adequado de resíduos com empreendimentos turísticos locais.	• Empresários.
• Criação e manutenção de redes sociais.	• Planejamento do perfil anual: objetivos, desenvolvimento de campanhas, formato de posts, promoções, interações com usuários e monitoramento; • Gestão das redes sociais; • Monitoramento dos resultados e produção de relatórios de acompanhamento para apoiar a tomada de decisões estratégicas do destino.	• COMTUR; • Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente; • ONGs; • Comércio local; • Empresários.

Fonte: SETUR-BA, 2019.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Ainda que, os princípios gerais que norteiam o PGMT em território nacional, sejam a conservação dos recursos naturais, o reconhecimento das tradições e identidade cultural e a geração de emprego, o que fica evidente no Quadro acima são ações orientadas para a promoção do destino turístico local, como a divulgação junto à população sobre o potencial turístico do município de Saubara, além de algumas práticas voltadas para o uso sustentável do meio ambiente, entretanto, sem explicitar quais são. Ainda com base na análise do PGMT do município, nota-se que não existe geração de emprego pelo poder local, nem tão pouco se observa a participação da comunidade e lideranças locais nos projetos elaborados no plano municipal de turismo da área em estudo, estes, elementos essenciais para o desenvolvimento do turismo nos núcleos receptores, como aponta o MTur.

Segundo as instruções apresentadas pela SETUR-BA (2019), este documento deve ser um instrumento de gerenciamento permanente, a ser realizado através de reuniões quinzenais pela gestão municipal de Saubara para revisão e atualização de diagnóstico e projetos já realizados ou previstos para o setor, bem como, o poder local deve montar seminários ao longo do ano, apresentando junto aos diversos atores ligados à atividade, os resultados das ações executadas. Apesar dessas instruções, não foi possível verificar no município, a existência de atas de reuniões ou informações sobre a realização de seminários a respeito dos projetos e ações direcionados para a prática turística, o que revela a presença de um enorme abismo entre as ações pontuadas no documento e sua efetivação na prática.

Embora não existam relatos sobre as informações mencionados anteriormente, é necessário destacar a existência no município do Conselho Municipal de Turismo, instrumento de gestão indicado pelo MTur , para a difusão da atividade em escala local, assim como, constitui em conjunto com o PGMT numa ferramenta para obtenção de recursos federais para os municípios com aptidões turísticas.

O COMTUR no município de Saubara foi criado em 2009, através da Portaria de N°24/10, tendo como representantes o setor público local e a sociedade civil, essa, essencial na formação do conselho, pois segundo as diretrizes que conduzem o COMTUR, a participação social é fundamental para o planejamento da atividade turística. Contudo, apesar das normas que orientam o conselho estarem assentados no envolvimento da sociedade, nem sempre esse envolvimento se realiza de maneira concreta. De acordo com a gestão municipal de Saubara, nem todos que compõem a comunidade local fazem parte do planejamento turístico, seja pela não participação de certos segmentos, como os donos de hotéis e pousadas, considerados distantes pelo poder local, ou pelos mecanismos presentes no conselho, não permitindo a inserção de todos na tomada de decisão e elaboração de atividades para o setor turístico, conforme é relatado pela gestão do município:

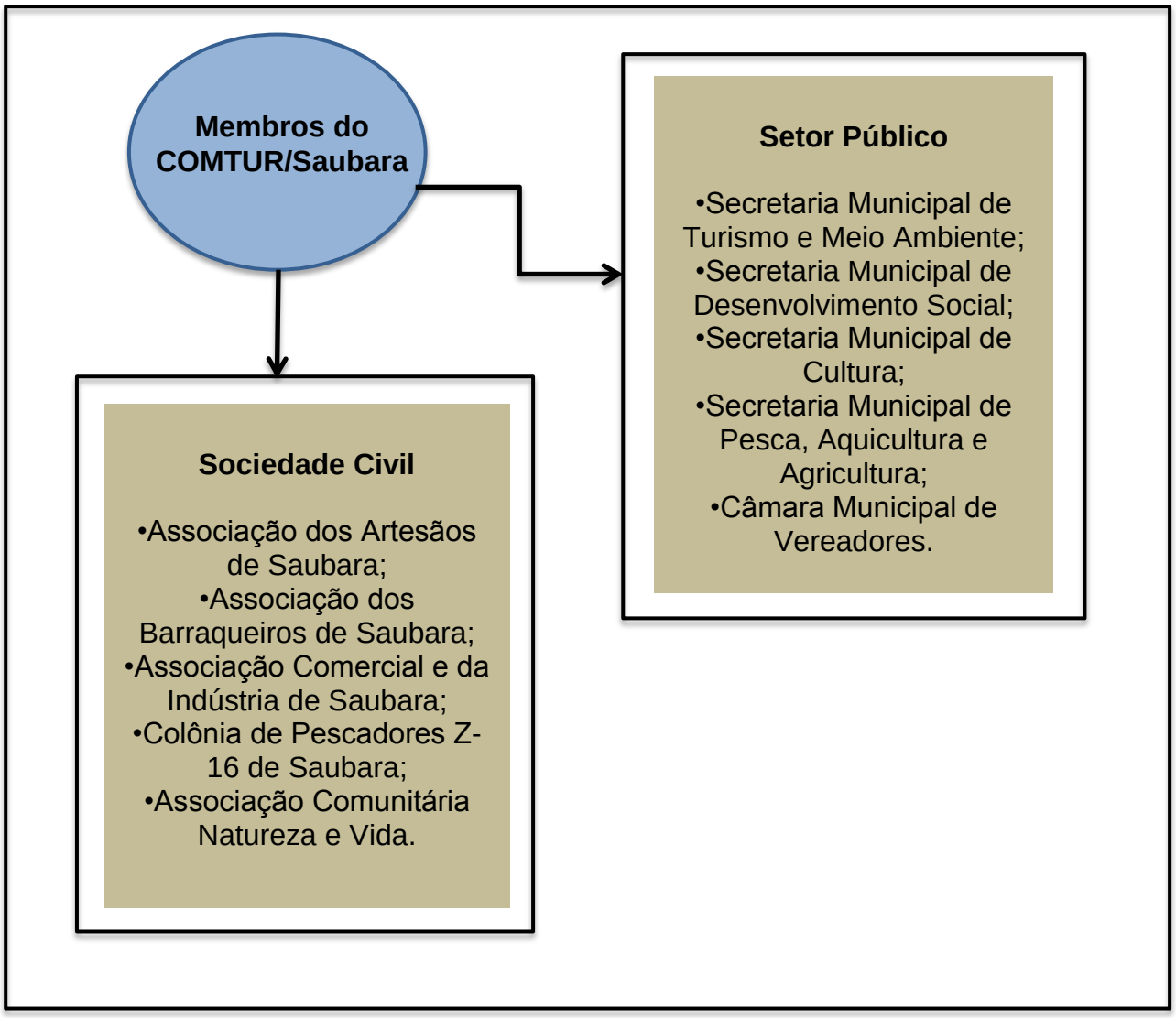
> Os mecanismos existentes atendem em partes às necessidades de inclusão de todos os grupos da sociedade civil que sejam relevantes para apoiar o desenvolvimento da atividade turística, principalmente em relação ao setor hoteleiro, que acredita ser bastante distante (SETUR-BA, 2019, p. 23).

Além dessa problemática, a última nomeação dos conselheiros para o COMTUR em Saubara ocorreu no ano de 2018, no qual deveriam atuar no período de 2018 a 2020 (SETUR-BA, 2019), sendo necessárias novas nomeações ao final do biênio, todavia, desde então não houve nova designação para o conselho, o que denota a pouca importância direcionada à participação social no planejamento do turismo pelos agentes públicos, sendo apenas uma mera representação formal para compor os documentos oficiais. Além da não atualização de novos conselheiros, a gestão local, deixa clara a limitada atuação do conselho na gestão do turismo no município, usando como argumento a nova criação do conselho, o que reflete segundo o poder local, na restrita participação do COMTUR na condução do turismo, como é explicitado abaixo:

> O gestor entende que quando o Conselho era de turismo e meio ambiente (2013) o mesmo possuía uma atuação mais forte do que atualmente. A recente criação do conselho também é vista como um fator para que ainda não sejam vistos resultados significativos da atuação do órgão colegiado (SETUR-BA, 2019, p. 23).

Ainda nesse cenário do COMTUR, ressalta-se que, dentre os membros que integram o conselho municipal, sobressai o secretário municipal de turismo e meio ambiente, principal representante, além de contar com outros membros (Figura 39).

Figura 39 - Membros que compõem o Conselho Municipal de Turismo de Saubara/BA.



Fonte: SETUR-BA, 2019.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

5.2 A GESTÃO DO TURISMO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA

Diante do contingente de visitantes e veranistas, que buscam as praias do município de Saubara, em particular as localizadas no distrito de Cabuçu, nos feriados e meses de verão, o poder municipal elaborou o Plano Turístico e de Infraestrutura para o município contemplando o período de 2017 a 2020, objetivando promover o município no cenário turístico, ao mesmo tempo focando na estruturação do local, especialmente nas praias de Cabuçu, Bom Jesus dos Pobres e Monte

Cristo, além de buscar ampliar a permanência dos visitantes nos destinos turísticos. Nesse contexto a criação do plano para o poder local, é importante, pois:

> Alavanca o crescimento do município de Saubara e criar meios tendo como prioridades obras de infraestrutura, saneamento, acesso e logística. Para organizar e desenvolver esse processo é necessário buscar parceiros como empresas que invistam no turismo local, fortalecendo a economia do município na criação de geração de emprego e renda dos moradores dessas localidades, a fim de que possa melhorar a funcionalidade e qualidade dos serviços prestados à sociedade (SETUR-BA, 2019, p. 25).

Porém, cabe salientar que o Plano Turístico para o município limitou-se a um intervalo de tempo de 3 (três) anos, chegando ao fim em 2020, conforme os dados publicados em Diário oficial municipal, o que dar margem ao surgimento de alguns questionamentos, como: Cadê o planejamento da atividade turística para os anos seguintes? A atividade deixou de ser prática nas praias que integram o município? Ou, o planejamento não é necessário e eficiente para o desenvolvimento local evitando o comprometimento dos ecossistemas situados na região? Além dessas questões, o planejamento pensado para as localidades turísticas no período em destaque, ficou na dependência da parceria com a iniciativa privada, seja no que diz respeito à infraestrutura e saneamento das áreas, ou na geração de emprego, em outras palavras nenhuma ação representada no plano foi pensada para ser realizada exclusivamente pela gestão municipal.

Destaca-se que, o município conta com a parceria da fundação Baía Viva[18], fundação ligada à construtora Suarez, e de acordo com o agente público local a parceria foi firmada através do Projeto urbanístico direcionado para orla marítima de Saubara, na qual a fundação se responsabiliza pela implantação de calçadão, ordenamento das barracas de praias, realização de saneamento, infraestrutura e ordenamento do fluxo de veículos nas praias. Cenário observado, também em outras áreas da BTS, a exemplo da capital baiana e das ilhas de Bom Jesus da

[18]A Fundação Baía Viva foi criada em 1999 por um grupo de empresários baianos, e se intitula sem fins lucrativos, cujo objetivo é recuperar e valorizar a Baía de Todos os Santos, através de ações que contribuem para a requalificação urbana, ambiental e social das ilhas da região. Todavia um dos princípios que norteiam a fundação é a valorização do turismo como ferramenta para o desenvolvimento econômico da BTS, o que vai de encontro com o argumento utilizado pela Baía Viva, ao afirmar que seus objetivos são sem interesses lucrativos. A fundação é presidida pela advogada Isabela Suarez, filha de Carlos Seabra Suarez, um dos fundadores da OAS e atual dono da Construtora Suarez. Apesar da fundação apresentar um discurso de proteção ambiental e valorização cultural da BTS, seu objetivo é a apropriação dos espaços da baía para a maximização do capital, uma vez que o grupo Suarez é dono de imensas extensões de terra ao longo da BTS (https://fundacaobaiaviva.org.br/fundacao-baia-viva/#historico).

Lapa, Ponta de Nossa Senhora, Loreto e dos Frades, que integram o município de Salvador, na qual a fundação ao longo dos anos vem desenvolvendo com o apoio da gestão municipal, projetos de intervenções urbanísticas, usando como discurso a valorização cultural e histórica da BTS, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social da região. Entretanto, o que se verifica é a presença marcante, quase beirando a dominação das áreas ocupadas pela fundação, impedindo o acesso aos espaços públicos, sejam eles praias, igrejas tombadas, áreas de manguezal, além de modificar o cotidiano e as relações sociais estabelecidas pelas comunidades locais.

É necessário enfatizar que, a presença da Baía Viva em Saubara não se limita apenas às interferências urbanísticas, é possível constatar sua influência também, na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, através do consórcio estabelecido com a prefeitura, em que a fundação disponibiliza para a gestão[19] dois (2) funcionários ligados à área de meio ambiente, o que nos permite concluir sobre os caminhos não tão ortodoxos para a aquisição da área, que compreende o manguezal no distrito de Cabuçu pelo grupo Suarez, como se esse ecossistema fosse um bem privado, passivo de ser incorporado por um indivíduo ou grupo, tendo sua apropriação autorizada pelo poder local, o que reforça a existência antagônica entre o que discorre a lei federal[20] sobre o uso das áreas de mangue e a postura assumida pelo poder municipal.

Na busca em permanecer atuando no município, o grupo Suarez, juntamente com a Baía Viva, vem desenvolvendo ações que resultarão na construção de um hotel de grande porte no município, assim como uma marina e um local para pouso e decolagem de aeronaves, com a finalidade de propagação do turismo na localidade, um dos argumentos difundidos pela fundação para as áreas com capacidades turísticas situadas na BTS, o que justifica sua parceria com a gestão local na elaboração do projeto urbano, e a inclusão de técnicos da área ambiental ligada à fundação na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, favorecendo no futuro

[19]Além desses funcionários a gestão municipal do turismo é realizada exclusivamente pelo secretário de Turismo e Meio Ambiente, por um engenheiro e gestor ambiental e um auxiliar de turismo.

[20]Segundo a Lei Nº. 12.651/2012 que dispõe sobre o novo Código Florestal, as áreas de manguezal e restingas são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e como tal são áreas protegidas, podendo ser cobertas ou não por vegetação nativa, tendo a função de preservar a paisagem, a biodiversidade, os recursos hídricos e a estabilidade geológica, viabilizando o fluxo da flora e fauna, além de proteger o solo e garantir o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2012).

a instalação dos equipamentos projetados pela Baía Viva para ampliação da atividade no município.

Caso esses equipamentos forem realmente implantados na área adquirida pelo grupo, irão ocasionar impactos negativos no distrito de Cabuçu, especial no manguezal onde se encontra a propriedade, ou seja, as implicações ambientais decorrentes dessa apropriação irregular serão em função do planejamento articulado entre o agente público local e a fundação, o que nos possibilita inferir sobre o papel das políticas públicas na situação em particular, está a serviço dos interesses específicos das classes dominantes, deixando de lado a preservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade.

Ainda sobre o olhar a respeito do Plano Turístico do município, como mecanismo para atrair turistas e aumentar sua permanência nos destinos turísticos, o que se observa no documento são ações contemplando algumas demandas em determinadas localidades, contudo, as ações direcionadas a saneamento, limpeza e segurança, tão necessárias e urgentes ao longo de toda extensão de praia do município e essencial para o prolongamento dos visitantes na região, não fica tão evidente sua contemplação nas localidades com característica turística de maneira igualitária, como é possível visualizar no (Quadro 06).

Quadro 06 - Ações previstas para apoiar o turismo no município de Saubara/BA no período entre 2017 a 2020.

(continua)

1) Construção da orla de Bom Jesus dos Pobres;	2) Praça de eventos e receptivo aos turistas na orla de Cabuçu;
3) Construção de um mirante próximo à Monte Cristo e instalação de uma tirolesa na praia;	4) Infraestrutura de pavimentação na comunidade de pescadores Porto das Canoas;
5) Casa de apoio ao turista no distrito de Cabuçu;	6) Construção de estacionamentos para ônibus e vans na Praia de Cabuçu;

(conclusão)

7) Limpeza, iluminação e segurança nas áreas que compreendem a orla de Saubara[21];	8) Instalação de banheiros públicos;
9) Pavimentação asfáltica;	10) Calçadão;
11) Ciclovia;	12) Sinalização turística;
13) Ações de plantios de árvores nas margens dos rios;	14) Realização de seminário sobre turismo sustentável;
15) Criação de um calendário de eventos;	16) Criação de panfletos informativos e educativos.

Fonte: SETUR-BA, 2019.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Das ações pontuadas no (Quadro 06), apenas 3 (três) atendem diretamente ao distrito de Cabuçu, localidade com maior fluxo de veranistas e visitantes, exigindo um olhar mais cuidadoso e célere do poder local. Destaca-se que, até a presente data, apenas uma das atividades apontadas no documento foi colocada em prática no distrito, a construção da casa de apoio ao turista, que por sinal na maioria das vezes encontra-se fechada para o atendimento ao público, comprovando a desatenção da gestão local para a atividade turística, já consolidada em Cabuçu, não importa se através dos excursionistas, sua grande maioria, ou pelos turistas em número reduzido, o fato é que o local configura-se como um destino de lazer para a população da região e entorno, sendo carente, portanto, de um robusto planejamento para o setor turístico.

A ausência de ações mais efetivas sobre o planejamento turístico na localidade é igualmente, observado no Plano Plurianual (PPA) de Saubara para os anos de 2022 a 2025, no qual o turismo aparece apenas como tema no eixo estratégico de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico com Sustentabilidade Ambiental, ou seja, as ações propostas neste eixo não estão focadas na atividade turística em si, mas sim, em construção, ampliação e reforma de praças, parques e jardins, na construção da orla marítima e do cais, melhoria na infraestrutura básica (iluminação, saneamento e pavimentação), recuperação de áreas degradadas e

[21]Da numeração 7 até 12 o documento elaborado pela Prefeitura de Saubara acerca do planejamento do turismo para o município, não deixa claro se as ações serão realizadas em todas as localidades com aptidões turísticas, como Cabuçu, Bom Jesus e Monte Cristo, ou em áreas específicas do município.

geração de renda, ações consideradas mais gerais a serem colocadas em prática em todo município, porém, podem contribuir para o desenvolvimento do turismo nos distritos com perfil turístico. Entretanto, é importante enfatizar que em termos de ações direcionadas para o turismo no município, o PPA em vigência não contempla de maneira efetiva ações para a consolidação da atividade na área em estudo, suas ações estão destinadas para outros setores da administração pública, o que reforça o quanto o turismo não é visto pelo agente público local como atividade, que demanda planejamento e políticas públicas para um desenvolvimento equitativo e sustentável do setor nos núcleos turísticos.

Porém, no cenário atual de crescimento do turismo, o planejamento configura-se como elemento essencial, pois além de buscar o desenvolvimento econômico, tem se tornado uma ferramenta para a manutenção dos elementos naturais, culturais, históricos e sociais nas áreas turísticas. Para Hall (2001) que discute o turismo e a necessidade de elaboração de planos para o setor, o planejamento não deve ser concebido como uma panaceia para a resolução de todos os males da atividade, todavia, quando bem direcionado pode minimizar impactos negativos e maximizar retornos econômicos nos destinos turísticos, estimulando resposta positiva da comunidade em relação ao turismo ali instalado.

Diferentemente de quando não existe planejamento da atividade, ou o planejamento é elaborado em parceria com a iniciativa privada, permitindo a ocupação irregular em áreas de ecossistemas frágeis, como vale de rio, manguezais, áreas de Mata Atlântica, ambientes utilizados pela atividade para a especulação imobiliária, ou seja, para construção de equipamentos hoteleiros, condomínios, pousadas e segundas residências, gerando impactos profundos nesses ambientes. Situação testemunhada em várias partes do território nacional que abrigam o turismo como prática econômica, e não seria diferente em Cabuçu, daí a importância do planejamento integrado com todos os setores do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, com intuito de evitar a comercialização, favelização e descaracterização dos espaços receptores, conforme afirma (Yázigi, 2009).

Para que o turismo possibilite o desenvolvimento tão almejado, independente de sua escala de atuação, é preciso que a prática, além de promover o crescimento econômico, deve ser planejada para viabilizar o desenvolvimento local, respeitando o meio natural, a cultura e a comunidade. Nessa perspectiva, a administração local

de Saubara deve estar atenta para que o planejamento e a gestão do turismo considerem os desejos e necessidades da população residente, bem como priorize a participação social, pois, a comunidade certamente é a mais afetada pela inserção de sua localidade na prática turística.

Como afirma Cruz (2000) o planejamento do turismo não se realiza sobre um espaço vazio, ao contrário se materializa sobre um espaço concreto, histórico e socialmente construído e precisa ser considerado pelas políticas públicas e projetos que dela derivam. Para a autora o desenvolvimento do turismo, deve ser um projeto que contemple a coletividade, não sendo apenas uma resposta aos interesses particulares e como tal deve haver a participação da comunidade na gestão da atividade.

5.3 A GESTÃO DO USO TURÍSTICO DOS RECURSOS NATURAIS PELO PODER LOCAL

Sendo o turismo uma atividade que tem no espaço geográfico seu objeto, e os recursos naturais, elementos essenciais para o desenvolvimento e expansão de sua prática, a gestão dos recursos naturais vem se tornando fundamental nos últimos anos nos núcleos turísticos, a fim de minimizar e evitar impactos sobre o meio natural.

Nesse contexto, o município de Saubara conta com a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, responsável pela gestão dos recursos naturais nos destinos turísticos, tendo o secretário da pasta seu principal representante, além de contar com a presença de 4 (quatro) funcionários, todos eles comissionarias, sendo 2 (dois) contratados via consórcio entre a Prefeitura Municipal e a fundação Baía Viva. Assim como na gestão municipal do turismo, a Baía Viva se faz presente, também na gestão dos recursos naturais, explicitando o quanto a fundação é um agente de grande influência local e estadual no setor da administração pública.

Dentre as atribuições da gestão dos recursos naturais pelo uso turístico no município de Saubara, destacam-se (Quadro 07):

Quadro 07 – Atribuições da gestão dos recursos naturais pelo uso turístico no município de Saubara/BA.

• Licenciamento ambiental de empreendimentos relacionados ao turismo, especialmente nos condomínios de casas de veraneio e hotéis;	• Autorização e fiscalização do funcionamento de barracas de praia;
• Acompanhamento dos serviços de limpeza urbana (em parceria com a Secretaria de Administração);	• Monitoramento da degradação e poluição das praias.

Fonte: SETUR-BA, 2019.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Cabe salientar que, das atribuições apresentadas no (Quadro 07), poucas são aquelas que de fato são colocadas em prática nas localidades turísticas do município, a exemplo da autorização exigida pelo poder local junto aos barraqueiros para a instalação das barracas nas praias, bem como a regularidade[22] na fiscalização pelo agente público desses equipamentos, já as demais atribuições nem sempre são aplicadas como a frequência que é necessária, como o licenciamento ambiental para a construção de casas de veraneios, introduzidas em áreas de ecossistemas frágeis, sendo essencial, portanto, de ações mais rígidas sobre a ocupação nesses espaços. Porém, não é isso que se verifica no distrito de Cabuçu, e sim uma concentração de construções residenciais e comerciais nessa localidade.

Assim como, não é possível observar a realização de monitoramento sobre a degradação e poluição das praias pela gestão municipal, uma vez que a prevalência nas praias onde o fluxo de visitantes é maior, é um ambiente com fortes implicações ambientais, o que nos permite questionar sobre se de fato existe o monitoramento sobre os impactos no meio natural proveniente da prática turística na área em estudo. Ou, o monitoramento é apenas um discurso presente nos documentos oficiais da administração local para demonstrar preocupação em relação à preservação ambiental, e cumprir com exigências legais.

Necessário enfatizar que, o município dispõe de alguns instrumentos de gestão ambiental, a exemplo da Política de Meio Ambiente Municipal, do Plano

[22]Informação colhida a partir da pesquisa de campo realizada em janeiro de 2023, junto aos proprietários de barracas nas praias do distrito de Cabuçu/BA.

Municipal de Meio Ambiente e o Zoneamento Costeiro[23], contudo, é comum presenciarmos as situações destacadas acima no distrito, refletindo a dicotomia entre o que discorre os princípios pontuados nas leis e documentos municipais e a realidade. Essa dicotomia fica mais visível, quando analisamos a Política de Meio Ambiente[24] do municipal, ao apresentar como um dos seus propósitos para auxiliar a gestão ambiental e turística em Saubara: o ordenamento das ocupações e empreendimentos associados ao turismo; a despoluição e limpeza da orla marítima e das áreas naturais onde exista a visitação de turistas; o ordenamento do fluxo de turistas e visitantes; a recuperação de áreas degradadas e o controle da poluição sonora, ações apontadas como essenciais para o desenvolvimento e gestão do turismo nas localidades potencialmente turística de Saubara.

Apesar da existência de ações que favorecem a gestão dos recursos naturais, e do turismo na Política Ambiental do município desde os anos de 2005, o que se observa na prática, é a não concretização dessas ações nos núcleos turísticos, ou seja, passados 18 anos nenhum dos objetivos apresentados na lei, que versa sobre a política de meio ambiente municipal associado ao turismo, foi aplicado nas áreas com maiores fluxos de visitação, a exemplo dos distritos de Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, que continuam a sofrer com os impactos ambientais promovidos pela atividade, relevando o abismo existente entre o conteúdo presente na lei e sua aplicação.

Na tentativa de justificar uma postura de inquietação e cuidado com o meio ambiente, o poder local argumenta que os programas e projetos pensados para o desenvolvimento do turismo em Saubara, devem considerar sempre os aspectos ambientais, para isso o município exige[25] para a construção de novos empreendimentos a destinação por parte do proprietário de 30% de área verde em relação à área total do terreno, assim como, a obrigatoriedade de reflorestar áreas

[23]Criada em 2016 através da Lei Complementar Nº41/2016 o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do município de Saubara, estabelece diretrizes para o manejo adequado da zona costeira no município, além de considerar o desenvolvimento sustentável da localidade, buscando a utilização responsável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento social e econômico, a proteção dos ecossistemas, a conservação do patrimônio cultural e histórico e a preservação da paisagem da orla do município (Saubara, 2016).

[24]A Política de Meio Ambiente no município de Saubara foi instituída pela Lei Nº 28/05 em 30 de setembro de 2005, dispondo sobre a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e pelo uso adequado dos recursos naturais no município (Saubara, 2005).

[25]Pontos apresentados no documento elaborado pela gestão municipal de Saubara para a SETUR-BA em 2018.

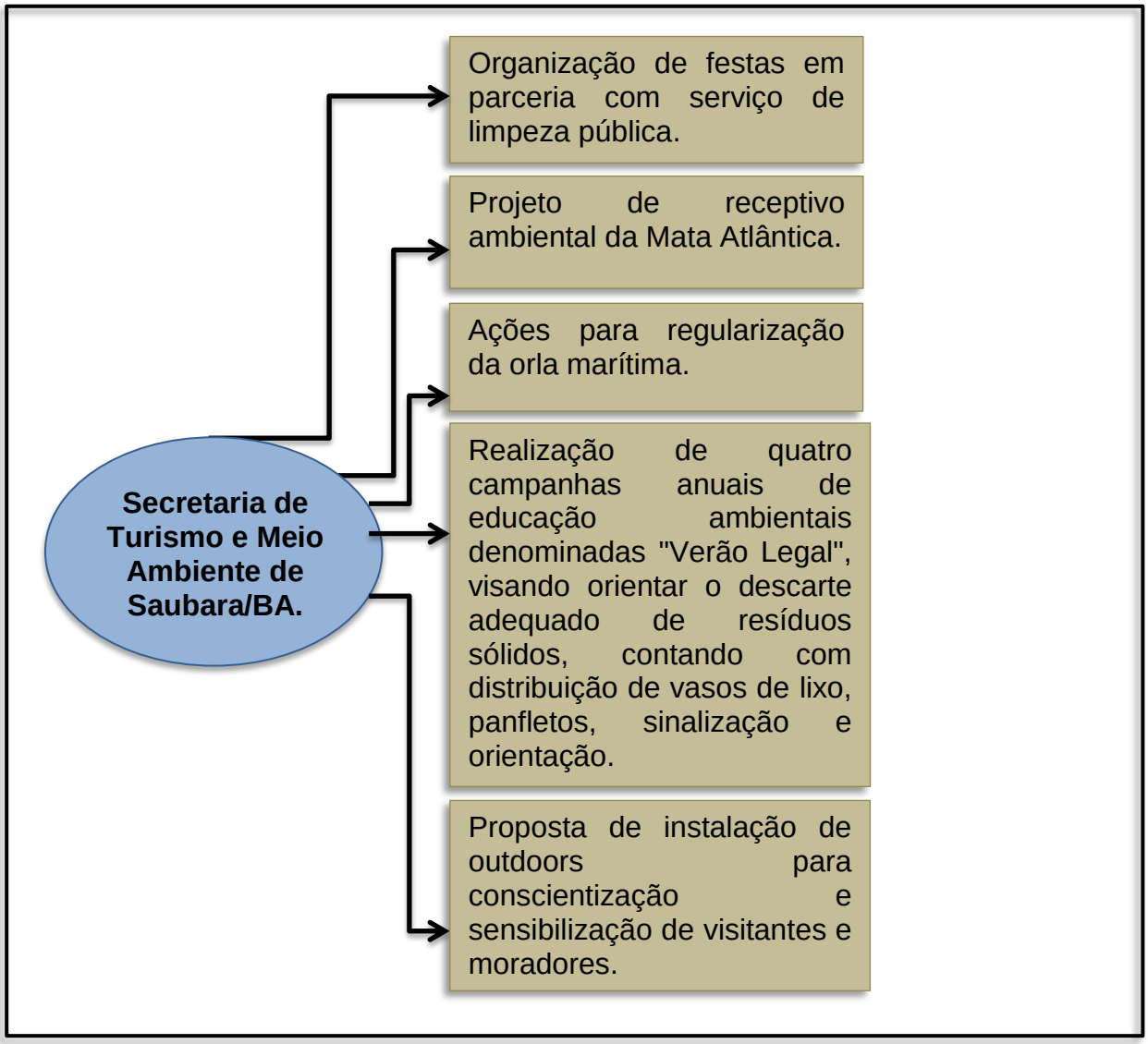
desmatadas e a responsabilidade de implantar um sistema de saneamento básico até a rede pública. Diferentemente do que determina o regimento municipal, o que se observa em *lócus* é a retirada da vegetação para construções diversas sem o reflorestamento, a não reserva de 30% de área verde em relação ao terreno adquirido, além do uso de rios e do mar para o lançamento de dejetos líquidos provenientes das construções.

Vale salientar que, um dos fundamentos norteadores da gestão ambiental no município é a realização de monitoramento e fiscalização das áreas ocupadas pela atividade humana, a fim de evitar a degradação dos espaços naturais. No entanto, não é esse o cenário encontrado na localidade, na prática vemos que as coisas acontecem de maneira diferente, à fiscalização e a supervisão de atividades que impactam o meio natural não são realizadas com o critério e o rigor necessários, ou simplesmente são negligenciadas pelo órgão responsável.

Destaca-se que, o modelo de gestão ambiental adotado no município se sustenta no Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada[26] (GAC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), estimulando a parceria entre o Estado e os municípios, além de promover a descentralização da gestão ambiental, buscando a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, como determina a Lei Complementar Nº 140/11. Nessa parceria entre o Estado e o município de Saubara, cabe ao poder local a responsabilidade pelo licenciamento ambiental, fiscalização e monitoramento das áreas degradadas e poluídas, além de acompanhar os serviços de limpeza urbana. Associadas a essas ações, a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do município é responsável pela elaboração de outras ações direcionadas à gestão ambiental e do turismo, na tentativa de promover a atividade na região e minimizar as implicações no meio ambiente (Figura 40):

[26]A SEMA através da Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA) implantou o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), buscando promover a descentralização da gestão pública do meio ambiente. O GAC tem como objetivo principal apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente tendo em vista a Lei Complementar Nº 140/11 (SETUR-BA, 2023).
A Lei Complementar fixa normas, para a cooperação entre a união, os estados, o distrito federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora (Brasil, 2011).

Figura 40 - Ações apontadas pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Saubara como forma de promoção do turismo e minimização das implicações ambientais nas localidades turísticas.



Fonte: SETUR-BA, 2018.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Apesar dessas ações apontadas pelo gestor da pasta, como ferramenta para reduzir os impactos sobre o meio ambiente, e a difusão do turismo nas áreas turísticas, a realidade observada é outra. De acordo com a maioria dos proprietários de barracas instaladas nas praias de Cabuçu, não existem campanhas educativas realizadas pelo poder local, seja junto aos barraqueiros ou os visitantes/veranistas que frequentam a localidade, assim como não ocorrem à distribuição de caixas para armazenamento dos resíduos sólidos nas barracas pelo setor público, esse objeto é adquirido pelos donos, caso queira que os visitantes depositem os resíduos em

lixeiras. Cabe mencionar que, não foi encontrado no distrito sinalização e orientação sobre a importância de manter o ambiente costeiro limpo e preservado, o que nos permite inferir, que as ações apresentadas na (Figura 40) apenas fazem parte do documento direcionado a SETUR-BA, como forma de atender os dispositivos legais, porém, muito distante de compor a realidade no distrito em estudo.

No entanto, como maneira de justificar a ausência, ou a dificuldade em colocar em práticas, as ações pensadas para a gestão dos recursos naturais, o poder municipal se apoia no discurso em torno do quantitativo reduzido de funcionários, e veículos para a realização de fiscalização, em virtude das restrições financeiras que afetam a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, limitando, portanto, sua atuação, em particular no enfrentamento dos principais problemas ambientais presentes no município, apontados pelo agente público como: a poluição resultante da deficiência de rede de esgoto e serviço de coleta dos resíduos sólidos no período da alta estação; a degradação das áreas de manguezal; a pesca criminosa, através do uso de bomba e o fluxo de visitantes, mais especificamente os excursionistas, que na visão do poder local não demonstram ter consciência ambiental e causam impactos diversos nos destinos turísticos do município.

Não obstante, não podemos aceitar a argumentação apresentado pela gestão municipal como verdade absoluta, uma vez que a omissão frente à análise dos impactos ambientais têm diferentes causas, dentre elas, a nomeação de pessoas sem conhecimentos técnicos e científicos sobre o funcionamento da sociedade e da natureza, assim como a influência de determinados grupos da sociedade, que buscam se apropriar dos elementos naturais, levando a sua degradação e poluição, pelo simples fato da acumulação do capital, afetando direta ou indiretamente a toda forma de vida.

6 AS IMPRESSÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE BARRACAS SOBRE A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A partir do levantamento de campo, da aplicação dos questionários, observa-se que, a maioria dos proprietários das barracas instalados nas praias do distrito, é natural do município de Feira de Santana, no entanto, encontramos barraqueiros oriundos de outras localidades, como São Gonçalo dos Campos; Salvador; Candeias; Jequié; Saubara (distrito sede); Ipirá; distrito de Bom Jesus dos Pobres; Entre Rios; distrito de Cabuçu e Santo Amaro. Grande parte dos proprietários é do sexo masculino e possuem ensino fundamental e médio, porém, encontramos dois barraqueiros com ensino superior. De modo geral, estão há mais de cinco anos nos empreendimentos (Quadro 08).

Quadro 08 – Perfil dos proprietários de barracas instalados nas praias de Cabuçu, Recreio, Sol e Pedras Altas, distrito de Cabuçu/BA.

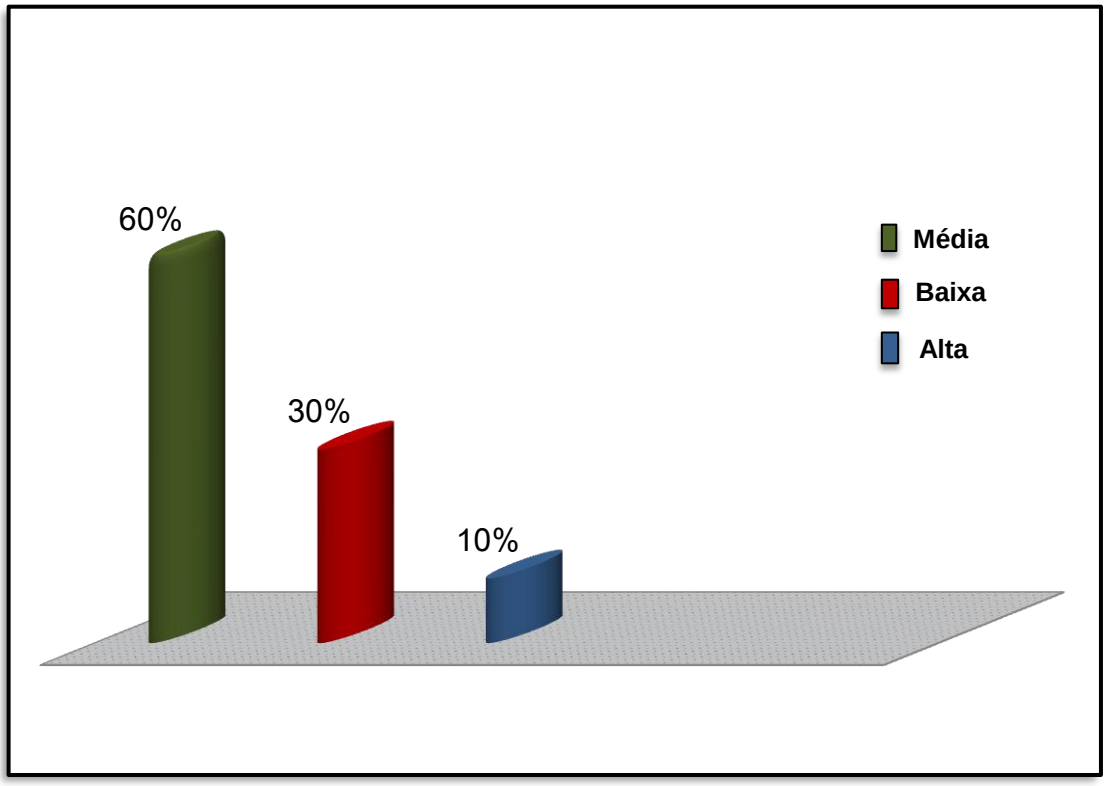
Característica	Indicador	Número	%
Naturalidade	Feira de Santana	8	40
	Outras localidades	12	60
Sexo	Masculino	11	55
	Feminino	9	45
Escolaridade	Analfabeto	-	-
	Ensino Fundamental	9	45
	Ensino Médio	9	45
	Ensino Superior	2	10
Tempo no qual é dono do empreendimento	Menos de 1 ano	-	-
	1 a 5 anos	6	30
	Mais de 5 anos	14	70

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

De acordo com 60% dos proprietários das barracas, o quantitativo de visitantes que procuram os equipamentos, enquanto espaço para consumo de

bebidas e alimentos nos últimos anos tem sido considerado médio; 30% julgam baixa a procura e 10% qualificam a busca por esses espaços pelos visitantes/veranistas como alta. Em conversas informais os barraqueiros argumentam, que nos últimos anos a visitação de veranistas e banhistas de finais de semana, vêm diminuindo consideravelmente nas praias do distrito, pois as pessoas estão buscando novos locais, como o litoral Norte, que conta com infraestruturas, acesso facilitado via rodovia, praias limpas, estacionamentos e atrativos turísticos, comentam os barraqueiros (Gráfico 01).

Gráfico 01 – A procura dos visitantes/veranistas pelas barracas nas praias de Cabuçu/BA.

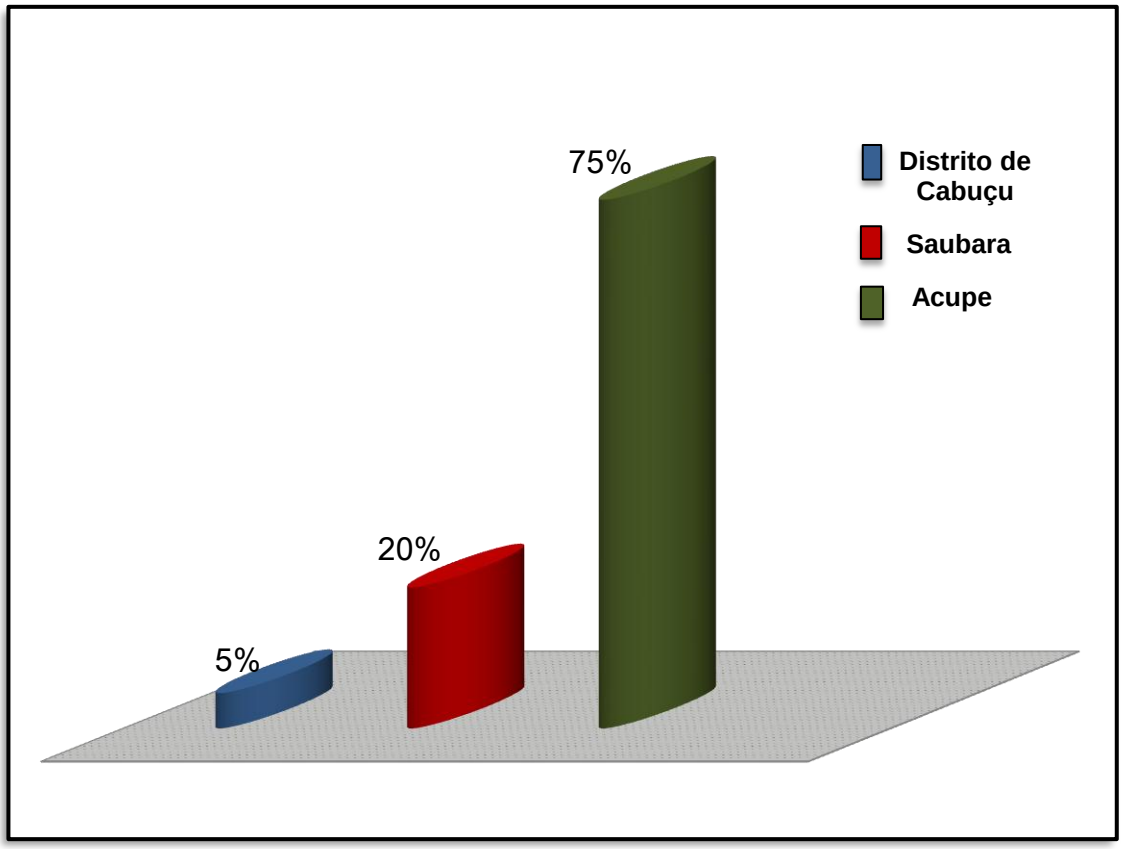


Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Em virtude do fluxo de pessoas nas praias do distrito, particularmente no verão, os barraqueiros são levados a contratar mão-de-obra temporária na alta estação, ou seja, 95% dos entrevistados sinalizou a necessidade desse suporte para o andamento das barracas, sendo que a maioria dos funcionários contratados 75% é de outra localidade, mais especificamente do distrito de Acupe (município de

Santo Amaro), 20% são da sede de Saubara e apenas 5% reside no distrito de Cabuçu (Gráfico 02). Segundo os entrevistados, não é fácil encontrar pessoas residentes no distrito com interesse em trabalhar nesses empreendimentos, o que leva os proprietários a buscar pessoas em outras localidades.

Gráfico 02 - Origem dos funcionários que trabalham nas barracas nas praias de Cabuçu/BA.



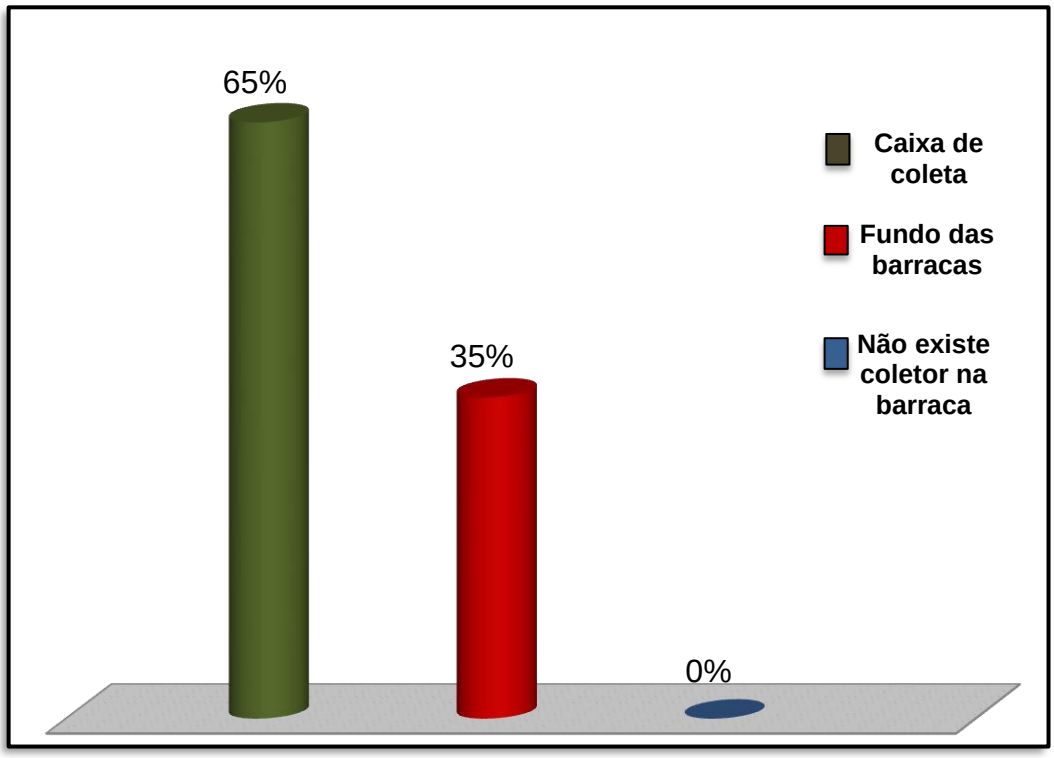
Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Importante salientar que, para muitos dos funcionários que trabalham temporariamente nas barracas de praias do distrito, esta tem sido uma das principais formas de aquisição de renda na região, visto a ausência de gerações de empregos formais nos municípios de Saubara e Santo Amaro. Conforme Vasconcelos e Coriolano (2008), esses tipos de empreendimentos nos locais turísticos geram impactos positivos nos núcleos receptores, introduzem recursos na economia local.

Além destes elementos, os donos das barracas foram questionados sobre o direcionamento dado aos resíduos líquidos e sólidos produzidos pelos visitantes e

veranistas, que frequentam as barracas no verão. Para 65% dos barraqueiros, o lixo produzido nas barracas é depositado em caixas coletoras, adquiridas pelos proprietários e instaladas nos fundos das barracas, assim como na parte interna dos empreendimentos, a fim que os visitantes descartem o material nesses recipientes, evitando o lançamento direto na praia; já para 35% dos barraqueiros, o resíduo produzido pelos banhistas é deixado nos fundos das barracas, uma vez que não existem caixas coletoras, nem lixeiras na qual as pessoas possam realizar o descarte (Gráfico 03). Essa postura assumida por este grupo de proprietários é justamente dos donos dos equipamentos, na qual se notou a partir da visita de campo, grande quantidade de materiais jogados no fundo das barracas, ou seja, diretamente na área da praia.

Gráfico 03 – Local onde os barraqueiros acondiciona o resíduo sólido produzido pelos visitantes que frequentam as praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Esse tipo de comportamento impacta o meio natural, tendo em vista que, a depender dos objetos que compõem os resíduos sólidos, podem ser facilmente carregados pelo vento e ser depositado no mangue e no oceano, ou ficarem por dias

nos fundos das barracas, atraindo insetos e animais, liberando mau cheiro e até mesmo o chorume, material com grande potencial poluente no solo, lençóis freáticos, rios e mares.

No entanto, cabe ressaltar que, dentre os 65% dos barraqueiros que afirmaram o uso de caixas coletoras no interior das barracas, e na parte externa para acondicionar os resíduos, muitos também, utilizam os fundos das barracas para o descarte, visto que, grande parte das construções conta apenas com cestos de lixo na parte interna, onde é colocado o resíduo produzido pelos banhistas; após recolherem esses cestos, o material é depositado diretamente na zona costeira pelos donos ou funcionários das barracas, ou seja, é colocado nos fundos dos empreendimentos, na areia da praia, ou sobre a vegetação de restinga, como já discutido em capítulo anterior e como fica evidente nas (Figuras 41 e 42), situação observada a partir da visita de campo, o que valida à falta de coerência entre as respostas dadas na entrevista, e a prática dos barraqueiros.

Figura 41 – Resíduos sólidos sobre as restingas na Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Figura 42 – Presença de lixo nos fundos das barracas na Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Porém, o comportamento adotado pelos barraqueiros ao direcionar o lixo produzido em seu comércio, para a zona costeira, apenas reflete a ausência do poder local, no tocante às ações para o encaminhamento correto dos resíduos produzidos pelos visitantes, barraqueiros e moradores das casas de veraneio, o que vai de encontro com as ações apresentadas na Política Municipal de Meio Ambiente de Saubara, ao afirmar a importância da coleta diária nas áreas turísticas, a limpeza das praias e entrega de sacos de lixo para os barraqueiros, como ferramenta para a preservação ambiental. Contudo, na falta de opções e a não regularidade na coleta, os donos dos equipamentos, são levados a depositar os resíduos na praia ou junto a ela. Essa carência no recolhimento do lixo, associado ao seu descarte inadequado, pode comprometer o meio natural, seja através da poluição das águas costeiras e da areia, causando risco de contaminação aos indivíduos, assim como a perda da qualidade recreativa e turística das praias de Cabuçu, diminuindo a beleza cênica do lugar, desmotivando a presença dos turistas.

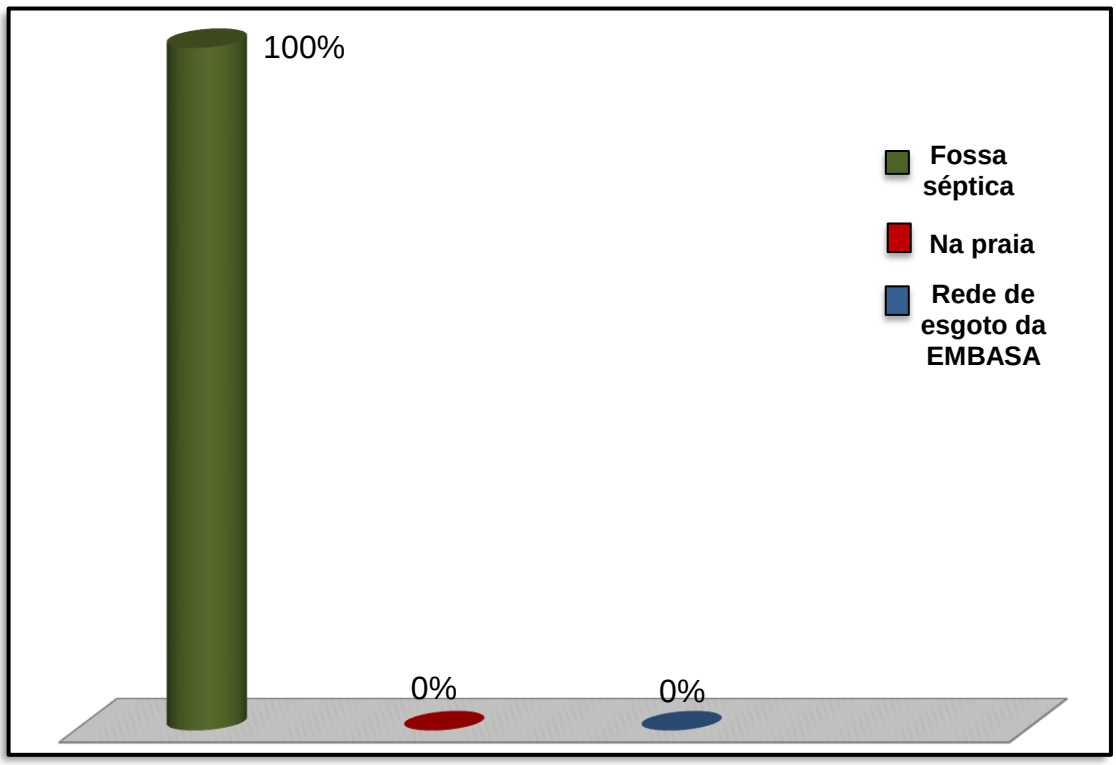
Diante desse cenário, é essencial o planejamento e políticas públicas elaboradas pelo poder público, para assegurar o desenvolvimento turístico, sem comprometer o meio ambiente, como salienta (Ruschmann, 1997).

Para alguns dos entrevistados, proprietário das barracas, além da importância da coleta diária no verão, seria interessante que, a prefeitura do município realizasse coleta seletiva, pois iria auxiliar na preservação do meio natural, e seria uma forma de gerar renda na localidade, já que a maioria da população vive da pesca e da extração de marisco.

Quando questionados sobre o destino dado aos resíduos líquidos produzidos nos equipamentos, 100% dos barraqueiros afirmaram o uso de fossas sépticas, como destino final (Gráfico 04), em razão de não existir no distrito rede de esgoto, e o poder público municipal estimular o uso de fossas sépticas, como meio seguro para o lançamento dos resíduos, como citado no capítulo 4. Entretanto, cabe salientar que, na realidade os proprietários das barracas[27] fazem uso de fossas convencionais, também conhecidas como fossas negras, que são buracos feitos no solo e recebem os dejetos sem tratamento. Como os efluentes não são tratados, facilmente se infiltra no solo, contaminando o mesmo, assim como o lençol freático, favorecendo a degradação do meio natural e o risco de transmissão de doenças a população local e os visitantes.

[27]A partir de conversas informais, alguns barraqueiros sinalizaram o uso da fossa convencional em seus equipamentos, afirmando que a maioria da população do distrito utiliza esse tipo de sistema de captação de resíduos em suas residências e locais comerciais.

Gráfico 04- Local onde são lançados os dejetos líquidos produzidos nas barracas situadas nas praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

De acordo com Faustino (2007), dentre as formas de captar os efluentes, as fossas convencionais são as menos indicadas, pois não evita a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, como ocorrem nos modelos de fossa séptica e fossa séptica biodigestora. Destaca-se que, a fossa biodigestora é a única a promover a reciclagem dos dejetos, e permitir o uso dos resíduos para adubação de plantas, reduzindo o consumo de fertilizantes químicos, além de evitar a proliferação de insetos e animais nocivos, o que não acontece com os outros modelos, sendo considerada, portanto, para a autora um sistema de tratamento ambientalmente mais seguro para locais sem rede de esgoto.

Apesar dos barraqueiros sinalizam a utilização de fossas para captação dos resíduos, notamos no levantamento de campo, o uso da foz do Rio Bahia, que passa por trás de algumas barracas, sendo usado pelos proprietários para a deposição dos efluentes líquidos (Figuras 43 e 44). É possível verificar, a presença de canos direcionados para o rio, infelizmente numa postura que contrapõe, quando esses mesmos barraqueiros afirmam sobre, a necessidade da preservação das praias de Cabuçu, seja pelo aspecto econômico, ou pela relevância da natureza, o fato é que

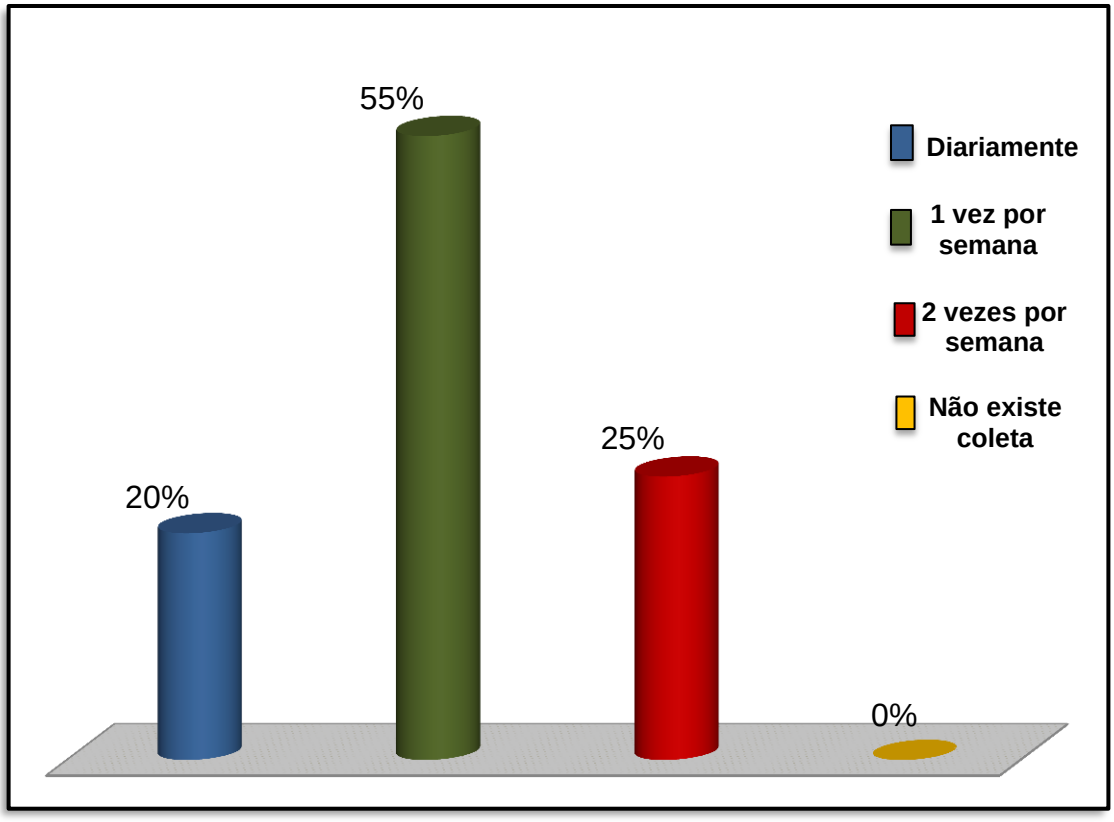
o discurso proferido pela maioria, muitas vezes não dialoga com o comportamento humano.

Figuras 43 e 44 – Lançamento de efluentes líquidos pelas barracas na foz do Rio Bahia, Praia de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Foram questionados também, em relação à frequência que ocorre a coleta de lixo pelo poder municipal nas praias do distrito. Para 25% dos entrevistados, a coleta ocorre 2 vezes na semana; 55% sinalizaram 1 vez na semana e para 20% dos proprietários ocorrem diariamente (Gráfico 05). Na realidade, não existe um consenso por parte dos barraqueiros, sobre a coleta na localidade, o que confirma uma inconstância na manutenção da limpeza das praias pelo poder local. Entretanto, segundo o órgão responsável pela limpeza pública em Saubara, a retirada dos resíduos é feita diariamente na sede do município, já em Cabuçu a coleta acontece 2 vezes na semana em período normal, e nos meses de verão, a limpeza das praias e recolhimento do lixo é feita diariamente.

Gráfico 05- Opinião dos barraqueiros sobre a frequência que ocorre a coleta de lixo pela prefeitura de Saubara nas praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Porém, em visita realizada à área de estudo, foi observada grande quantidade de lixo nas vias públicas do distrito e nas praias, e de acordo com as falas de barraqueiros e da comunidade, a sujeira na localidade já estava há dias, em função

da ausência do carro coletor, o que comprova a carência do setor público em ações destinadas, para a conservação da limpeza na zona costeira, indo de encontro com as informações passadas pelo órgão responsável pela limpeza do lugar, ao afirmar a realização diária da coleta nos meses de verão, bem como o que versa a legislação federal, ao declarar que os municípios são responsáveis pelas atividades de manejo dos resíduos sólidos urbanos, e limpeza urbana.

Necessário destacar que, a Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que atribuía a responsabilidade pela gestão e limpeza dos espaços urbanos aos municípios, dispõe também, sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e define resíduos sólidos com:

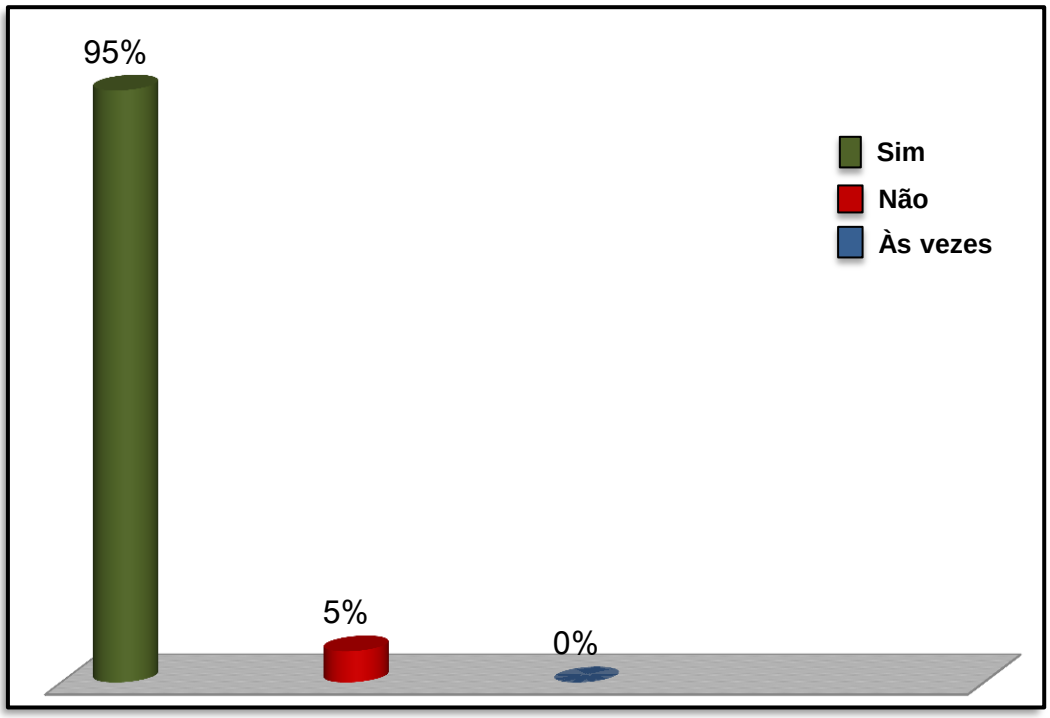
> [...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (Brasil, 2010).

Conforme a legislação, os resíduos sólidos não devem ser direcionados para corpos d' água, nem rede de esgoto, e os gestores públicos precisam desenvolver ações que, contemplem o manejo correto dos resíduos, a fim de fomentar a proteção da saúde humana e a sustentabilidade do meio ambiente, buscando metas para a erradicação de lixões e estímulo às soluções ambientalmente adequadas, para a disposição final dos resíduos sólidos (Brasil, 2010). Contudo, se, por um lado, a lei reconhecer a importância do descarte correto dos resíduos sólidos para evitar o lançamento em corpos d' água, e a deposição do lixo a céu aberto, além de estimular o aumento da reciclagem e da reutilização do material descartado, quando possível e viável economicamente, por outro, não existe fiscalização por parte dos entes federativos junto aos municípios, responsáveis pelas execuções das ações em nível local, como é verificado no distrito em análise.

Em relação às respostas aos questionamentos feitos aos proprietários das barracas, a respeito do incômodo gerado pelo lançamento de objetos descartáveis, por parte dos veranistas e/ou visitantes no mar, de acordo com 5% dos barraqueiros, não é incômodo ver o lançamento de objetos descartáveis no mar, já para 95% dos

donos dos equipamentos, é desagradável observar a deposição de objetos descartáveis no mar, ou na própria praia pelos visitantes (Gráfico 06).

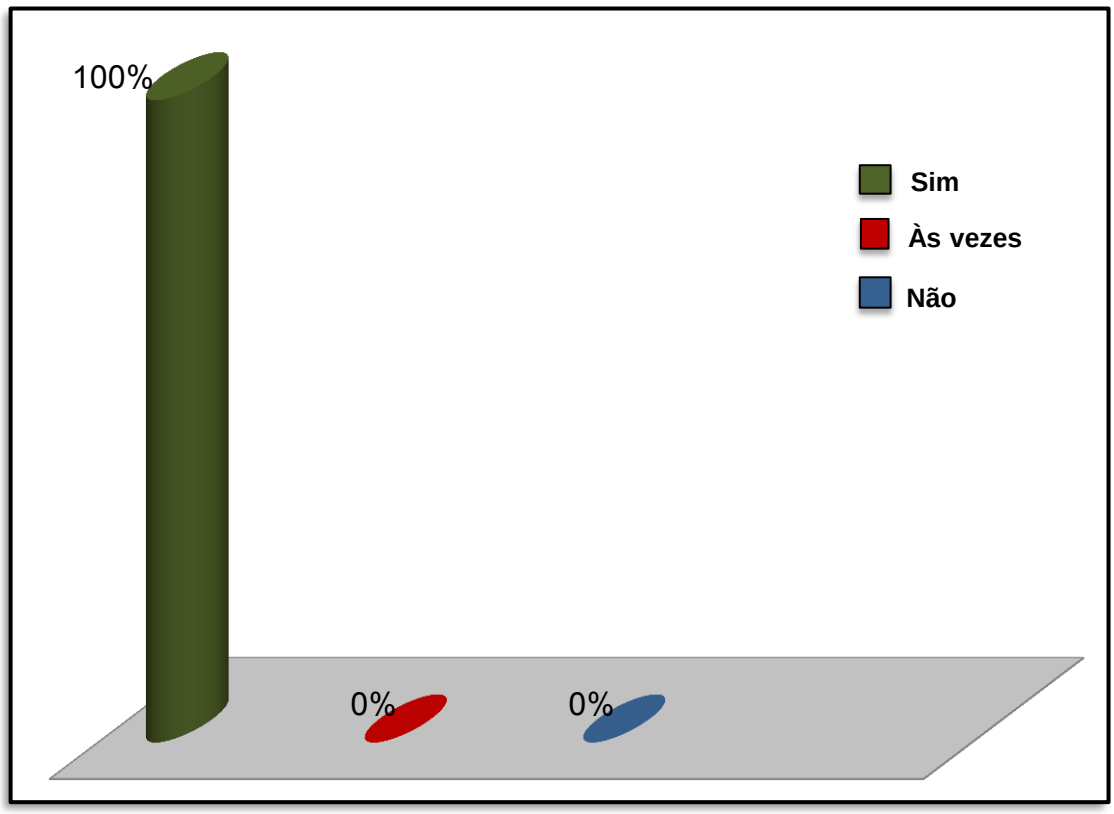
Gráfico 06 – Opinião dos donos das barracas sobre o incômodo gerado pelo lançamento de objetos descartáveis pelos visitantes nas praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Nota-se, porém, certa contradição nas respostas dadas acima pelos barraqueiros, e a resposta concedida, quando questionados sobre a importância de se manter as praias limpas do distrito, pois para 100% dos proprietários, é importante a limpeza das praias da região (Gráfico 07), o que vai de encontro com os 5% dos donos dos empreendimentos, quando afirmaram que não existe incômodo em observar o descarte de materiais no mar pelos visitantes. O que permite inferir que, esse tipo de resposta pode estar atrelada a falta de consciência ambiental, assim como a percepção de que a natureza tem o poder de absorver os impactos gerados pelas ações antrópicas, sem considerar que nem todos os recursos naturais são infinitos e renováveis, como afirma (Valença, 2015).

Gráfico 07 – A importância da limpeza das praias de Cabuçu/BA na visão dos barraqueiros.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

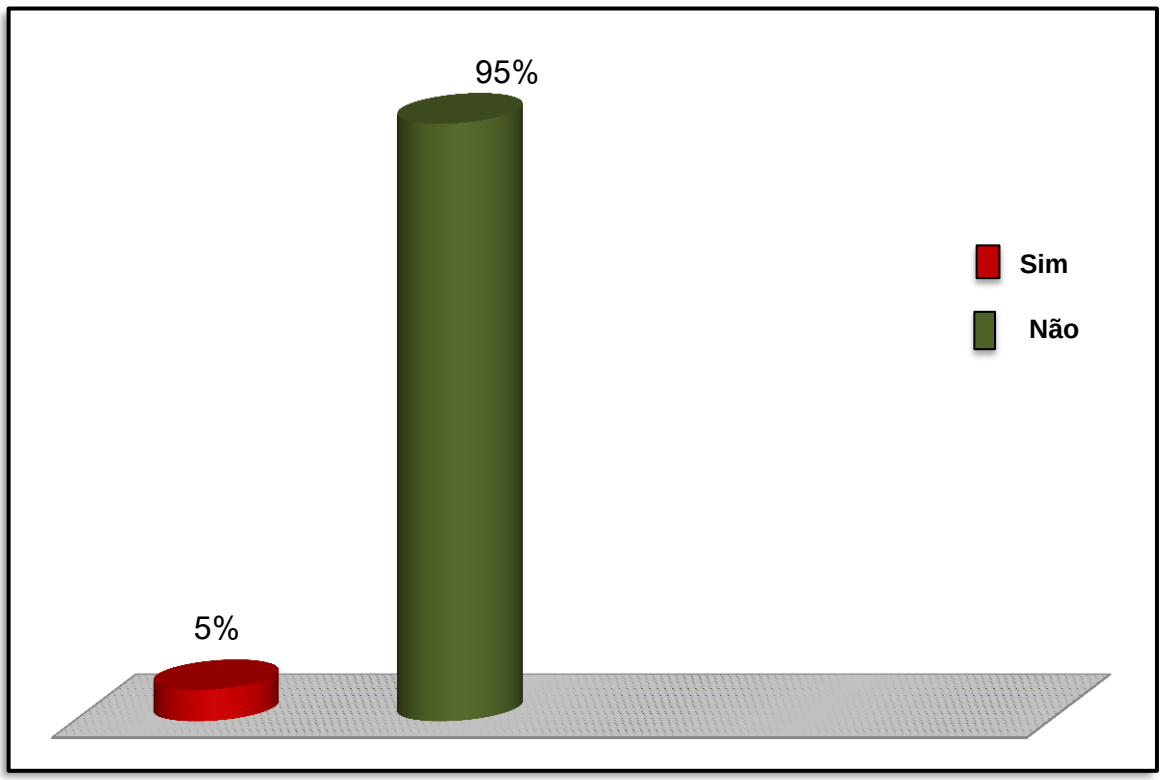
Levando em conta o quantitativo de barraqueiros que, afirmaram a importância das praias limpas, e diante da omissão muitas vezes do poder local em manter a limpeza da zona costeira, alguns donos das barracas sinalizaram nas entrevistas, a confecção de placas, fixadas no interior das barracas, chamando atenção sobre a relevância de manter o ambiente limpo (Figura 45).

Figura 45 - Placa confeccionada pelos barraqueiros chamando atenção sobre a importância da limpeza nas praias de Cabuçu/BA.

Fonte: Marcia Barretto, 2023.

Em relação à existência de campanhas educativas na localidade, 5% dos entrevistados afirmaram que, existe campanha promovida pela prefeitura para a preservação e limpeza das praias, contudo, quando questionados sobre quais ações o poder local realiza, não souberam dizer quais atividades são promovidas pelo agente público; já para 95% dos barraqueiros, não existem campanhas educativas realizadas pelo poder municipal em nível de conscientização da limpeza das praias do distrito (Gráfico 08), indo de encontro com os documentos elaborados pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Saubara e pelo PGMT, quando apontam a realização de campanhas anuais de educação ambiental com os barraqueiros, como ferramenta para mitigar os impactos no ambiente nas áreas turísticas.

Gráfico 08 – Existência de campanha educativa realizada pela prefeitura de Saubara/BA junto aos barraqueiros.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Cabe ressaltar que, de acordo com o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Saubara (2019), existem programas de educação ambiental pensados para o setor de saneamento básico, a serem colocados em prática no município, em que contempla os seguintes pontos:

- Sensibilização ambiental da população em relação à preservação dos rios e córregos para garantir a disponibilidade e qualidade hídrica dos mesmos;
- Sensibilização ambiental em relação ao consumo per capita de água potável;
- Sensibilização ambiental da população em relação ao lançamento de resíduos no sistema de esgotamento sanitário;
- Sensibilização ambiental da população em relação a ligações clandestinas de esgoto.

Este último ponto releva certa contradição, uma vez que apenas 28,3% dos domicílios apresentam rede de esgoto e estão em sua totalidade no distrito sede,

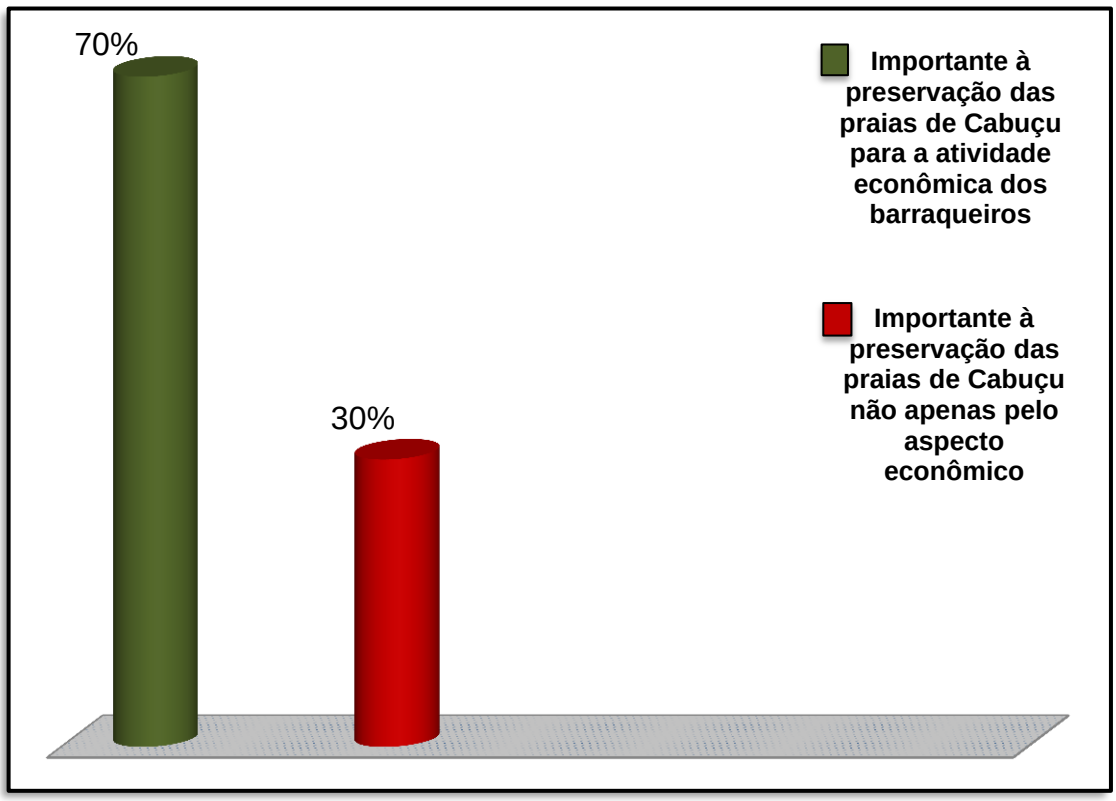
portanto, como exigir por parte da população a não utilização de ligações clandestinas, ou outros modelos para captação dos efluentes, como as fossas convencionais, se esses são os únicos caminhos possíveis ao alcance da população, diante da ausência do poder público em obras de saneamento básico.

Importante destacar que, nenhuma das ações citadas pelo Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Saubara, considera a zona costeira, e a importância de não direcionar os desejos líquidos *in natura* para o mar, além da manutenção da limpeza das praias situadas no distrito. Mais uma vez, fica evidente a inexistência do poder público em promover no núcleo receptor da atividade turística, ações sobre o uso consciente dos elementos naturais; a difusão sobre o papel da educação ambiental nessas localidades, assim como obras de infraestruturas, seja na captação da rede de esgoto, ou na coleta regular dos resíduos sólidos. A solução da problemática ambiental no distrito, não será corrigida apenas com sensibilização junto à comunidade ou visitantes, nem transferir a responsabilidade dos danos ao meio ambiente para a população local e visitante, como menciona o documento municipal citado anteriormente.

Necessário assinalar o papel da educação ambiental, porém, ela sozinha não resolve os impactos ambientais situados nos espaços físicos, e deve ser compreendida como uma ferramenta de educação política, como demonstra Reigoto (1994, p. 10) “a educação ambiental como educação política, uma vez que prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania global e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Ainda no contexto da manutenção do meio ambiente, foi questionado aos barraqueiros a importância da preservação das praias de Cabuçu. Para 70% dos entrevistados é importante a preservação do meio natural, apenas pelo aspecto econômico, pois o local é sua fonte de renda, e um ambiente preservado atrai turista e gera renda para o município. Como assinala Körössy, (2008, p. 60) “a visão de que todas as coisas existem para servir o homem encorajou o desenvolvimento de um modo particular de ver a natureza, não como algo a ser respeitado, mas sim como algo a ser utilizado (...)”. Já 30% dos proprietários compreendem a relevância da manutenção dos elementos naturais, não apenas pelo aspecto econômico, mas como suporte para existência da vida no planeta, além de permitir um local saudável para a comunidade e os visitantes (Gráfico 09).

Gráfico 09 – Importância da preservação das praias de Cabuçu/BA a partir das impressões dos barraqueiros.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.
Elaboração: Marcia Barretto, 2023.

Para reforçar os dados acima, destacam-se as respostas de dois entrevistados, a respeito da importância da preservação das praias para sua atividade. Segundo o barraqueiro A é importante, pois:

> É dela que tiro minha renda. E um ambiente limpo atrai visitantes para as barracas, gerando emprego. Pena que a prefeitura não realiza a limpeza diária das praias, não disponibiliza sacos de lixo, nem promove a coleta seletiva em Cabuçu (Barraqueiro A, 2023).

Assim como na resposta acima, o barraqueiro B considera relevante a preservação das praias do distrito, já que:

> As praias de Cabuçu preservadas atraem um número maior de visitantes no verão e nos feriados, levando ao consumo de bebidas e alimentos nas barracas, gerando renda para nós proprietários e para os funcionários, ou seja, gera renda para o município (Barraqueiro B, 2023).

Diante do exposto, o que leva a maioria dos proprietários das barracas a considerar a preservação das praias do distrito como essencial, é seu aspecto

econômico, o uso mercadológico dado a zona costeiro, e não a busca pela preservação como meio para manutenção de um ambiente saudável, seja para as espécies ali presentes, como para a vida humana, reflexo da percepção capitalista que norteia a sociedade ocidental, na qual a natureza é convertida em valor de troca, transformada em mercadoria, passível de compra e venda, e sempre à serviço da exploração humana. Esse comportamento adotado pelos barraqueiros, conversa muito bem, com as percepções apresentadas no capítulo 4, ao discutir o turismo como atividade transformadora dos espaços em mercadorias, favorecendo a degradação do meio natural, conforme aponta Dantas (2002).

6.1 O OLHAR DOS VERANISTAS E VISITANTES EM RELAÇÃO ÀS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

Na busca pelo descanso e entretenimento, as pessoas se deslocam no espaço, à procura das mais diversas paisagens, sejam elas praias, campos, montanhas e rios. Neste contexto, muitos visitantes têm buscado as praias de Cabuçu como espaço de lazer e descanso.

A maioria desses visitantes e veranistas que frequentam a localidade é natural das cidades de Feira de Santana, São Félix, Salvador, Cachoeira, Santo Amaro, entre outros municípios, como fica demonstrado no (Quadro 09).

Quadro 09 – Município de origem dos visitantes/veranistas que visitam as praias de Cabuçu/BA.

Naturalidade	Número	%	Naturalidade	Número	%
Feira de Santana	85	42,5	Castro Alves	1	0,5
São Félix	20	10	Itajuipe	1	0,5
Salvador	12	6	Ruy Barbosa	1	0,5
Cachoeira	10	5	São Sebastião do Passé	1	0,5
Santo Amaro	10	5	Itabuna	1	0,5
São Gonçalo dos Campos	7	3,5	Itaparica	1	0,5
Conceição da Feira	5	2,5	Candeias	1	0,5
Amélia Rodrigues	5	2,5	Irecê	1	0,5
Terra Nova	5	2,5	Amargosa	1	0,5
Conceição do Jacuípe	5	2,5	Muritiba	1	0,5
Irará	2	1	Sapeaçu	1	0,5
Cruz das Almas	2	1	Mairi	1	0,5
São Paulo	2	1	Coração de Maria	1	0,5
Alagoinhas	1	0,5	Santo Antônio de Jesus	1	0,5
Queimadas	1	0,5	São Francisco do Conde	1	0,5
Mutuípe	1	0,5	Não respondeu	11	5,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

É possível inferir que, uma parcela expressiva dos visitantes, 68,5% do total de 200 pessoas que participaram da pesquisa, é oriunda de municípios situados em locais, cuja distância até Saubara não ultrapassa 200 km. De acordo com Boullón (2005) quando a distância entre os atrativos turísticos e os municípios de origem não excede 200 km, o município turístico ou a localidade é classificado como centro interno de abrangência local. Cenário observado em Cabuçu, uma vez que a predominância dos locais que partem os turistas em direção às praias não ultrapassa esse limite, levando o distrito a ser um centro turístico interno de alcance local.

A maioria das pessoas que, visitam o distrito no verão é do sexo feminino, tendo mais de 45 anos de idade, renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos e nível superior completo (Quadro 10).

Quadro 10 – Perfil dos visitantes/veranistas que procuram as praias de Cabuçu/BA.

(continua)

Característica	Indicador	Número	%
Sexo	Masculino	68	34
	Feminino	128	64
	Não respondeu	4	2
Idade	15 a 20 anos	35	17,5
	20 a 30 anos	53	26,5
	30 a 45 anos	46	23
	Mais de 45 anos	62	31
	Não respondeu	4	2
Renda mensal	Menos de 1 salário	51	25,5
	Entre 1 e 2 salários	69	34,5
	Entre 3 e 4 salários	42	21
	Acima de 5 salários	32	16
	Não respondeu	6	3
Nível de escolaridade	Fundamental Incompleto	3	1,5
	Fundamental Completo	9	4,5
	Ensino Médio Incompleto	17	8,5
	Ensino Médio Completo	61	30,5

(conclusão)

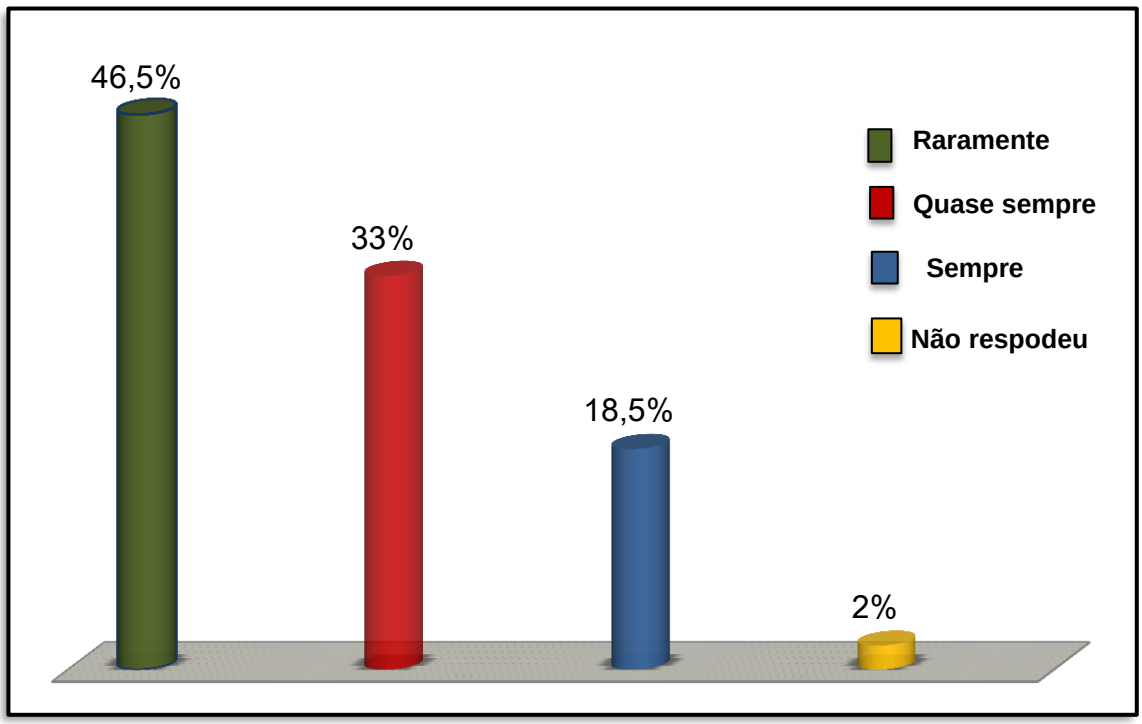
	Ensino Superior Incompleto	23	11,5
	Ensino Superior Completo	81	40,5
	Não respondeu	6	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Quando questionados sobre a frequência que visitam as praias de Cabuçu, 46,5% dos participantes da pesquisa afirmaram frequentar raramente o distrito, 33% costumam frequentar quase sempre, 18,5% possuem o hábito de frequentar sempre a localidade e 2% não responderam. Contudo, quando somado o quantitativo das pessoas que visitam quase sempre Cabuçu e os frequentadores assíduos, temos 51,5%, número superior às pessoas que disseram visitar ocasionalmente o local de estudo (Gráfico 10). Em conversas informais com alguns participantes da pesquisa, o motivo que levam a visitar eventualmente a localidade, se deve a ausência de infraestrutura, como a falta de água e energia na alta estação; existência de lixo nas praias e ruas que compõem o distrito; alto índice de violência e poluição sonora, uma vez que, é constante a presença nas praias e nas ruas entorno do distrito de sons automotivos instalados nos porta-malas de veículos, por visitantes em busca de diversão, não respeitando a Lei Federal Nº 9.605/1998 que, versa sobre a poluição sonora, enquanto crime ambiental passível de punições. Essa prática vem gerando incômodo para a comunidade local, bem como para os visitantes e veranistas que procuram essas praias como meio de descanso.

Para Santos (1999), a poluição sonora configura-se como o principal agente de surdez em pessoas adultas, comprometendo outros órgãos, aparelhos e funções do organismo. O autor afirma que, a extensão da perda auditiva resulta do tempo e da intensidade de exposição à poluição sonora.

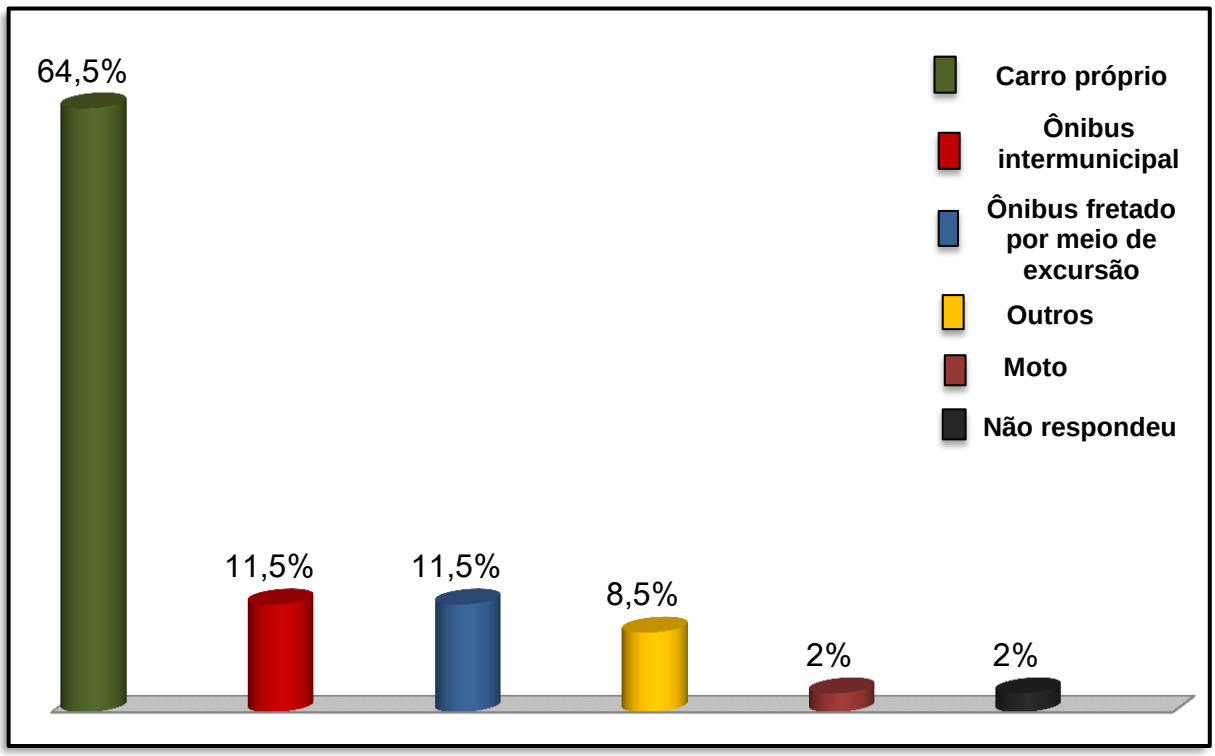
Gráfico 10- Frequência que os visitantes/veranistas visitam as praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

A pesquisa revelou que, grande parte dos frequentadores do distrito, 64,5% se deslocam utilizando carro próprio, 11,5% fazem uso de ônibus intermunicipal ou fretado por meio de excursão, 8,5% utilizam outros meios de transporte, 2% se deslocam via moto e 2% não responderam ao questionário (Gráfico 11). Apesar do grande quantitativo de pessoas que utilizam na atualidade carro próprio em seu deslocamento até as praias da região, os dados demonstram no estudo a existência de uma parcela significativa de visitantes que, chegam à localidade através de ônibus fretado, ou seja, via excursões realizadas por familiares ou amigos. Modelo muito utilizado na década de 1980, quando teve início o processo de ocupação turística no distrito e ainda muito presente na contemporaneidade. Esse quantitativo de pessoas que chegam ao distrito, usando os mais diversos meios de transporte, apenas reflete a melhoria das condições de circulação, elemento essencial para a produção dos espaços turísticos, como afirma (Cruz, 2007).

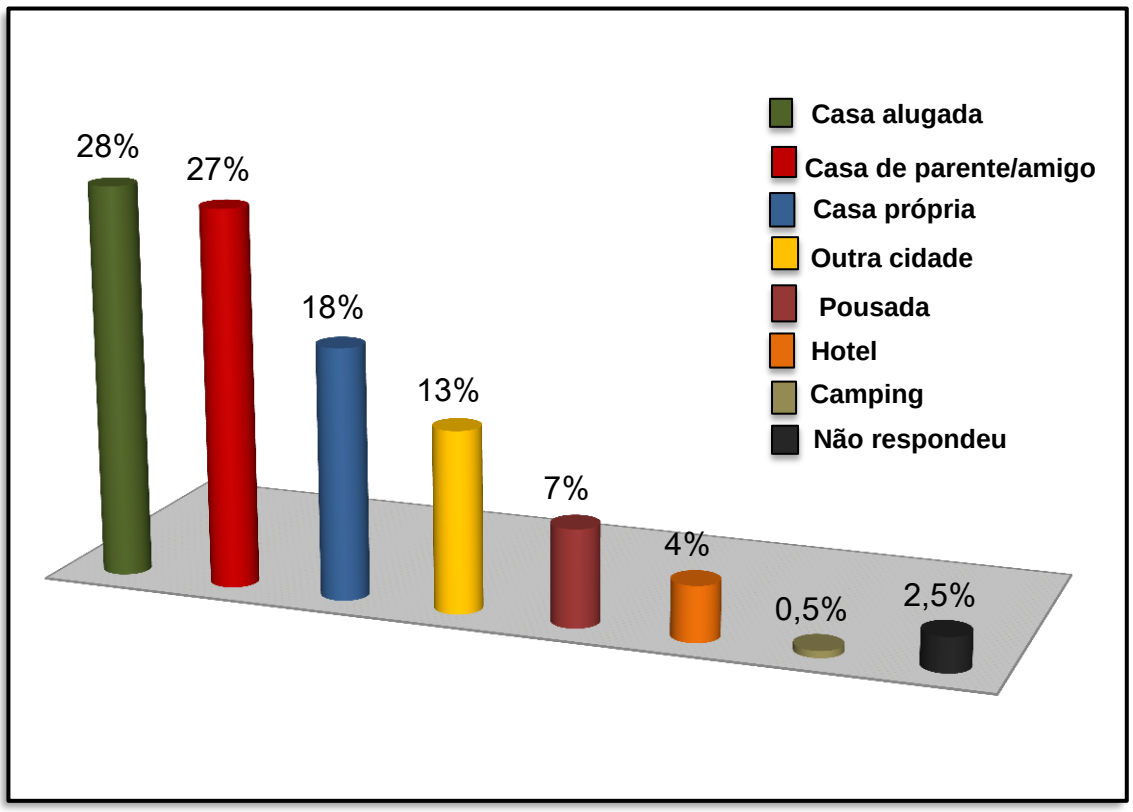
Gráfico 11- Meio de transporte utilizado pelos visitantes/veranistas para o deslocamento até as praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

O estudo mostrou que, uma parcela expressiva das pessoas que visitam a localidade se hospeda em casas alugadas, ou em casas de parentes e amigos, o que representa 28% e 27% respectivamente dos locais escolhidos para acomodação por parte dos visitantes, entretanto, é possível observar que 18% dos participantes da pesquisa ficam em suas casas próprias, 13% se deslocam para outras cidades, no qual simbolizam as pessoas que chegam por excursões ou por ônibus intermunicipais, não ficando para pernoitar no distrito, 7% buscam as pousadas, 4% se direcionam para os hotéis, 0,5% procuram os campings e 2,5% não responderam ao questionamento (Gráfico 12). A análise desses dados demonstra o perfil turístico local, no qual seu principal equipamento para acolher os visitantes não está em hotéis ou pousadas, como nas demais localidades turísticas situadas em território nacional, ou internacional, mas está assentada nas casas alugadas por temporada, casas de veraneios e no bate e volta das excursões, o que torna uma configuração que foge dos padrões adotados pelos grandes pólos de turismo existentes na atualidade, porém não menos importante na construção da atividade turística do lugar.

Gráfico 12- Local de hospedagem escolhido pelos veranistas e visitantes que chegam às praias de Cabuçu/BA.

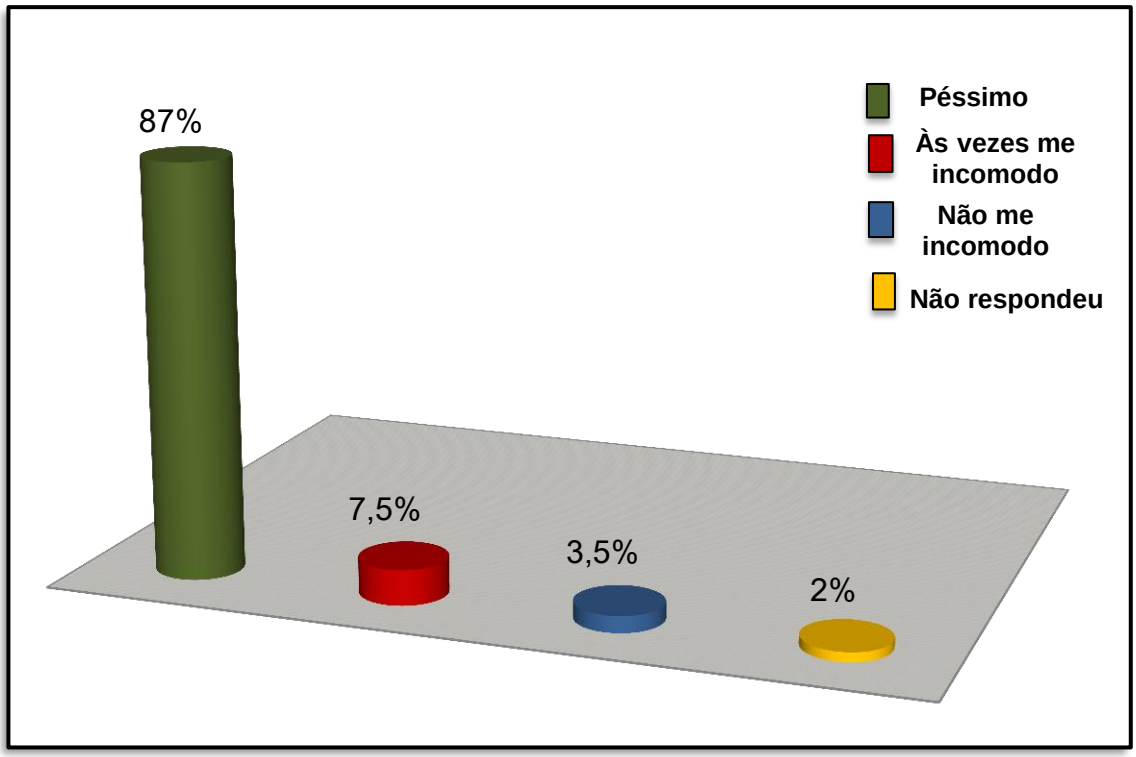


Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Com vista a saber sobre as impressões dos turistas a respeito da apropriação dos elementos naturais, a partir da atividade turística, foi questionado na pesquisa a opinião sobre a existência de resíduos sólidos e esgotos lançados nas praias sem cuidado prévio. Para 87% a presença de lixo e esgoto nas praias do distrito é péssimo, 7,5% disseram causar às vezes incômodo, 3,5% afirma não se incomodar com os resíduos lançados indevidamente nas praias e no seu entorno e 2% optaram em não responder a pergunta (Gráfico 13). Quando comparado os dados, em particular os 3,5% que declarou não se incomodar com os dejetos líquidos e sólidos despejados nas praias, nota-se que, essas respostas foram atribuídas por visitantes na faixa etária entre 15 a 20 anos, ou seja, jovens que procuram a localidade como espaço de diversão, infelizmente não conscientes das implicações ambientais advindas do descarte inadequado dos efluentes lançados nos rios, mares, matas e áreas urbanizadas, já para o grupo etário com mais de 30 anos, a presença de resíduos ao longo da costa e no interior do distrito é algo desagradável, impactando

não apenas o meio ambiente como a permanência dos turistas na região, conforme falas dos participantes.

Gráfico 13- Opiniões dos visitantes/veranistas sobre a presença de lixo e esgoto nas praias de Cabuçu/BA.

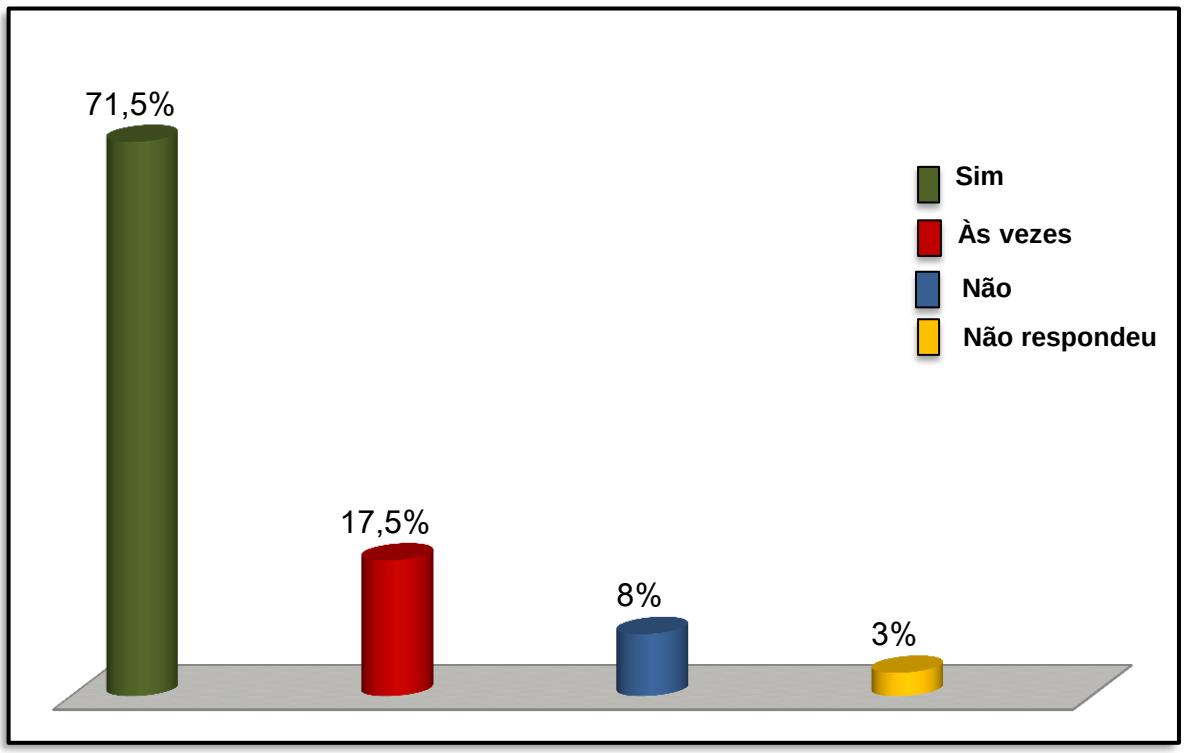


Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Vale salientar que, o elevado número de turistas em épocas de alta estação pode potencializar o problema de gestão de resíduos sólidos, e efluentes domésticos em áreas turísticas, como aponta (Ferretti, 2002).

Associado ao questionamento anterior foi perguntado aos turistas se não existem preocupações por parte deles, em contrair doenças devido o lançamento de resíduos líquidos nas praias, 71,5% responderam que sim, existe preocupação em contrair doenças as mais diversas, 17,5% às vezes, 8% não se preocupam em adquirir doenças e 3% não responderam (Gráfico 14).

Gráfico 14- Avaliação dos visitantes/veranistas sobre o risco de contaminação nas praias de Cabuçu/BA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Em conversas informais os visitantes/veranistas que, demonstrou não se preocupar com a presença de resíduos líquidos nas praias, afirmaram que há muitos anos frequentam a localidade, e nunca contraíram nenhum tipo de doença provocada pelos esgotos depositados nas praias de Cabuçu.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS):

> Doenças causadas pela ingestão ou contato com águas contaminadas são a principal causa de mortalidade no mundo. Geralmente são doenças gastrointestinais, causando febres, vômitos e fortes diarreias que se não tratadas de imediato causam desidratação levando a morte (OMS).

Os visitantes ao serem questionados sobre a deposição do lixo produzido quando estão sentados nas barracas, responderam em sua maioria que, depositam em sacolas plásticas, ou nas lixeiras instaladas nas barracas (Quadro 11), entretanto, para 6,5% dos participantes o resíduo é deixado nas mesas das barracas, ou embaixo delas para que os barraqueiros recolham, o que demonstra, que para esse grupo de indivíduos, o descarte do material produzido por eles, é de responsabilidade exclusiva dos proprietários dos empreendimentos. Conforme

Sachs (2007) a sociedade ainda apresenta atitudes e comportamentos pouco sustentáveis, bem como postura individualista de satisfação de seus desejos e necessidades.

Quadro 11- Respostas dadas pelos visitantes/veranistas sobre a deposição do lixo produzido quando estão sentados nas barracas nas praias de Cabuçu/BA.

Resposta	Número	%
-Sacolas plásticas	106	53%
-Lixeira	58	29%
-Deixa na mesa da barraca	13	6,5%
-Outro lugar	4	2%
-Em lugar adequado	3	1,5%
-Algum lixo próximo da praia	3	1,5%
-Não tem local apropriado	2	1%
-Leva para casa	2	1%
-Embalagem própria	1	0,5%
-Nenhum lugar	1	0,5%
-Não respondeu	7	3,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Importante ressaltar que, muitas vezes a retirada do lixo das mesas pelos barraqueiros não é feita de imediato, levando esse lixo a ser carregado pelo vento, ou pela maré, já que são objetos como copos e pratos descartáveis, garrafas pets, embalagem de picolé entre outros, materiais facilmente movidos por agentes externos, como a água e o vento. Segundo Macedo; Silva; Madureira; Diniz e Pinheiro (2020) entre os resíduos sólidos encontrados com mais abundancia nas zonas costeiras, os matérias plásticos estão entre os mais frequentes, tendo em vista que, a durabilidade e seu baixo custo, explica a grande utilização a nível mundial, no entanto, com grande potencial de risco ambiental.

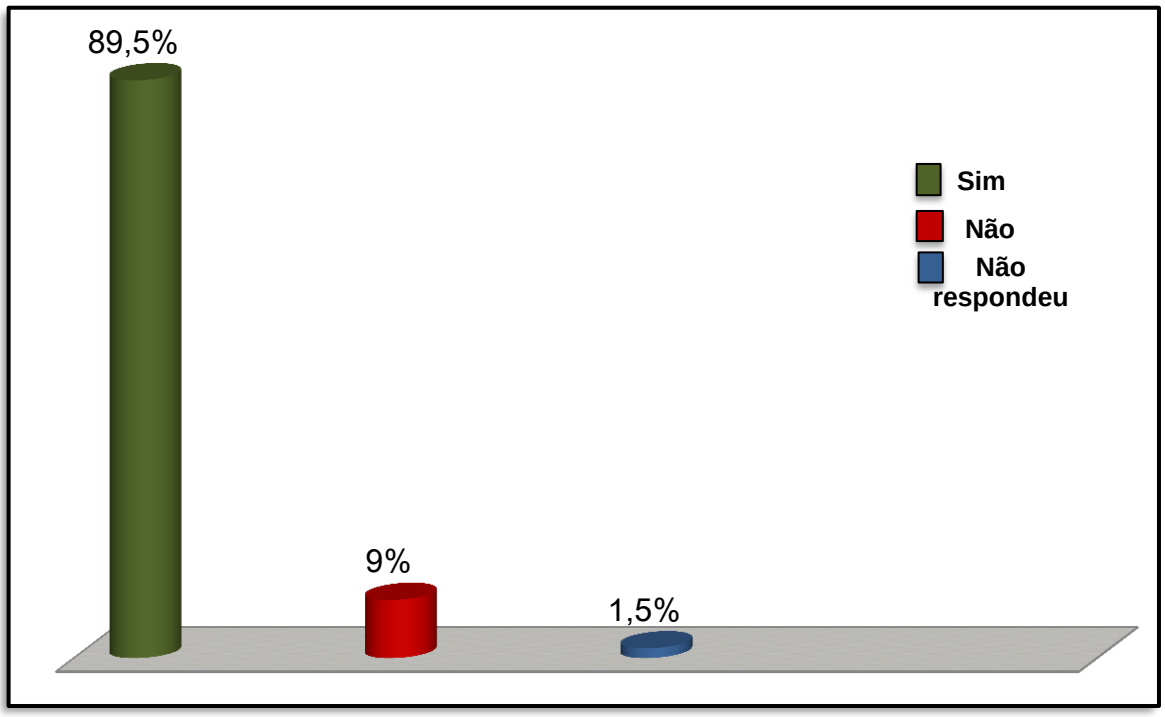
Cabe destacar que, apesar da maioria dos participantes da pesquisa, indicar a utilização de sacos plásticos para armazenar o lixo quando está sentado nas barracas, para evitar o descarte direto na praia, o plástico presente nos sacos contribui de maneira intensa para o impacto no meio natural, como discutido no

capítulo 4, o que acaba colaborando para o aumento dos danos ambientais nas praias.

Na importância de promover nos núcleos receptores da prática turística ações educativas sobre o uso consciente dos elementos naturais, foram perguntados aos visitantes/veranistas, se eles gostariam que o poder público local realizassem atividades educativas, no que diz respeito à conscientização dos turistas sobre a preservação das praias de Cabuçu. Para 89,5% dos participantes é necessária à realização de campanhas educativas, 9% afirmaram que não há necessidade de ações que contemplem a preservação das praias e 1,5% não responderam (Gráfico 15).

Para Ruschmann (1997) a educação ambiental é fundamental para o turismo, e deve ser desenvolvida através de programas não formais, convidando o turista à participação consciente sobre a preservação do meio ambiente, não apenas em épocas de férias, mas durante seu cotidiano e no local de residência permanente.

Gráfico 15- Realização de atividades educativas pela gestão municipal junto aos visitantes/veranistas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Quando questionados sobre qual ou quais atividades educativas poderiam ser aplicadas na área, a maioria, ou seja, 76% apontou a introdução de placas na localidade chamando atenção sobre a preservação das praias de Cabuçu; entrega de folhetos/panfletos; colocação de lixeiras nas praias e barracas; campanhas educativas promovidas pela prefeitura; palestras com os visitantes e barraqueiros e fiscalizações nas praias, como ações a serem desenvolvidas pela gestão municipal. Outros 4,5% dos participantes apresentaram outras sugestões, a serem realizadas para a preservação da área em discussão (Quadro 12), e 19,5% optaram em não responder à indagação.

Vale salientar que, o município conta com o PGMT, no qual discute a importância de se realizar campanhas educativas, junto aos visitantes e demais agentes envolvidos na atividade turística, como instrumento para atenuar os danos ambientais. Porém, nenhum dos visitantes que participaram da pesquisa, sinalizou já ter presenciado qualquer tipo de ação educativa nas praias de Cabuçu promovidas pela gestão municipal, explicitando como isso, a existência de um grande abismo entre as ações contidas em documentos e a sua efetivação.

Quadro 12- Propostas[28] apresentadas pelos visitantes/veranistas sobre as ações educativas a serem realizadas pelo poder local para a preservação das praias de Cabuçu/BA.

(continua)

Algo que realmente chamasse atenção, para que assim tivessem a consciência que água ou local limpo, é preservado ao contrário se sujo, pois contrai doenças.	Comerciais na televisão, Rádio entre outros.	Realizar "blitz" de conscientização na entrada da cidade fazendo entrega de panfletos com presença de instrutores, criar ciclo de cursos para barraqueiros.	Criar uns personagens para sempre está nas praias realizando o trabalho de chamar à atenção sobre o lixo produzido nas praias e de como descartá-lo.	Acredito que oferecer infraestrutura como coleta regular do lixo e espalhar coletores ao longo da praia, apoio e criação de cooperativas dos trabalhadores nativos, enfim, ações concretas para a sustentabilidade.	Monitorização de coletas, ter vasos específicos para cada material e separação adequada dos materiais. Não aceitar que esses materiais descartáveis sejam manuseados nas margens das praias. E se caso houvesse um tipo de multas nas barracas e dos moradores e visitantes, esse tipo de descartes incorretos diminuiriam bastante!
Na entrada da praia teria pessoas identificando o que é proibido e mesmo assim colocar punições e multas.	Campanhas espalhadas em rádio, usar como multiplicador os próprios vendedores ambulantes e nas escolas TBM.	Outdoor, cards explicativos, carro de som.	Pode ser feito registros e vídeos de alguns lugares com maior quantidade de lixo, e expor em alguma rede social ou até mesmo na TV.	Sacos para quem levar animal colocar as fezes, uso de jet ski próximo aos banhistas.	Uma associação, reunião semanal para discutir as propostas.
Cuidar para que a rede de esgotos não seja jogada nas praias, colocar banheiros químicos para que os banhistas	Instituir um dia do ano para um mutirão, entre os visitantes, proceder a limpeza das praias de Cabuçu; Outdoors locais; Incrementar a	Ciar ambientes com mais árvores com cartazes informativos para a preservação do meio ambiente.	Colocar mais rigidez nos banhistas quando o assunto for a preservação da praia, e caso a rigidez não seja levada a sério,	Fazer dramatização com mensagem destacando a preservação do meio ambiente em frente ao público das barracas.	Pessoas constantes realizando conversas, faixas para ter cuidados com lixo, forma de penalizar as pessoas que não souberem

[28] Reprodução das respostas apresentadas nos questionários sem qualquer tipo de intervenção ou correção.

(conclusão)

não utilizem as praias como banheiro.	Conscientização dos visitantes, propondo-lhes que levem consigo seus sacos de lixo, preferencialmente recicláveis.		deve haver punições, como por exemplo, multas.		cuidar do lixo.
Dar sacos de lixo e mutirão de limpeza.	Mutirão dos moradores, incentivando os visitantes, placas de advertência e fiscais juvenis.	Pista de ciclismo ou corrida.	Campanhas, projetos em parceria com as escolas estaduais.	Ensinar sobre a reciclagem e dizer o que realmente acontece com as praias caso tenha muito lixo.	Campanhas educativas aos finais de semana nas praias, aplicação de multas.
O poder público pode promover palestras e cursos sobre a preservação das praias, que possam ser oferecidos gratuitamente aos visitantes interessados.	O poder público pode promover atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras educativas, para divertir os visitantes e ao mesmo tempo conscientizá-los sobre a importância da preservação das praias.	Acredito que inicialmente teria que fazer um Policiamento coercitivo das forças de segurança em geral, após espantar os que só vão para bagunçar, campanha educativa em massa. Cobrar dos proprietários das barracas também a limpeza constante e exigir dos clientes o respeito e educação.	Reunião com barraqueiros, vendedores ambulantes para conscientizar sobre a limpeza das praias. Ação conscientizadora constante dos órgãos de Meio Ambiente de Saubara, especificamente Cabuçu e entorno etc.	A prefeitura deve realizar a limpe da praia diariamente, não deixar que os barraqueiros lancem o esgoto na água do mar.	Outdoor na entrada do distrito e ao longo das praias, chamando atenção dos visitantes sobre a preservação do local.

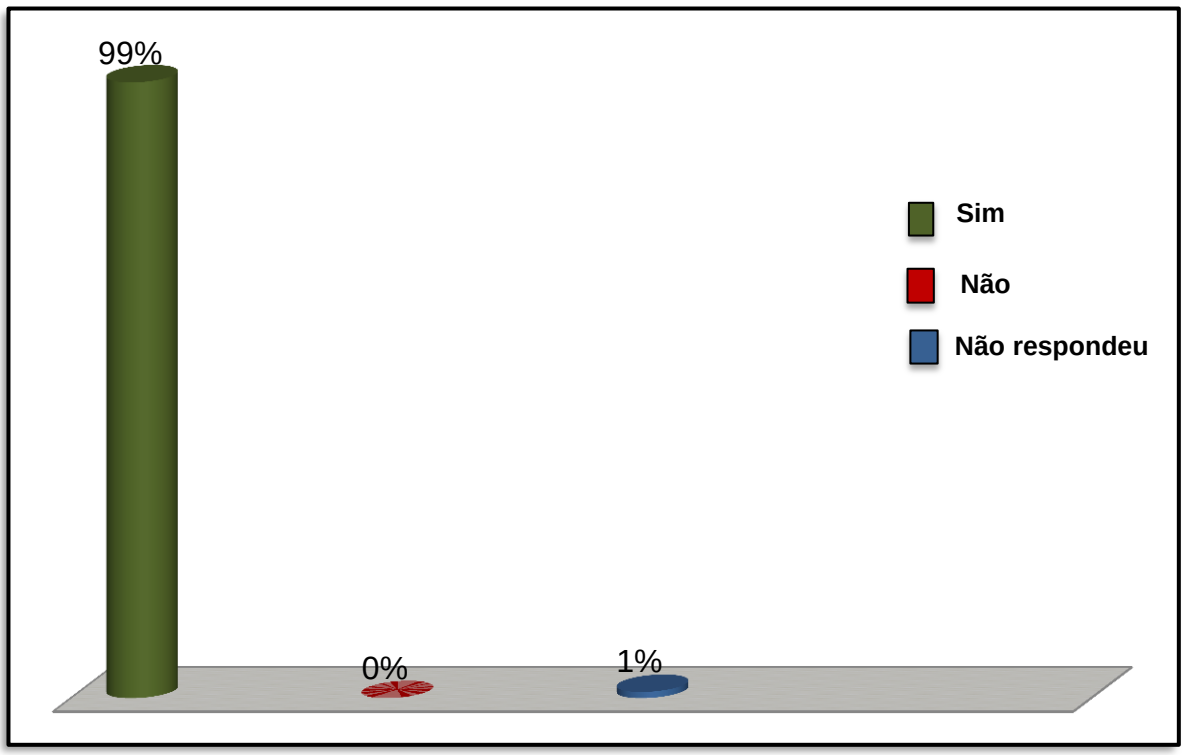
Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Com base nas respostas contidas no (Quadro 12), nota-se que, para muitos dos frequentadores das praias de Cabuçu, a realização de palestras, cursos e oficinas com os visitantes e barraqueiros, seriam medidas mitigadoras para preservação do meio natural, a serem desenvolvidas pelo poder local; junto com essas ações foram apontadas atividades lúdicas, como brincadeiras para atrair os banhistas sobre a relevância do cuidado com o meio ambiente; outros citaram o uso de carro de som, as redes sociais e Outdoor como ferramentas para alertar sobre a preservação das praias do distrito; a realização de mutirões de limpeza, a entrega de sacos para acomodar o lixo produzido pelos banhistas, e a fiscalização a respeito do lançamento de dejetos líquidos nas praias e rios pelas barracas, foram citadas, também como ações a serem realizadas pelo poder municipal para a manutenção dos espaços naturais.

Além destas propostas, para alguns participantes da pesquisa, a solução está na aplicação de multas e punições aos visitantes/veranistas que descumpram as normas, no que se refere aos resíduos sólidos jogados em locais inadequados, como se a resolução da problemática ambiental estivesse atrelada às ações punitivas e não educativas; já para outro integrante do estudo, o uso das forças policiais é a resposta para a conscientização ambiental, uma vez que expulsando as pessoas que chegam à localidade com objetivo de “bagunçar”, seria mais fácil à introdução de campanha educativa sobre a compreensão ambiental. Para esse indivíduo, a praia não configura-se como um espaço público, democrático e de livre acesso, assim como a sensibilização sobre o uso sustentável do meio natural, não é dever de todos, e sim restrito a um grupo dos que não “bagunçam” nas praias de Cabuçu.

Na busca de entender a relevância de se preservar o meio natural, questionamos aos visitantes/veranistas sobre a importância do cuidado com o meio ambiente, independente de ser área litorânea, serra, ou espaço urbano, 99% das pessoas consideram importante a preservação do ambiente natural e 1% não respondeu a pergunta (Gráfico 16).

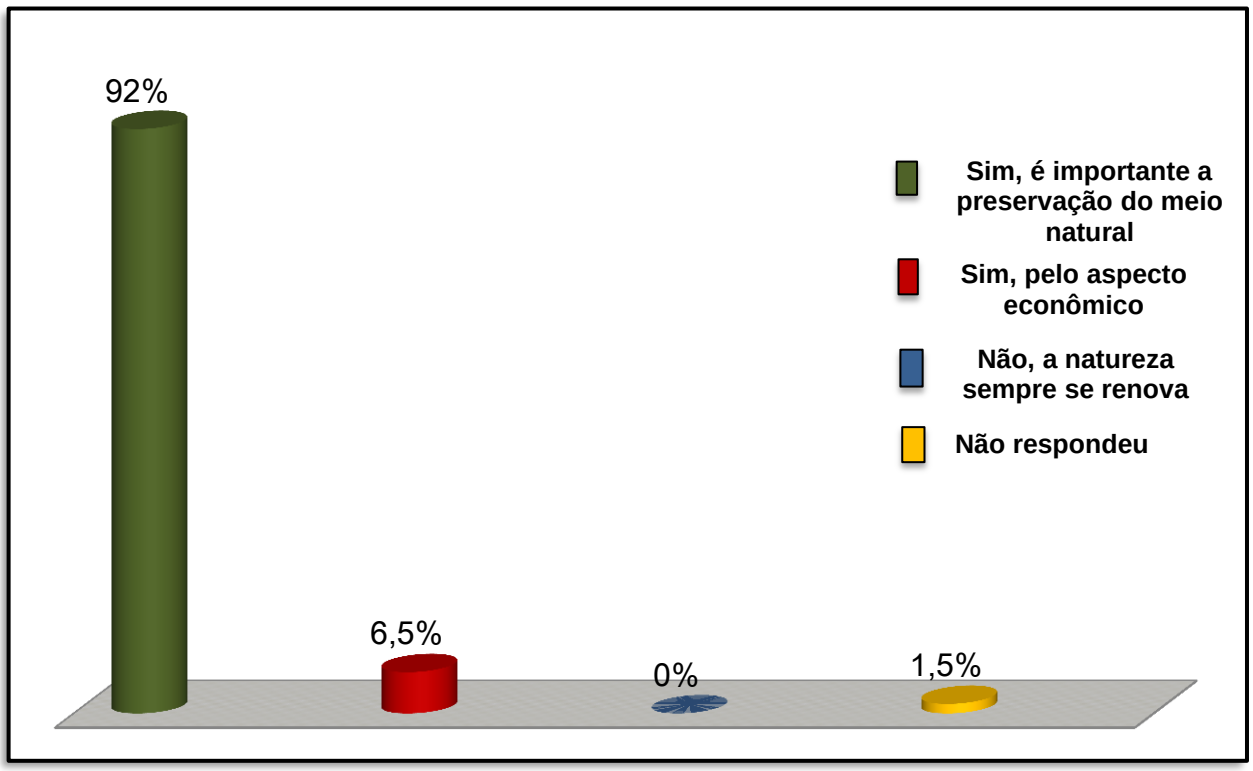
Gráfico 16- Importância da preservação do meio ambiente na visão dos visitantes/veranistas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Quando indagados a respeito da importância da preservação das praias de Cabuçu, observa-se que 92% dos participantes julgam a manutenção das praias como importante; já para 6,5% a manutenção desses espaços deve ocorre apenas pelo aspecto econômico, numa visão puramente mercadológica do meio natural, posto que, para essas pessoas a natureza deve ser inserida no processo de reprodução do capital como mercadoria, passível de ser comercializada e sua proteção apenas acontecer se for para beneficiar o setor econômico, como salienta (Fontes, 2003); 1,5% não respondeu ao questionamento (Gráfico 17).

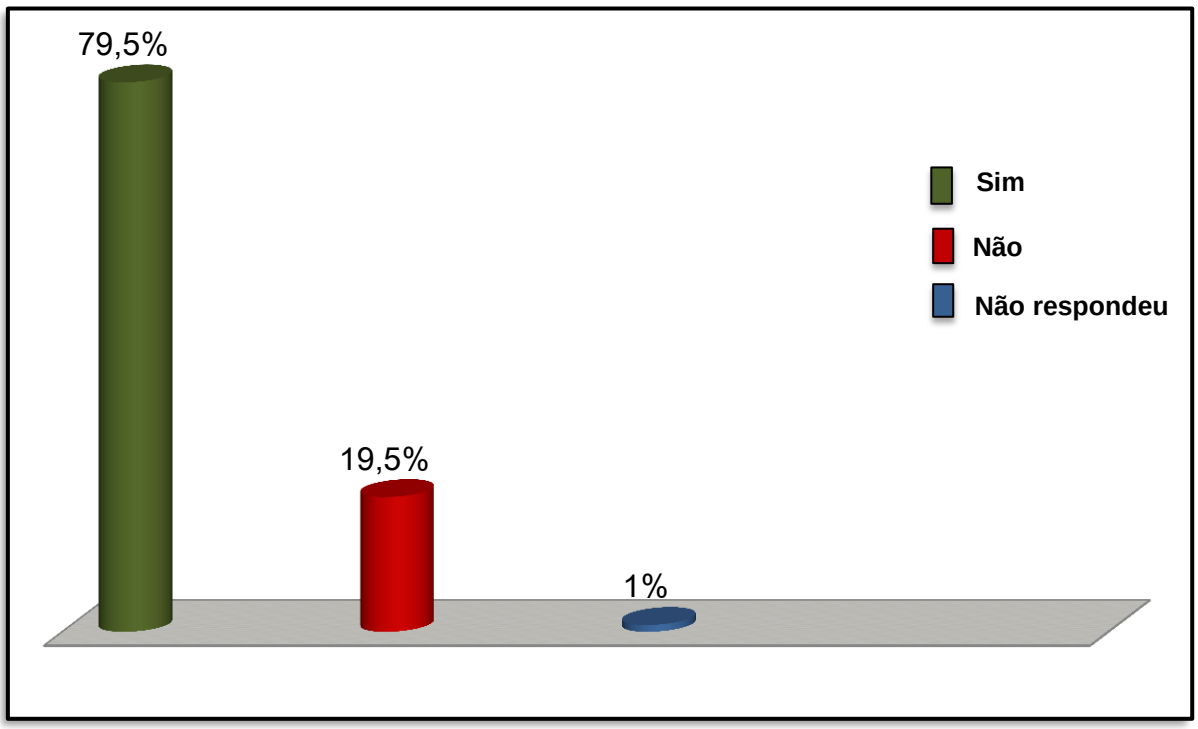
Gráfico 17- A preservação das praias de Cabuçu na percepção dos visitantes/veranistas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Finalizamos o questionário com os visitantes e veranistas perguntando se as praias de Cabuçu são consideradas um lugar atrativo, 79,5% dos participantes, declaram as praias como agradáveis; 19,5% consideram não atrativas e 1% não respondeu (Gráfico 18). Para as pessoas que qualificam as praias como não atrativas, a justificativa utilizada em sua grande parte se aplica a: violência muito frequente no distrito no final de ano e nos meses de verão; praias sujas sejam pelo lançamento de efluentes sólidos e líquidos depositados ao longo do distrito e orla; superlotação nos feriados e finais de semana na alta estação; e ausência de infraestrutura, como falta de água e energia nas comemorações de final de anos, em que o quantitativo de pessoas na localidade é grande. Importante salientar que, para muitos, ainda que o lugar não seja atraente, constitui numa opção de lazer acessível e de fácil deslocamento, uma vez que sua proximidade com os maiores centros emissores de turistas da região, os municípios de Feira de Santana, São Félix, Salvador, Cachoeira e Santo Amaro, favorece a locomoção das pessoas.

Gráfico 18- Opiniões dos visitantes/veranistas sobre as praias de Cabuçu/BA serem lugares atrativos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Infelizmente a violência, juntamente com a falta de infraestrutura, vem sendo apontada como um dos pontos negativos em Cabuçu, o que torna o lugar não atrativo para certo segmento da sociedade, e nos leva a perceber o quanto é necessária e urgente à presença do poder estadual e municipal nas ações a ser elaboradas e colocadas em prática na localidade. Porém, para a maioria das pessoas as praias da região são agradáveis, em virtude da tranquilidade do mar; das belezas naturais; da proximidade das cidades onde residem; por ser um lugar acessível para as pessoas de renda mais baixa; além de apresentar uma culinária regional atrativa e de boa qualidade, entre outros pontos positivos apontados pelos participantes, como representado no (Quadro 13).

Quadro 13- Respostas[29] apresentadas pelos visitantes/veranistas quando questionados sobre as praias de Cabuçu/BA serem um lugar atrativo.

(continua)

Uma praia tranquila para as crianças, perto de Feira de Santana, comida boa. É uma pena que os próprios visitantes, acabam estragando a beleza e o ambiente.	Mar calmo, preço atrativo, local familiar (menos aos finais de semana).	É um local próximo e com um custo mais acessível a pessoa de baixa renda.	A praia de Cabuçu é extensa; suas águas são calmas, tranquilas, apropriadas para as crianças. Há trechos com as barracas padronizadas e trechos desertos. Suas águas também oferecem condições para prática de esportes náuticos, entre outros ambientes atrativos.
Pelas belezas natural, mar calmo, área arborizada. Mas, uma área com muito descaso do poder público. Não tem o mínimo d serviços essenciais (coleta de lixo precária, não tem rede de esgoto, não tem calçamento!	Águas claras e mansas. Praia maravilhosa se não fosse a sujeira. Impossível ir em Cabuçu em feriados e finais de semana do verão.	Pelas belas praias e paisagens, ainda que tenha a forte intervenção humana.	O mar é sempre bom, lazer indispensável no verão, amo aquele lugar, uma pena que as pessoas não contribuem com a preservação do meio ambiente.
Diversidade de pessoas e movimentação	Por que é das principais área de lazer de importantes cidades a exemplo de Feira de Santana.	Por ser um lugar acessível para várias famílias que não tem muita renda.	Só é atrativo sem ser nos feriados, pois a praia está vazia.
São praias super lindas, de areias branquinhas e mar calmo, além de serem bem plurais dando liberdade para que pessoas de diversas classes econômicas possam frequentar sem distinção.	Porquê são lindas as praias, e se preservada é um lugar atrativo para os finais de semana, férias, tem um valor aquisitivo baixo para quem tem pouca renda. Ajuda as pessoas nativas, porque muitos dependem desse período para fazer um renda que por mtas vezes é pra se manter,	Eu frequento a praia de Cabuçu a maís de 40 anos fiz muitos amigos tanto de moradores quando veranistas. É um lugar que Amo estar presente sempre. Alem disso sua proximidade com minha cidade ajuda também e a culinária é ótimo atrativo. É preciso que os órgãos	Porque são lugares próprios para veraneio, passeios e descanso por parte de alguns visitantes, bem como lugar de passear e. as praia são lindas, mas precisam serem mais cuidadas. os esgotos a céu aberto, prejudica muito a população nativa do local. O poder público deve ser mais

[29] Reprodução das respostas apresentadas nos questionários sem qualquer tipo de intervenção ou correção.

(conclusão)

	durante um período do ano.	competentes olhe com um pouco mais de atenção e cuide das ruas e da iluminação do lugar.	eficiente na preservação das praias.
Porque além de ter contato direto com a natureza, é também um passeio turístico, cultural. Sem contar que muitas famílias retira seu sustento como também de seus familiares dessas praias. Logo, preservar esse ambiente é também contribuir para que muitas famílias retire daquele local o próprio meio de sobrevivência.	Belas paisagens, proximidade a cidade onde resido, custo/benefício.	Porque é uma praia tranquila para banho, comidas saborosas que atendem a todos os gostos.	As praias de Cabuçu são movimentadas, cheias de energia com música, comidas e folia.
Única opção.	O mar é calmo ideal para o banho de crianças e idosos, além da proximidade com as principais cidades.	Areia fina, mare calma, paisagem bonita, perto de onde resido, petiscos gostisos e de baixo custo, os cabuçuences sao acolhedores.	Faixa de areia branca, águas morna vista maravilhosa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2023, 2024.
Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

De modo geral, inferir-se com base nas respostas dadas aos questionários realizados com os veranistas e visitantes, a preocupação em volta das implicações ambientais existentes nas praias de Cabuçu, seja pelo lançamento de esgoto *in natura* nas praias, ou o descarte nas vias públicas e no mar de resíduos sólidos produzidos pelos visitantes na alta estação. Para muitas pessoas, a resolução destas questões, está em campanhas educativas promovidas pelo poder público chamando atenção sobre o uso sustentável do meio natural. No entanto, é necessário destacar que, para a maioria dos participantes, sua postura, também contribui para a manutenção da qualidade ambiental, seja levando sacos plásticos para as praias, a fim de colocar os resíduos produzidos quando estão nesses ambientes, ou descartando nas lixeiras localizadas nas barracas, o que demonstra uma consciência sobre seu papel enquanto agente responsável, juntamente com o poder público na preservação ambiental.

Segundo Jackson (2005) esse tipo de comportamento adotado por muitos visitantes, reflete a preocupação por parte da sociedade acerca da degradação ambiental, buscando agir em favor do meio ambiente, adotando condutas pró-ambientais com o intuito de minimizar os impactos negativos sobre a natureza, e à sociedade como um todo.

7 AÇÕES PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS NAS PRAIAS DE CABUÇU

Diante das implicações ambientais observadas na área em estudo, e dos resultados obtidos a partir das entrevistas e questionários, foi possível a elaboração de ações (Figura 46) para o uso racional do meio natural, como ferramenta para minimizar os efeitos antrópicos causados no distrito no período da alta estação, sobretudo quando o fluxo turístico é crescente e compromete a capacidade de suporte ambiental e social do local.

Importante destacar que, as ações aqui propostas devem assegurar que o turismo inserido em Cabuçu, seja desenvolvido de maneira sustentável, em que a busca pelo equilíbrio entre os setores econômico, social, ambiental e cultural dialoguem de forma harmoniosa, contemplando o uso dos elementos naturais pelas atuais gerações sem comprometer a garantia das futuras gerações, como discutido em capítulo anterior.

Figura 46 – Ações para minimizar os impactos ambientais nas praias de Cabuçu/BA[30].

(continua)

- Implantar rede de esgoto no distrito;
- Recolhimento seletivo dos resíduos sólidos com implantação de reciclagem por parte do poder local;
- Tratar e destinar adequadamente os resíduos sólidos produzidos pelas residências e empreendimentos comerciais situados no distrito;
- Elaborar programas de redução do consumo, desperdício e reuso da água por parte do poder público;
- Incentivar para que os estabelecimentos situados no distrito elaborem ações voltadas à redução do consumo da água;
- Estimular o uso de energia alternativa, a exemplo de painéis solares pelas barracas, pousadas e hotéis;
- Instalar placas de informações turísticas nas praias e ao longo de suas principais via de acesso;

[30] As ações podem ser realizadas pelos gestores públicos e demais agentes sociais envolvidos na atividade turística no distrito de Cabuçu/BA.

- Promover campanhas educativas e de conscientização junto à população local; proprietários dos equipamentos comerciais, e com os turistas sobre a importância da manutenção do meio natural;

- Fiscalizar a remoção da vegetal nativa para construções de residências de veraneios e barracas por órgãos competentes;

- Manutenção da limpeza das praias pelo poder municipal;

- Instalar coletores de lixo ao longo de toda orla, bem como do distrito;

- Promover projetos sociais com a comunidade, valorizando o conhecimento popular, assim como a diversidade cultural;

- Estimular a capacitação profissional da população local em relação à atividade turística;

- Apoiar a economia local, o turismo que apoia as atividades econômicas locais e que leva em conta seus valores e recursos ambientais, protege essas economias e evita danos ambientais;

- Promover parcerias entre os empresários do setor turístico com os pequenos produtores locais;

- Promover ações de acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção;

- Envolver as comunidades locais na prática turística, bem como nas tomadas de decisões no tocante a atividade, beneficiando a população local o meio ambiente e o turismo;

- Implantar ações direcionadas a segurança pública no distrito, a exemplo da ampliação no quadro de policiais, em especial no período da alta estação;

- Promover ações que visem descentralizar os recursos financeiros oriundos do governo federal e estadual para o desenvolvimento do turismo na localidade;

- Ampliar a parceria entre governo federal, estadual e municipal visando o reconhecimento da importância do turismo local para a sua dinâmica territorial e socioambiental;

- Desenvolver políticas públicas que busquem a preservação dos recursos naturais, investindo no controle e fiscalização do meio natural e do lugar, visando à erradicação e/ou redução dos impactos ambientais ocasionados pelo turismo;

- Descentralizar a demanda do turismo de sol e mar, a partir da oferta do turismo alternativo por meio dos segmentos do turismo cultural e ecoturismo;

(conclusão)

- Incentivar projetos turísticos com o intuito de revitalizar os atrativos locais e reorganizar os espaços turísticos e seus entornos, observando os critérios da sustentabilidade: equilíbrio entre o econômico, social e ecológico;

- Desenvolver pesquisas, tendo em vista que, a realização de pesquisas e o acompanhamento da atividade através de dados e analises são fundamentais para auxiliar a resolver problemas e trazer benefícios para os núcleos receptores e para o turismo.

Elaboração: Marcia Barretto, 2024.

Diante de um cenário crescente de degradação do meio ambiente ocasionado pelo turismo em áreas litorâneas, de pequeno porte, como vilas e distritos, a exemplo do que ocorre nas praias de Cabuçu, a partir do uso dos recursos naturais, da ocupação da zona costeira, das emissões de resíduos sólidos e líquidos em ambientes ecologicamente frágeis, as ações apontadas na (Figura 46), ou seja, a utilização racional dos elementos naturais deixa de ser uma possibilidade nesta localidade para se tornar uma necessidade urgente, tornando-se um caminho para a preservação do meio ambiente, dos espaços, e do desenvolvimento inclusivo da população local, o que permite satisfazer as necessidades das atuais e futuras gerações (Sachs e Stroh, 2002).

A elaboração de ações e projetos, ou seja, a realização de políticas públicas que contemple o uso sustentável do meio natural para reduzir ou eliminar danos ambientais e sociais, que estimule a participação efetiva da comunidade local, juntamente com a gestão pública e os demais agentes responsáveis pelo setor, são essenciais para mitigar os impactos ambientais em locais turísticos. Como apontam (Monge e Perales, 2016), as políticas públicas são ferramentas necessárias para atenuar os efeitos negativos do turismo em áreas naturais e nas comunidades.

Cabe ressaltar que, muitas das ações apresentadas na (Figura 46) dialogam com as sugestões citadas pelos visitantes/veranistas ao ser questionados, a respeito das ações em torno da preservação ambiental desenvolvidas no distrito de Cabuçu pelos agentes públicos, o que demonstra a existência da consciência ambiental por parte de um número expressivo de indivíduos, cientes da importância de se respeitar e adotar princípios relacionados à sustentabilidade em lugares turísticos.

Vale destacar que, as ações pontuadas na (Figura 46) não devem ser vista como resolução de todos os males existentes no núcleo turístico, nem tão pouco irá solucionar as implicações ambientais vigentes na área em estudo, porém, devem ser vista como possibilidade para minimizar os efeitos negativos sobre o meio natural, chamando atenção para o uso racional dos recursos naturais, uma vez que, a base que sustenta o turismo em áreas litorâneas é a natureza, e muitos dos seus elementos são finitos e ecologicamente frágeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos tempos o turismo vem sendo considerado uma das atividades econômicas que, mais tem gerado renda e divisa nos núcleos turísticos, o que torna-se na atualidade, uma das atividades mais difundida em todo globo, favorece a geração de emprego; o desenvolvimento de infraestrutura nas áreas com potencial turístico; recupera patrimônios históricos e culturais, além de contribuir para o contato com outras culturas; paisagens naturais; entretenimento e descanso, por parte dos viajantes.

Sendo, portanto, incontestável seu papel positivo na dinâmica socioeconômica e cultural das áreas turísticas. Todavia, não se pode perder de vista o poder de ressignificar as relações sociais nas comunidades onde se insere a atividade, remodelam os espaços geográficos os territórios e o meio natural, com o discurso de gerar desenvolvimento econômico nas localidades turísticas, impactando muitas das vezes ecossistemas frágeis e de difícil recuperação.

Diante dessa complexidade que envolve o turismo, o desafio do estudo esteve em analisar, e explicar a prática turística instalada no distrito de Cabuçu de maneira espontânea por excursionistas, que chegavam e ainda chegam em ônibus fretados para um dia de lazer a beira-mar das mais diversas cidades do Recôncavo, levando renda para o lugar, ao mesmo tempo impactando o meio natural, visto que, esse fluxo intenso de pessoas na localidade, juntamente com a ocupação dos espaços para construções de residências de veraneios, barracas, pousadas, hotéis e outros equipamentos urbanos para atender aos visitantes, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente.

O estudo permitiu perceber que, as praias de Cabuçu, configuram-se na atualidade como um espaço natural a serviço da prática turística, e junto com essa prática surgiu o uso e apropriação da natureza, enquanto mercadoria a ser utilizada para obter lucros e renda, tendo apenas como objetivo a reprodução do capital, numa busca desesperada pela maximização do lucro, sem mensurar a capacidade e limitações ambientais e sociais do lugar, o que leva a necessidade de políticas governamentais para direcionar essas apropriações, bem como infraestrutura para atender a demanda local.

No entanto, as políticas e ações desenvolvidas pelo Estado da Bahia para o setor turístico, privilegiam apenas determinadas áreas turísticas, em particular os

núcleos com forte procura nacional e internacional, negligenciando as áreas de busca local ou regional, porém, o discurso propagado pelo governo baiano, é da descentralização das ações, dos recursos financeiros nacionais e internacionais voltados para a promoção do turismo de maneira igualitária em todas as zonas turísticas.

A análise dos documentos revelou que, os investimentos por parte do governo estadual, federal e instituições internacionais ficaram concentrados nas zonas turísticas Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos e Costa do Descobrimento, espaços turísticos já consolidados no mercado. Vale salientar que, nem todos os municípios que, integram essas zonas, gozam de recursos e ações direcionados para o desenvolvimento da atividade de maneira equitativa, ao contrário, existe uma grande discrepância da presença do Estado nas ações para as demais localidades que não sejam Salvador, Porto Seguro e Mata de São João. Situação observada na área de estudo, em que os investimentos em obras de infraestrutura, recursos financeiros e ações para a difusão do turismo, e o uso sustentável dos elementos naturais, nem sempre chegam com a frequência que alcançar a capital baiana e seu entorno, o que aponta um distanciamento do discurso adotado pelo governo e sua prática, especialmente quando, o assunto é a descentralização de projetos e ações para o turismo na Bahia proposto pelo poder público estadual.

Outrossim, foi constatado na área de estudo que, as ações e projetos pensados para o planejamento e gestão da atividade nas praias de Cabuçu pelo poder municipal, apresenta incongruências entre o discurso e a prática, uma vez que, nos documentos elaborados para o setor turístico, ou que envolva a atividade no município, a exemplo do PPA para os anos de 2022 a 2025; PGMT e o Plano turístico municipal, as ações direcionadas a infraestrutura é objeto essencial, segundo a gestão municipal, para atrair e aumentar a permanência dos visitantes na região, assim como a participação social, é sinalizada como fundamental para a elaboração de projetos para o setor turístico, apesar disso, o que se observa *in lócus* é ausência em obras de saneamento, limpeza das praias, e pouco ou nenhum envolvimento social nas ações que envolvam o turismo, o que nos leva a inferir que, as ações citadas nos documentos apenas cumpre função burocrática.

O estudo, também evidencia a falta de projetos governamentais tanto estaduais como municipais que, contemplem os impactos da atividade sobre o meio

natural nas praias de Cabuçu. Para o governo baiano, Saubara configura-se tão somente como município de passagem, e com potencial futuro para a atividade a nível regional, logo, na elaboração do PDITS, o município não foi considerado como de fragilidade ambiental, já que, não é exposta a prática turística na perspectiva do agente público, não sendo necessário, portanto, de planos para a preservação do meio natural, nem ações que priorizem a expansão da rede de saneamento básico e de infraestrutura, atividades pensadas apenas para as áreas, já consolidadas pelo turismo, o que nos levar a refletir sobre o papel seletivo desempenhado pelo governo, muitas das vezes a serviço de uma lógica capitalista que, determinam quais são os espaços a receberem investimentos e programas de governo.

A gestão municipal, também é alheia quando o assunto é manutenção dos recursos naturais, seja em promover diariamente a limpeza das praias, o licenciamento e fiscalização em relação à ocupação em áreas de ecossistema frágeis, ou na promoção de campanhas educativas com os agentes sociais envolvidos na atividade, ações apenas pontuadas nos dispositivos legais do município, porém, bem distante da realidade local.

Diante dessas lacunas e fragilidades presentes no distrito, foi possível notar atitudes conscientes por parte de alguns proprietários de barracas, sobre o cuidado com o meio ambiente, seja através da instalação de lixeiras nos equipamentos, ou confecções de placas, chamando atenção para a manutenção da limpeza do ambiente costeiro.

Infelizmente ainda para um número expressivo de barraqueiros, a importância em preservar o cenário natural se dar pelo aspecto econômico, pois um lugar cuidado atrai turista e gera renda ao município, para esses indivíduos, a natureza é apenas uma mercadoria a ser utilizada para obtenção de lucro, desprezam o cuidado e manutenção dos aspectos naturais, tão necessários para sua existência.

A pesquisa revelou que, a maioria das pessoas que visitam as praias de Cabuçu deposita o lixo em sacos plásticos, ou nas lixeiras localizadas nas barracas, evitando o descarte direto no ambiente costeiro, e desejam que o poder local realizem campanhas sobre a conscientização ambiental no distrito, já que é comum encontrarem na localidade, esgoto lançados no mar e rios, e a grande concentração de resíduos sólidos na orla e ao longo do distrito. Vale lembrar que, essa postura vem coadunar com o ideal de sustentabilidade, como instrumento para mitigar os efeitos negativos do turismo no meio natural.

Frente a essas discussões, e a necessidade de soluções para as implicações ambientais vigentes no distrito de Cabuçu, foram propostas algumas ações para minimizar o cenário de degradação ambiental, a partir do uso racional e sustentável dos elementos naturais, como possibilidade para reduzir ou eliminar os impactos ambientais presentes nas comunidades receptoras. Importante ressaltar que, não estamos aqui afirmando que, os princípios da sustentável irá pôr fim aos impactos no meio natural, uma vez que o turismo está a serviço da reprodução do capital, e diminuir sua expansão e crescimento não estar em discussão, contudo, em face do aumento da degradação do meio ambiente nas áreas litorâneas, a utilização racional e sustentável da natureza é uma necessidade urgente, além de permitir as atuais e futuras gerações o uso dos elementos naturais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. PRODETUR. **Política do Banco do Nordeste para o desenvolvimento do turismo**. Bahia: Banco do Nordeste, 1999.

_____.**Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável– PDITS Baía de Todos-os-Santos.** Superintendência de Investimentos Turísticos– SUINVEST. Salvador: BAHIATURSA, 2004.

_____**. Século XXI – Consolidação do turismo:** estratégia turística da Bahia 2003 – 2020. Salvador, 2005 (Coleção Selo Turismo).

_____.BAHIATURSA. **Programa de desenvolvimento turístico da Bahia**. Zona Turística Baía de Todos os Santos. Relatório final, 2012.

_____.**Diagnóstico da gestão municipal do turismo município: Saubara.** Salvador: SETUR-BA, 2018.

_____.PRODETUR. **Fortalecimento institucional da gestão municipal do turismo na Zona Turística da Baía de Todos-os-Santos**. SETUR-BA, 2018.

_____.**Plano de Gestão Municipal do Turismo: Saubara.** Salvador: SETUR-BA, 2019.

_____.PRODETUR. **Programa de desenvolvimento turístico.** Disponível em: < http:// www. sct. ba.gov. br// prodetur>. Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

_____.**Lei Complementar Nº 140/11.** Institui o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC). Salvador: SETUR-BA, 2023.

BARROS, J. S. **Saubara dos cantos, contos e encantos.** 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução: NASCIMENTO, S. Editora 34 Ltda. São Paulo, 2010.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 7.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Detalhes do Projeto/Brasil.** Washington, 2020. Disponível em < https://www.iadb.org/en/projects >. Acesso em: 04 fev. 2023.

BONETE, L. W. **Política Pública por dentro**. 2. ed. Ijuí: Ed: Unijuí, 2007.

BORIN, M. C. **O turismo e a responsabilidade social nas empresas de transporte aéreo de passageiros no Brasil**. Balneário Camboriú, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí.

BOSISIO, A. Breve história do turismo e da hotelaria. Rio de Janeiro: **Confederação Nacional do Comércio/Conselho de Turismo,** 2005.
BOULLÓN, R. **Os municípios turísticos**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA Nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União, 17/02/1986.** SEMA - Secretaria do Meio Ambiente, Brasília, D.F., Brasil. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. **Acesso** em: 20 de fevereiro de 2023.

_____. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA Nº 303 de 20 de março de 2002.** SEMA- Secretaria do Meio Ambiente, Brasília, D.F., Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br. Acesso em: 20 de junho de 2024.

_____. Ministério do Turismo. **Sol e Praia: orientações básicas.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. 2 ed. Brasília, 2010.

_____. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. **Acesso em**: 14 de junho de 2024.

_____. **Lei Complementar Nº 140, de 08 de dezembro de 2011**. Diário Oficial. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. **Acesso em**: 22 de outubro de 2023.

_____. **Lei Nº. 12.651, de 26 de maio de 2012**. Diário Oficial. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. **Acesso** em: 30 de outubro de 2023.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo:** diretrizes, metas e programas- 2007/2010. Brasília: MTUR, 2012.

_____. FUNASA. **Plano Municipal de Saneamento**. Brasília, 2018, p. 187.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Combate ao Lixo no Mar.** Brasília: Governo Federal, 2019. 41. Disponível em:https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-de-combate-ao-lixo-no-mar-pdf. **Acesso em:** 22 de junho de 2024.

_____. **Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. **Acesso** em: 08 de setembro de 2023.

_____. **A nossa história:** EMBRATUR. Disponível em: https://embratur.com.br/historia/. **Acesso** em: 04 de janeiro de 2023.

BUSCIOLI, R. R. da. **Política nacional de turismo:** discursos e práticas do Estado brasileiro e suas interações no processo de (re)produção espacial Sul-Mato-Grossense. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2021.

CAMARGO, A. N.L.de. B. **Desenvolvimento Sustentável:** dimensões e desafios. Campinas. São Paulo: Papirus, 2003.

CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A, F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.

CAVACO, C. Práticas e lugares de turismo. In: FONSECA, M. L. (cord). **Desenvolvimento e território:** espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Lisboa: CEG, 2006.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica:** para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAGAS, R. P. dos. Ecoturismo no Jalapão: Novos destinos, velhos discursos. In: CRUZ, R. C. de. A. da. **Geografia do turismo:** de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

COELHO, M. C. N. Impactos Ambientais em áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 19-45.

COLANTUONO, A. C. S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. **Cadernos da Fucamp**, Campinas/ SP, vol. 14, n. 21, p.30-41, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Do local ao global:** o turismo litorâneo cearense. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

CRUZ, R. de C. A. da. **Política de turismo e território.** Contexto, São Paulo, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Planejamento Governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I, G.; ARROYO, M. e SILVEIRA, M. L. (Org). **América Latina:** cidade, campo e turismo**.** São Paulo, CLACSO - Consejo Latino americano de Ciências Sociales, 2006.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Lisboa: McGraw Hill, 1997.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

DI MARCO, A. R. **Pelos caminhos da terra.** Projeto, São Paulo, n. 65, p. 47-59, jul, 1984.

DIAS, R. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Turismo no Brasil**. Brasília: EMBRATUR, 2023.

FAUSTINO, A. S. **Estudos físico-químicos do efluente produzido por fossa séptica biodigestora e o impacto do seu uso no solo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2007.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente:** uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

FONTES, E. O. de; LAJES, C.S. Apropriação do espaço pelo turismo em Sauípe e seu impacto no desenvolvimento local. In: **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B; MCINTOSH, R. W. Trad. Roberto Cataldo Costa. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **As zonas turísticas da Bahia**. Secretaria de Turismo, 2022.

GREGORY, M. R. **Plastics nd south pacificisland shore:** environmental implications. Ocean e Costal Management 42:(6-7)PP 603-615. 1999

HALL, C. M. Política e planejamento turístico: o imperativo sustentável. In: HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 17-36.

HEERDT, M. L; VILSON, L. **Metodologia científica e da pesquisa.** Palhoça: Unisul, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 168 p. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25798-ibge-lanca-mapa-inedito-de-biomas-e-sistema-costeiro-marinho. **Acesso em:** 19 de junho de 2024.

_____.**Cidades.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/not-found**. Acesso** em: 20 de janeiro de 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Básico 2021.** Disponível em: https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2021. **Acesso em**: 08 de setembro de 2023.

JACKSON, T. **Live better by consuming less?:** is there a “double dividend” in sustainable consumption. Journal of Industrial Ecology, 9, (1-2), 19-36. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1162/1088198054084734. **Acesso em:** 19 de junho de 2024

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

KÖRÖSSY, N. **Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”:** uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Caderno Virtual de Turismo. vol. 8, n 2. UFRJ, 2008.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO, V. A.; SILVA, A. L. C. da; MADUREIRA, E. A. L.; DINIZ, L. F.; PINHEIRO, A. B. Poluição por resíduos sólidos em praias da baía da Ilha Grande. Mares: **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 2, p. 53-66, 13 abr. 2020.

MARTINS, K. A. **Vulnerabilidade à erosão costeira e mudanças climáticas através de indicadores em Pernambuco, Brasil.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13925**. Acesso:** 29 de março de 2024.

MAUAD, A. **Através da imagem:** fotografia e história interfaces**.** Rio de Janeiro: Tempo, vol.1, n. 2, 1996.

MESQUITA, O. V. **Geografia e questão ambiental.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MIRANDA, E. A. de; SILVA, M. D. G. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento-RBPD.** Vol. 2, n. 2, p. 94-103, jul./dez. 2013.

MONGE, J. G.; PERALES, R. M. Y. **El desarrollo turístico sostenible:** tren crucero del ecuador. estudios y Perspectivas en Turismo, n. 25, p. 57-72, 2016.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAIS, L. M. F. A. **Expansão urbana e qualidade ambiental no litoral de João Pessoa-PB.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraíba. João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, M. C. B. R. **Gestão de resíduos plásticos pós-consumo:** perspectivas para a reciclagem no Brasil. Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Agenda 21 for the travel and tourism industry:** towards environmentaly sustainable development. Madri, 1994.

_____**. Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martins Rodrigues Córner. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAIXÃO, D. L. D. A Verdadeira Belle Époque do Turismo Brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Análise regional e global do turismo.** São Paulo: Roca, 2005.

PEREIRA, G. A natureza (dos) nos espaços urbanos: A produção do espaço e degradação ambiental**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** UFPR, vol.3, 2001.

PEREIRA, M. P.; BOTELHO, M. I. V.; FERREIRA, S. C. **Novo Código Florestal:** uma análise para além dos interesses contrapostos. Impulso, 25(63), 145-157, 2015.

PROST, C. **Eco Desenvolvimento da pesca artesanal em região costeira– estudo de caso no Norte e Nordeste do Brasil.** Geotextos, vol. 3, n. 1 e 2, 2007 p.139-169.

QUEIROZ, J. **História do turismo mundial e o Brasil. Turismo receptivo.** Disponível em: https://turismoreceptivo.wordpress.com/2011/04/18/historia-do-turismo-nomundo-e-no-brasil. **Acesso** em: 02 de junho de 2022.

REIGOTO, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, A. B. Uma abordagem geográfica do espaço do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. T. **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, D .V .M. de. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 3 ed. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I.; STROH, P. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental:** conceitos e métodos. 3 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

SANTANA, J. V. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no Município de Belém:** tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, l997.

SANTOS, U. P. de. **Ruído: riscos e prevenção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, T. M. S. dos. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer:** um estudo sobre a Praia do Forte – Bahia. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, S. J. A.; PEREIRA, F. C.; MOREIRA, A. A. D.; CAMPOS, C. L. Disposição dos resíduos sólidos domésticos no meio ambiente em comunidades rurais do município de Picuí, Paraíba. *In*: **Congresso Latino Americano de Agroecologia**, n. 5, 2015. Anais [...]. La Plata: SOCLA, 2015. p. 1-5.

SAUBARA, Prefeitura da cidade de. **Lei Municipal Nº 28/05.** Institui a Política Ambiental Municipal. Prefeitura Municipal de Saubara, 2005.

_____.**Lei Municipal Nº15/2013**. Institui o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro. Prefeitura Municipal de Saubara, 2013.

_____.**Lei Complementar Nº 41/2016.** Institui o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do município de Saubara. Prefeitura Municipal de Saubara, 2016.

_____.**Decreto Municipal Nº 353/2018**. Nomeação do COMTUR. Prefeitura Municipal de Saubara, 2018.

_____. **Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Saubara.** Prefeitura Municipal de Saubara, 2019.

_____. **Lei Municipal Nº 057/2022.** Plano Plurianual-PPA do Município de Saubara para o quadriênio 2022/2025. Prefeitura Municipal de Saubara, 2022.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Principais Zonas Turísticas e Rede Viária.** Salvador: Bahiatursa, 2005. Disponível em: http:// www.sei.ba.gov.br/_numero/mapas/infraestrutura. **Acesso em**: 01 de fevereiro de 2023.

SIGLER, M. **The Effects of Plastic Pollution on Aquatic Wildlife:** current situations and future solutions. water air soil pollut, 225, 2184, p. 1-9. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11270-014-2184-6. **Acesso em:** 22 de junho de 2024.

SILVA, J. C. da. Estudo da estrutura da restinga do Pontal de Maria Farinha, Paulista - PE. *In:* **XXXI Congresso de Iniciação Científica – UFRPE**. Recife, 2022. Disponível em: https://www.doity.com.br/anais/xxxicic/trabalho/218917. **Acesso em:** 22 de junho de 2024.

SILVA, D. L. B. da; GIL, J; NASCIMENTO, E. P; COSTA, H. A; PAIXÃO. R. Poluição plástica no litoral brasileiro: percepções de gestores de meios de hospedagem sobre consumo de descartáveis**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 16, e-2481, 2022.

SOUZA, C. R de G. Projeto SIIGAL: O SIGERCO para o Estado de São Paulo. **Revista de Gerenciamento Costeiro Integrado**. São Paulo, 2003/2004. Disponível em:http://www.gci.inf.br/edicoes_anteriores/03/09_sist_inf_geograficas.pdf(2003/2004) **Acesso em:** 10 de março de 2024.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável:** conceitos e impacto ambiental. vol.1, São Paulo: Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VALENÇA, M. R. A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais.** Recife, vol. 4, n. 1, 2015.

VASCONCELOS, F. P. CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos socioambientais no litoral: Um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no Estado do Ceará- Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. UNIVALI, vol. 8, 2008.

VAZ, G. N. **Marketing Turístico Emissivo e Receptivo:** um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados. São Paulo: Pioneira, 1999.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro:** por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade. p. 573, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos donos de barracas de praia

Universidade Estadual de Feira de Santana
Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Questionário para os proprietários de barracas de praia

1 Natural de qual município?

2 Sexo

( ) M ( ) F ( )Outros

3 Qual seu nível de escolaridade?

( ) Analfabeto ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior

4 Há quanto tempo possui barraca nas praias de Cabuçu?

5 Durante o verão, como é o movimento de visitantes na barraca?

( ) Alto ( ) Médio ( ) Baixo

6 É necessário contratar funcionários neste período?

( ) Não ( ) Sim

7 A maioria das contratações de funcionários temporários é oriundo?

( ) Saubara ( ) Distrito de Cabuçu ( ) Outras localidades

8 Onde coloca o lixo produzido pelos visitantes na barraca?

( ) Caixa de coleta ( ) Não existe coletor na barraca

( ) No próprio ambiente da praia

9 Com qual frequência são realizadas a coleta de lixo pela prefeitura nas praias de Cabuçu?

( ) Diariamente ( ) 1 vez por semana ( ) 2 vezes por semana

( ) Não existe coleta

10 Existem campanhas educativas para os donos de barracas, realizada pela prefeitura de Saubara para a conscientização, quanto à limpeza das praias de Cabuçu?

( ) Sim ( ) Não

11 Se a resposta é sim, qual é a campanha educativa?

12 O senhor (a) considera importante à limpeza nas praias de Cabuçu?

( ) Sim ( ) Às vezes ( ) Não

13 O senhor (a) se incomoda com o lançamento de objetos descartáveis, por parte dos veranistas e/ou visitantes na água do mar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

14 Onde são lançados os dejetos líquidos (esgoto) produzidos na barraca?

( ) Fossa séptica ( ) Na praia ( ) Rede de esgoto da EMBASA

15 O senhor (a) considera importante à preservação das praias de Cabuçu para a sua atividade? Por quê?

APÊNDICE B – Entrevista semiestruturada com morador mais antigo

Universidade Estadual de Feira de Santana
Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Entrevista semiestruturada com morador mais antigo do Distrito de Cabuçu

1. Nome:

2. Naturalidade:

3. Sexo

( ) M ( ) F ( ) Outros

4. Idade

5. O senhor poderia me contar um pouco sobre a história da Praia de Cabuçu?

6. O senhor (a) saberia me dizer se a procura pela Praia de Cabuçu se deu após a emancipação política de Saubara, ou foi antes, quando Saubara ainda pertencia a Santo Amaro?

7. As terras que hoje estão localizados alguns loteamentos e casas à beira-mar pertenciam no passado a um único proprietário, ou existiam mais de um dono?

8. O senhor (a) conhece, ou conheceu essas pessoas?

9. A maioria das pessoas que visitavam a Praia de Cabuçu no passado, chegava à praia utilizando qual meio de transporte?

10. Como eram as estradas de acesso à Praia de Cabuçu antes do processo de emancipação política do município de Saubara?

APÊNDICE C – Entrevista semiestruturada com excursionista

Universidade Estadual de Feira de Santana
Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Entrevista semiestruturada com excursionista que frequentava a Praia de Cabuçu desde os anos de 1980

1. Nome:

2. Naturalidade:

3. Sexo

( ) M ( ) F ( ) Outros

4. Idade

5. Lembra-se do ano em que realizou a primeira viagem à Praia de Cabuçu?

6. O Senhor (a) poderia me contar um pouco sobre como eram as viagens até a Praia de Cabuçu?

7. Qual o meio de transporte utilizado para chegar até a Praia de Cabuçu?

8. Como era a Praia de Cabuçu no início dos anos 1980?

9. Como eram as primeiras barracas instaladas na praia na década de 1980?

10. Ainda utilizada às excursões como forma de se deslocar até as praias do distrito de Cabuçu?

APÊNDICE D – Questionário aplicado aos veranistas e/ou visitantes que frequentam as praias de Cabuçu/BA.

Universidade Estadual de Feira de Santana
Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Questionário aplicado aos veranistas e/ou visitantes que frequentam as praias de Cabuçu/BA.

1. Natural de qual município?

2. Sexo

( ) M ( ) F ( ) Outros

3. Idade
( ) 15 a 20 anos ( ) 30 a 45 anos
( ) 20 a 30 anos ( ) Mais de 45 anos

4. Qual sua renda?
( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Entre 3 e 4 salários mínimos
( ) Entre 1 e 2 salários mínimos ( ) Acima de 5 salários mínimos

5. Nível de escolaridade
( ) Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Superior Completo

6. Com que frequência vai às Praias de Cabuçu, Recreio, Pedras Altas e a Praia do Sol?

( ) Sempre
( ) Quase sempre
( ) Raramente

7. Qual o meio de transporte utilizado para se deslocar até as praias de Cabuçu?
( ) Ônibus intermunicipal
( ) Ônibus fretado por meio de excursão
( ) Carro próprio
( ) Moto
( ) Outros

8. Local de hospedagem
( ) Hotel
( ) Pensão
( ) Pousada

( ) Camping
( ) Casa alugada
( ) Casa própria
( ) Casa de parente/amigo
( ) Outra cidade

9. O que acha da existência de lixos e esgotos lançados nas praias de Cabuçu?

( ) Péssimo
( ) Não me incomodo
( ) Às vezes me incomodo

10. Para você é possível contrair doenças nas praias de Cabuçu?

( ) Sim
( ) Às vezes
( ) Não

11. Onde deposita o lixo produzido quando estão sentados nas barracas situadas nas praias de Cabuçu?

12. Gostaria que o poder público realizasse atividades educativas para conscientização dos veranistas e banhistas sobre a preservação das praias de Cabuçu?

( ) Não ( ) Sim

13. Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido, sim, qual ou quais atividades educativas o poder público local pode realizar para conscientizar os visitantes sobre a preservação das praias de Cabuçu?

14. O senhor (a) acha importante preservar o meio ambiente?

( ) Sim
( ) Não

15. Acha importante a preservação das praias de Cabuçu?

( ) Sim, é importante a preservação do meio natural
( ) Sim, pelo aspecto econômico
( ) Não, a natureza sempre se renova

16. As praias localizadas em Cabuçu são ambientes atrativos?

( ) Sim
( ) Não

17. Por que considera as praias de Cabuçu um ambiente atrativo?

APÊNDICE E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os questionários direcionados aos visitantes que frequentam as praias de Cabuçu/BA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA - BA, tendo como responsáveis a professora Jucélia Macedo Pacheco e a estudante Marcia Maria da Silva Barretto do curso de Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo da pesquisa é: Analisar a prática turística, e suas implicações ambientais, nas Praias de Cabuçu nos últimos 40 anos, refletindo sobre o papel do poder público estadual e municipal no que diz respeito ao seu planejamento e monitoramento. Haja vista a importância do estudo sobre a conservação dos elementos naturais para as sociedades atuais e futuras, dando em especial atenção à comunidade local, que vem sofrendo com os impactos ambientais gerados pela introdução da prática turística no distrito de Cabuçu. O caminho a ser percorrido na pesquisa está relacionado à leitura bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários através da plataforma do Google forms. Dessa forma, convidamos você a participar desta pesquisa que se dará por meio de entrevista contendo questões sobre o início da atividade turística no distrito e quem eram os antigos proprietários das terras que deram origem aos atuais loteamentos situados na localidade. É importante ressaltar que, a pesquisa não atingirá a intimidade de seus participantes, e tão pouco será realizado qualquer tipo de interferência ou modificação fisiológica, sendo considerada, portanto, uma pesquisa de risco mínimo. O risco da pesquisa é mínimo, pois é considerada como não invasiva à intimidade do indivíduo. Haja vista a natureza dos instrumentos metodológicos, questionário e pesquisa documental, estes não realizarão nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas dos indivíduos que participam do estudo. Entretanto, a entrevista pode provocar certo desconforto e preocupação com o que faremos com suas informações, se essa situação ocasionar incômodo, sinta-se à vontade para parar imediatamente de responder a entrevista. A pesquisadora terá todo cuidado em assegurar o armazenamento dos dados obtidos. O armazenamento dos dados, contam com a política de proteção de dados existentes no Brasil. No que diz respeito aos benefícios, podemos considerar a importância da discussão sobre o uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes na localidade, levando os indivíduos que frequentam a praia, bem como a comunidade local e os proprietários das barracas de praia a um olhar acerca da necessidade da preservação do meio ambiente, contemplando suas fragilidades e

diversidades. É importante deixar claro que, seus dados de identificação pessoais (como nome) não aparecerão na publicação da pesquisa, apenas estarão presentes as respostas. O seu anonimato será assegurado, caso seja necessário identificar trechos das suas respostas, utilizaremos letras do alfabeto (A, B, C…), com intuito de preservar seu sigilo. Se não compreender alguma questão, estamos prontos para esclarecer, assim como, se alguma questão lhe causar constrangimento, você tem o direito de não responder. Informamos que sua participação é voluntária, não havendo nenhum tipo de valor financeiro a receber, ou pagar para nenhuma das partes envolvidas, a não ser que se faça preciso ressarcir ao participante algumas despesas geradas por essa participação. É direito do participante buscar indenização, caso sofra danos comprovados, decorrente dessa pesquisa, de acordo com as (Resoluções CNS 466/12 e 510/16). Caso deseje desistir de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a aplicação da entrevista, sem que ocorra nenhum tipo de consequência, ou custo financeiro. Os resultados alcançados através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, bem como poderão ser divulgados em eventos científicos, artigos, revistas e produções científicas em geral. O participante poderá ter acesso a qualquer momento ao resultado da pesquisa relativo à sua pessoa, basta assim querer. Todas as páginas deste documento estão assinadas pela pesquisadora responsável. Esse termo de consentimento se faz necessário para o desenvolvimento da pesquisa e constitui uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa Humanas da UEFS (CEP/UEFS), o qual está ciente da realização dessa pesquisa, uma vez que atua como órgão de controle e sugestão para melhor adequação de projetos de pesquisa que envolve seres humanos. Esse termo consiste exatamente em zelar pela sua participação na pesquisa, garantindo que a pesquisadora siga todas as normas necessárias para execução da mesma. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Humanas da UEFS (CEP/UEFS), através do e-mail: (cep@uefs.br.), telefone (075) 3161-8124 e pelo endereço: UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana -BA, CEP: 44036-900). Horário de funcionamento: das 13:30h às 17:30h. Para garantir a validade do termo, é necessário que todas as páginas sejam rubricadas pela pesquisadora responsável e pelo (a) participante/responsável legal.

_____

Pesquisadora responsável

APÊNDICE F- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os questionários direcionados aos proprietários de barracas situadas nas praias de Cabuçu/BA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA - BA, tendo como responsáveis a professora Jucélia Macedo Pacheco e a estudante Marcia Maria da Silva Barretto do curso de Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo da pesquisa é: Analisar a prática turística, e suas implicações ambientais, nas Praias de Cabuçu nos últimos 40 anos, refletindo sobre o papel do poder público estadual e municipal no que diz respeito ao seu planejamento e monitoramento. Haja vista a importância do estudo sobre a conservação dos elementos naturais para as sociedades atuais e futuras, dando em especial atenção à comunidade local, que vem sofrendo com os impactos ambientais gerados pela introdução da prática turística no distrito de Cabuçu. O caminho a ser percorrido na pesquisa está relacionado à leitura bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários e entrevista. Dessa forma, convidamos você a participar desta pesquisa que se dará por meio de questionário, contendo questões sobre sua percepção a respeito dos impactos no meio natural existentes na Praia de Cabuçu, assim como, se considera importante a realização de campanhas educativas por parte do poder local, no que diz respeito à preservação da praia em análise. É importante ressaltar que, a pesquisa não atingirá a intimidade de seus participantes, e tão pouco será realizado qualquer tipo de interferência ou modificação fisiológica, sendo considerada, portanto, uma pesquisa de risco nulo. O risco da pesquisa é nulo, pois é considerada como não invasiva à intimidade do indivíduo. Haja vista a natureza dos instrumentos metodológicos, entrevista semiestruturada, questionário e pesquisa documental, estes não realizarão nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas dos indivíduos que participam no estudo. No que diz respeito aos benefícios, podemos considerar a importância da discussão sobre o uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes na localidade, levando os indivíduos que frequentam a praia, bem como a comunidade local e os proprietários das barracas de praia a um olhar acerca da necessidade da preservação do meio ambiente, contemplando suas fragilidades e diversidades. Caso não compreenda alguma questão, estamos prontos para esclarecer, assim como, se alguma questão lhe causar constrangimento, você tem o direito de não responder. Na presença de eventuais danos, o participante da pesquisa receberá assistência imediata e completa, de maneira gratuita, pelo tempo que for necessário. É relevante salientar que, estas informações serão utilizadas somente com a

finalidade desta pesquisa e os dados serão guardados na instituição sob nossa responsabilidade, tendo garantia de total sigilo e privacidade das informações. Todas as páginas deste documento estarão assinadas pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa em duas vias. Caso deseje desistir de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a aplicação do questionário, sem que ocorra nenhum tipo de consequência, ou custo financeiro. Se eventuais despesas ocorrerem com os participantes da pesquisa serão ressarcidas financeiramente pela pesquisadora. As informações dadas, após serem utilizadas, ficarão sob responsabilidade da pesquisadora, armazenada em sistema computacional de sua propriedade e de uso restrito, sob a guarda da UEFS. Os resultados alcançados através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, bem como poderão ser divulgados em eventos científicos, artigos, revistas e produções científicas. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, além da divulgação em possíveis eventos como congressos, seminários, artigos, revistas e produções científicas em geral. O seu anonimato será assegurado. Caso aceite participar, pedimos a sua autorização para aplicação do questionário, através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Caso tenha dúvidas ou necessite de mais informações sobre o estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora, cujo endereço está descrito abaixo. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), cujo objetivo é proteger os participantes da pesquisa. O CEP-UEFS situa-se na UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana -BA, CEP: 44036-900). Contatos: telefone (075) 3161-8124; e-mail: cep@uefs.br. Horário de funcionamento: das 13:30h às 17:30h.

_____ _____

Pesquisador responsável Participante de pesquisa

Agradecemos sua colaboração.

Feira de Santana,_____ de _____ de 2023.

APÊNDICE G- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as entrevistas realizadas com os moradores antigos do distrito de Cabuçu/BA e os excursionistas que frequentavam as praias de Cabuçu desde os anos de 1980.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada O TURISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS LOCALIDADES RECEPTORAS - O CASO DA PRAIA DE CABUÇU, SAUBARA - BA, tendo como responsáveis a professora Jucélia Macedo Pacheco e a estudante Marcia Maria da Silva Barretto do curso de Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo da pesquisa é: Analisar a prática turística, e suas implicações ambientais, nas Praias de Cabuçu nos últimos 40 anos, refletindo sobre o papel do poder público estadual e municipal no que diz respeito ao seu planejamento e monitoramento. Haja vista a importância do estudo sobre a conservação dos elementos naturais para as sociedades atuais e futuras, dando em especial atenção à comunidade local, que vem sofrendo com os impactos ambientais gerados pela introdução da prática turística no distrito de Cabuçu. O caminho a ser percorrido na pesquisa está relacionado à leitura bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários e entrevista. Dessa forma, convidamos você a participar desta pesquisa que se dará por meio de entrevista, contendo questões sobre quando se deu a procura pela Praia de Cabuçu pelos veranistas e quem eram os proprietários das terras que atualmente se configuram em loteamentos. É importante ressaltar que a pesquisa não atingirá a intimidade de seus participantes, e tão pouco será realizado qualquer tipo de interferência ou modificação fisiológica, sendo considerada, portanto, uma pesquisa de risco mínimo. Caso não compreenda alguma questão, estamos prontos para esclarecer, assim como, se alguma questão lhe causar constrangimento, você tem o direito de não responder. Na presença de eventuais danos, o participante da pesquisa receberá assistência imediata e completa, de maneira gratuita, pelo tempo que for necessário. É relevante salientar que, estas informações serão utilizadas somente com a finalidade desta pesquisa e os dados serão guardados na instituição sob nossa responsabilidade, tendo garantia de total sigilo e privacidade das informações. Todas as páginas deste documento estarão assinadas pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa em duas vias. Caso deseje desistir de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que ocorra nenhum tipo de consequência, ou custo financeiro. Se eventuais despesas ocorrerem com os participantes da pesquisa serão ressarcidas financeiramente pela pesquisadora. As informações dadas, após serem utilizadas, ficarão sob responsabilidade da pesquisadora, armazenada em sistema computacional de sua propriedade e de uso restrito, sob a

guarda da UEFS. Os resultados alcançados através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, bem como poderão ser divulgados em eventos científicos, artigos, revistas e produções científicas. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, além da divulgação em possíveis eventos como congressos, seminários, artigos, revistas e produções científicas em geral. O seu anonimato será assegurado. Caso aceite participar, pedimos a sua autorização para entrevista, através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Caso tenha dúvidas ou necessite de mais informações sobre o estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora, cujo endereço está descrito abaixo. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), cujo objetivo é proteger os participantes da pesquisa. O CEP-UEFS situa-se na UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana -BA, CEP: 44036-900). Contatos: telefone (075) 3161-8124; e-mail: cep@uefs.br. Horário de funcionamento: das 13:30h às 17:30h.

_____ _____

Pesquisador responsável Participante de pesquisa

Agradecemos sua colaboração.

Feira de Santana,_____ de _____ de 2023.